Cleber de Souza Corrêa

A metaontologia de Carnap: o contexto de seu surgimento e seus elementos fundamentais

Brasil

2022

Cleber de Souza Corrêa

A metaontologia de Carnap: o contexto de seu surgimento e seus elementos fundamentais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Filosofia

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter

Brasil

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C824m

Corrêa, Cleber de Souza
A metaontologia de Carnap: o contexto de seu surgimento e seus elementos fundamentais / Cleber de Souza Corrêa; orientador João Vergílio Gallerani Cuter - São Paulo, 2022.
181 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Ontologia. 2. Metafísica. 3. Linguagem. 4. Platonismo. 5. Nominalismo. I. Cuter, João Vergílio Gallerani, orient. II. Título.

Cleber de Souza Corrêa

A metaontologia de Carnap: o contexto de seu surgimento e seus elementos fundamentais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.
Instituição:

Prof. Dr.
Instituição:

Prof. Dr.
Instituição:

Prof. Dr. João Vergílio Gallerani Cuter
Orientador

Brasil
2022

Para a pessoa que eu amo, Louise,

ao lado de quem vou me tornando menos diferente

do que, de mim mesmo, sempre fui.

Agradecimentos

Escrever um tese de doutorado é uma atividade ao mesmo tempo coletiva e solitária. Solitária porque a redação é tarefa apenas do autor. Mas também é coletiva porque uma série de pessoas colaboram, direta ou indiretamente, para que o texto chegue ao seu termo. No meu caso em particular, sou grato à minha família, aos meus amigos e aos meus professores, sem o incentivo, a companhia e o ensinamento dos quais concluir este trabalho teria sido muito mais difícil do que foi. Agradeço à minha mãe, Evani, e ao meu pai, João, aos meus irmãos Cláudio e Julia, à minha vó Edith, à Glaci, ao Hector, à Raquel e à minha sobrinha, Rafaela. Eu tenho muita sorte de ser parte de uma família amável, harmônica e acolhedora, uma família que nunca hesitou em apoiar minhas escolhas, sejam elas acadêmicas ou não.

Sou profundamente grato à Louise, minha companheira de vida, que esteve ao meu lado durante a maior parte da redação deste trabalho e que me amou mesmo durante os dias mais penosos desse período. Agradeço também à Sonia, minha querida sogra, pelo apoio incondicional e pelo carinho.

Agradeço aos amigos Bruno Marchese, Carine Leal, Clariana Leal, Daniel Boff, Guilherme Leitão, Joelma Terto, Nanda Duarte, Paula Quintas, Pedro Mariense, Pedro Moraes, Roberto Sudbrack e Virgínia Baumhardt. Eu ouvi dizer que quem tem amigos é um vencedor. É assim que eu me sinto neste momento ao meditar sobre a gratidão por ter essa gente por perto.

Agradeço à Laiz Dietschi, pela conversa constante e sem a qual teriam sido maiores e mais pesadas as pedras que eu coloquei no meio caminho.

Sinto-me grato por ter aprendido filosofia com os seguintes professores: Juliano César de Lazari, Franscico Rüdiger, Jayme Rebello, Paulo Faria e Silvia Altmann. Agradeço a oportunidade de ter aprendido com o professor João Vergílio Gallerani Cuter (começando com a defesa do meu mestrado) e de ter trabalhado nesta tese sob a sua orientação. Agradeço ainda ao professor Andre W. Carus, pela leitura dos rascunhos iniciais desta tese.

Agradeço, por fim, ao CNPq e à CAPES, pelas bolsas de auxílio recebidas durante o meu doutorado.

Resumo

Esta tese de doutorado é uma investigação acerca da metaontologia de Carnap. São discutidas e examinadas aqui algumas teses propostas por Quine (relativas ao seu critério de compromisso ontológico) e a resposta de Carnap em "*Empiricism, Semantics, and Ontology*". Os elementos fundamentais da metaontologia de Carnap são discernidos, e suas origens em obras anteriores são investigadas. A tese principal defendida aqui é a de que Carnap e Quine diferem radicalmente acerca do que caracteriza a adoção de uma doutrina ontológica (tal como o nominalismo ou o platonismo) e daquilo que deva motivar a adoção ou rejeição de diferentes linguagens e teorias em domínios científicos e filosóficos. Defende-se também que, da articulação por parte de Carnap dessas diferenças, emergem indiretamente resultados para a disciplina da ontologia. Por fim, articula-se, ainda que de maneira preliminar, algumas diferenças relevantes entre a doutrina metaontológica de Carnap e as doutrinas defendidas por seus herdeiros – ditos "neo-carnapianos" – e algumas semelhanças igualmente relevantes entre aquela e o neo-quineanismo.

Palavras-chave: Carnap, Compromisso Ontológico, Metaontologia, Nominalismo, Ontologia, Platonismo, Quine.

Abstract

This doctoral dissertation studies Carnap's metaontology. Certain theses put forward by Quine (linked to his criterion of ontological commitment) are discussed and examined, as well as Carnap's response to them in his main metaontological work, "*Empiricism, Semantics, and Ontology*". The fundamental elements of Carnap's metaontology are discerned, and their origins are traced back to his earlier works. The main thesis argued here is that Quine and Carnap hold radically different conceptions about what it is to endorse an ontological doctrine—such as nominalism and Platonism—and about what should ground the adoption or rejection of different theories and languages in scientific and philosophical disciplines. It is also argued in preliminary form that certain indirect results for ontology as a discipline emerge from Carnap's response to Quine. Lastly, some relevant differences between Carnap's doctrine and those held neo-Carnapians are brought to light, as well as some equally relevant similarities between Carnap's doctrine and neo-Quinenanism.

Keywords: Carnap, Metaontology, Nominalism, Ontology, Ontological Commitment, Platonism, Quine.

Sumário

INTRODUÇÃO 10

1 QUINE E O CONTEXTO DIALÉTICO 29

1.1 Introdução 29

1.2 O contato entre linguagem e objeto 32

1.3 Um ato manifesto de platonismo 57

1.4 A intuição filosófica antiplatonista 70

2 OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA METAONTOLOGIA DE CARNAP 79

2.1 Introdução 79

2.2 A atitude básica 82

2.3 O conceito de framework 101

2.4 Os discursos ontológicos interno e externo 111

2.5 A eliminação do absolutismo 126

2.6 Escolhendo linguagens com tolerância 137

2.7 Escolhendo linguagens pragmaticamente 152

CONCLUSÃO 167

REFERÊNCIAS 175

Introdução

Tal como entendida e praticada no contexto da filosofia analítica contemporânea, a ontologia é uma disciplina encarregada de investigar o que há, ou o que existe, ou o que é real no mundo. Dentro desse quadro interpretativo, poder-se-ia também falar em diferentes ontologias para denotar aquilo que essa disciplina encontra como resultado de suas investigações ou ainda para referir certas posições ontológicas nas quais um dado filósofo acredita: uma ontologia platonista, por exemplo, tal como defendida por Gödel, ou uma ontologia nominalista, tal como defendida por Quine em dado momento de sua carreira[1]. Diferentes tradições trabalham com outras definições do que seja a ontologia enquanto disciplina. Conforme explica Tahko, na tradição aristotélica, a tarefa da ontologia, sob a rubrica "ontologia formal", é investigar "as estruturas e relações das quais fazem parte elementos ontológicos" (2018)[2]. Já na tradição fenomenológica, escreve Thomasson, ontologia "envolve um estudo puramente *a priori* de conceitos ou significados, e de suas correspondentes essências e interrelações" (2019, p. 290)[3]. Mas é com a definição inicial, aquela pela qual a ontologia é mais conhecida dentro da filosofia analítica, que o tema desta tese – a metaontologia de Carnap – será desenvolvido. Trata-se de uma investigação sobre o que há no mundo[4].

Dizer que a ontologia investiga o que há no mundo é, no entanto, pouco informativo,

[1]Uma ontologia platonista é aquela segundo a qual o mundo contém pelo menos um objeto abstrato. Uma ontologia nominalista, por sua vez, é definida como a negação de que o mundo contém entidades abstratas.

[2]No original: "[...] *the structures and relations that ontological elements (such as objects) stand in*"

[3]No original: "*it involves a purely* a priori *study of concepts or meanings, and their corresponding essences and their interrelations.*

[4]Como ficará mais claro ao longo deste trabalho, essa definição ela mesma é resultado pelo menos parcial do trabalho filosófico de uma figura chave para os assuntos de que trato aqui: Quine.

uma vez que a expressão “investigar o que há no mundo” é ambígua. De um lado, ela pode querer indicar uma investigação em que a existência de certos objetos ou tipos de objetos está pressuposta e na qual se fazem perguntas sobre eles, sobre seus constituintes, sobre suas propriedades, comportamentos e interrelações, etc. De outro, a expressão pode querer indicar uma investigação acerca da existência ela mesma de certos objetos ou tipo de objetos. No primeiro sentido da expressão, há muitas disciplinas – tanto na filosofia quanto fora dela – que tratam de questões acerca de coisas que existem. Ramos do conhecimento científico formulam e tentam responder questões acerca de organismos vivos ou de entidades inanimadas, de seus constituintes, dos seus movimentos e interações, etc. Essas disciplinas científicas pressupõem que certos objetos existem e, a partir dessa pressuposição, formulam e respondem questões acerca deles, segundo um método próprio à cada disciplina.

A ontologia investiga o que há no mundo no segundo sentido da expressão: ela formula e responde questões acerca da existência ela mesma de certos objetos ou tipos de objetos. Mas, mesmo com a restrição, essa definição sintética do que seja a ontologia permanece insuficiente, uma vez que outras disciplinas, na ciência e na filosofia, lhe satisfazem; questões acerca da existência deste ou daquele objeto ou tipo de objeto também fazem parte do rol temático de outros campos de conhecimento que não a ontologia. Para citar um exemplo de fora da filosofia, a existência do bóson de Higgs, partícula elementar do modelo standard da física, é objeto de uma investigação que não pertence ao domínio da ontologia. A existência desse tipo de entidade foi postulada na década de 1960 como elemento explicativo da presença de massa em outras partículas. A confirmação de suas existência ocorreria cerca de 60 anos depois. Dentro da filosofia, há exemplos também de investigações que não pertencem à ontologia propriamente dita e que têm como objeto a existência deste ou daquele objeto ou tipo de objeto. Deus existe? Há um mundo

exterior à minha mente? Essas questões são debatidas em outros ramos do conhecimento filosófico. A ontologia, portanto, não pode ser definida por ter como tema de investigação a existência ou realidade ela mesma de certos tipos de objetos. O mais conveniente, penso, é definir provisoriamente a ontologia como a disciplina filosófica que se dedica a investigar a existência ou realidade de certos objetos ou tipos de objetos. Quais objetos ou tipos de objetos?

Tradicionalmente, a ontologia investiga a existência de tipos de objetos que figuram frequentemente nas caracterizações metafísicas mais gerais daquilo que se presume existir. Tais caracterizações podem ser apresentadas com mais ou menos detalhes, mas muito provavelmente incluirão os seguintes tipos de entidades: objetos particulares (tais como esta folha branca de papel à minha frente), universais (tais como a brancura desta mesma folha de papel), abstratos (tais como a forma retangular manifestada pela folha de papel) e concretos (tais como esta folha de papel novamente)[5]. A disciplina da ontologia tradicionalmente concentrou seus esforços em investigar se existem ou não os dois tipos de objetos mais elusivos, por assim dizer, dentre os listados acima: universais e abstratos[6]. A

[5]Na metafísica contemporânea, há uma distinção importante tanto entre entidades universais e abstratas, quanto entre entidades particulares e concretas. Ainda que no meu exemplo haja um objeto que seja ao mesmo tempo concreto e particular (esta folha de papel), essas duas categorias, argumenta-se, não são coextensivas. Parsons (1980) e Campbell (1990), por exemplo, defendem a existência de objetos particulares abstratos. Rodriguez-Pereyra (2019), por sua vez, faz uma distinção entre dois tipos de realistas acerca da existência de universais: os que defendem a posição *ante rem* e os que defendem a posição *in re*. Enquanto aqueles consideram que os universais existem fora dos objetos que os instanciam, estes consideram que os universais existem nas suas instâncias. No primeiro caso, universais são também abstratos. No segundo caso, universais são concretos. Vale notar que, para Quine, um dos personagens principais desta tese, não há distinção relevante entre objetos universais e objetos abstratos (1947, p. 74). Para os propósitos do presente trabalho, as diversas distinções mencionadas nesta nota tampouco são importantes.

[6]Por que mais elusivos? Porque *prima facie* tais objetos não ocupam lugar no espaço e no tempo e são ineficazes causalmente. Nosso conhecimento de tais objetos e de que eles existem parece demandar uma explicação mais complexa do que demanda o nosso conhecimento de objetos concretos e particulares.

ontologia contemporânea expande o escopo da disciplina tradicional[7], incluindo questões acerca da existência de tipos de objetos que, ao ouvido do leigo, parecem ou triviais ou excessivamente esotéricas. Na ontologia contemporânea, debate-se, por exemplo, se objetos físicos ordinários e artefatos (tais como o computador onde digito esta tese) ou pessoas existem[8]. Também se discute se somas mereológicas (tais como a soma do meu nariz com a Torre Eiffel) constituem um objeto existente, se mundos possíveis existem e, ainda, se objetos ficcionais (tais como a personagem literária Capitu, de Machado de Assis) existem[9].

A metaontologia, por sua vez, se dedica a investigar a própria disciplina da ontologia. As questões metaontológicas, portanto, não dizem respeito àquilo que há ou existe no mundo. O interesse metaontológico é de segunda ordem: nas questões ontológicas elas mesmas. Dito de maneira preliminar, e com objetivo ilustrativo e não exaustivo, a metaontologia indaga se o discurso ontológico é unívoco, se esse discurso é significativo, se disputas ontológicas são substanciais ou supérfluas ou se as metodologias empregadas para responder questões ontológicas são adequadas. Alguns exemplos proeminentes de temas metaontológicos presentes na ordem do dia são os seguintes. Atribuir a um objeto existência é o mesmo que lhe atribuir realidade ou ser? Dizer de um número e desta mesa que eles

[7]Por "ontologia contemporânea" quero dizer a ontologia que se pratica de meados do século XX em diante. O ponto de inflexão aqui é marcado precisamente pelo trabalho de Quine.

[8]Para citar apenas alguns exemplos, Thomasson (2007) e Baker (2004) defendem a existência de objetos físicos ordinários e artefatos. De outro lado, Hoffman e Rosenkrantz (1997) e Van Inwagen (1990) argumentam que artefatos não existem. Também Van Inwagen (na obra recém referida) argumenta a favor de que pessoas existem.

[9]A questão acerca da existência de somas mereológicas é objeto de intenso debate na ontologia contemporânea sob o rótulo de "questão da composição especial" ("*special composition question*"). Entre os grupos que defendem respostas diferentes acerca dessa questão, há, por exemplo, os niilistas (tais como Cornell (2017)), segundo os quais dois objetos nunca compõem um terceiro; os universalistas (tais como Lewis (1986)), segundo quem quaisquer dois objetos compõem um terceiro; e os restritivistas (tais como Markosian (1998)), segundo os quais a composição ocorre em alguns casos e não noutros. A existência de mundos possíveis é defendida por Lewis (1986). Em Kroon e Voltolini (2018), há uma apresentação das principais correntes teóricas no extenso debate acerca da existência de entidades ficcionais.

existem é dizer uma e a mesma coisa? Faz sentido dizer de um objeto que ele tem ser porém carece de existência ou de realidade? O aparato quantificacional do cálculo de predicados de primeira ordem captura um sentido fundamental – e, quiçá, único – de existência? Disputas ontológicas são meramente verbais? Essas disputas podem ser entendidas como negociações metalinguísticas acerca dos termos e expressões que denotam as entidades cuja existência parece estar sendo debatida ("números", "propriedades", etc.)? A filosofia deveria propor critérios para a aceitação de certos tipos de objetos como existentes ou reais (tais como eficácia causal, localização no espaço e no tempo, independência da mente humana, etc.)? A elaboração de um catálogo da mobília última do mundo (para utilizar uma expressão de Russell) deveria ficar apenas a cargo das disciplinas científicas? E, em caso negativo, qual o papel da filosofia nessa empreitada? Todas essas questões, e mais outras, aparecem no corpo temático da metaontologia.

A metaontologia começa a florescer enquanto disciplina independente em 1998, a partir da publicação de "*Meta-ontology*", de Van Inwagen[10] Nesse trabalho, o autor discerne e defende uma série de teses que ele considera caracterizarem distintivamente a posição de Quine acerca do empreendimento ontológico. O nascimento da metaontologia, contudo, é anterior ao artigo de Van Inwagen. Segundo a literatura relevante, a emergência da disciplina é tipicamente identificada a uma disputa entre Quine e Carnap que ocorre em meados do século XX. Essa disputa, que gira em torno das ramificações filosóficas do seminal critério de compromisso ontológico proposto por Quine, dura alguns anos, concentrados principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Entre os capítulos principais

[10] A grafia corrente do termo na literatura relevante em língua inglesa é "*metaontology*". O autor utiliza o hífen porque as regras do idioma grego recomendariam a contração da última vogal do prefixo "*meta*", resultando, na tradução para o inglês, em "*metontology*" (Van Inwagen 1990, p. 475). Seja como for, utilizarei neste trabalho o termo "metaontologia", para seguir a grafia corrente em inglês. (No mesmo artigo, Van Inwagen nota ainda que, de acordo com Franca D'Agostini, o termo em alemão "*Metontologie*" é cunhado por Heidegger.).

dessa disputa, estão os artigos "*On What There Is*", de Quine, publicado em 1948, e "*Empiricism, Semantics, and Ontology*", de Carnap, publicado em 1950[11]. Mas, como se verá ao longo da presente tese, a disputa, que se condensa nesses dois artigos, envolve trabalhos anteriores de ambos. Tanto no caso de Quine quanto no de Carnap, elementos prévios dos seus pensamentos são mobilizados em seus respectivos artigos para fundamentar as posições de cada um[12].

Além do seu papel fundacional, tanto Quine quanto Carnap são imensamente influentes dentro da disciplina nos dias de hoje. O impacto duradouro de ambos pode ser facilmente reconhecido pelo uso difundido dos rótulos "quineanismo", "carnapianismo", "neo-quineanismo" e "neo-carnapianismo" para identificar e agrupar certas posições metaontológicas atuais. Enquanto "carnapianismo" e "neo-carnapianismo" são tipicamente aplicados a teorias metaontológicas segundo as quais disputas ontológicas são, em um certo sentido, superficiais, problemáticas ou meramente verbais, "quineanismo" e "neo-quineanismo" designam posições metaontológicas segundo as quais tão disputas são profundas, difíceis, substanciais e merecedoras de debate filosófico sério[13]. É comum, ainda, que cada um desses lados do debate metaontológico seja designado também, respectivamente, com os rótulos "deflacionismo" e "não-deflacionismo" (ou "inflacionismo").

Este trabalho trata da metaontologia de Carnap e do ambiente filosófico de seu surgimento (e, em menor medida, trata da sua influência dentro da disciplina tal como ela é praticada atualmente). O lugar do filósofo alemão dentro da paisagem teórica resumida acima é um tanto quanto curioso. Carnap é, sem dúvida, uma das principais influências

[11]De agora em diante, esse trabalho de Carnap será referido simplesmente por "ESO".

[12]Vale notar também que esse debate entre Carnap e Quine não cessa com os artigos referidos neste parágrafo.

[13]Certos termos importantes aqui ("superficiais", "meramente verbais", "profundas", "substanciais", etc.) serão melhor entendidos no decorrer deste trabalho.

dentro dessa paisagem. Mas, ao mesmo tempo, o contexto dialético que envolve a publicação do seu principal trabalho na área[14] e a doutrina ali contida são profundamente diferentes respectivamente daquilo que anima os herdeiros de Carnap na metaontologia contemporânea e das teorias que estes propõem. Dado que, como notado acima, é comum na literatura especializada encontrar o rótulo de "neo-carnapianismo" para caracterizar um certo modo de pensar a ontologia, as minhas afirmações neste parágrafo requerem justificação, e é precisamente isso que apresento nesta tese. Pretendo convencer o leitor ou leitura de que o ambiente filosófico que enseja Carnap a publicar ESO e a doutrina que ali encontramos não são obviamente assimiláveis aos seus correlatos contemporâneos (tampouco a doutrina de ESO é obviamente contrastante com a de seus opositores contemporâneos). Há algo particular na teoria de Carnap e no seu contexto que o estudo mais atual dentro da disciplina ou falha em deixar claro ou negligencia.

De maneira sucinta, e como veremos com mais vagar no decorrer desta tese, o propósito de Carnap é duplo: de um lado, ele pretende insular disciplinas filosóficas e científicas de ideias especulativas da metafísica e da ontologia tradicionais que ele considera prejudiciais; de outro, ele deseja estabelecer um método mais frutífero de desenvolver essas disciplinas, um modo menos especulativo, por assim dizer[15].

Com respeito ao primeiro desses itens, e falando mais concretamente, o foco de Carnap está em preservar a autonomia da semântica em face de críticas de cunho ontológico ou metafísico[16]. Como se verá mais adiante, as críticas às quais Carnap objeta têm com alvo o uso que este faz, em seu trabalho semântico, de teorias em que figuram

[14] Aludo aqui a ESO.

[15] O sentido de "modo menos especulativo" ficará mais claro no decorrer deste trabalho.

[16] Semântica entendida aqui como o estudo filosófico da linguagem e de suas propriedades teóricas – tais como a sinonímia, por exemplo – e de conceitos tocantes à linguagem na sua função representativa, tais como verdade e designação.

entidades abstratas[17]. Carnap defende e argumenta pela legitimidade desse procedimento; seus críticos, por sua vez, ou suspeitam de objetos abstratos, ou exigem um tipo de justificação ontológico-filosófica para que eles sejam referidos em disciplinas científicas ou filosóficas, ou ainda identificam a referência a tais objetos como a defesa de uma doutrina platonista em ontologia.

Com respeito ao seu segundo propósito, Carnap defende que a semântica, e mesmo qualquer outra disciplina científica ou filosófica, se desenvolva de maneira menos especulativa e mais pragmática. Isso, em primeiro lugar, quer dizer que Carnap sustenta que essas disciplinas não sejam constrangidas por ideias metafísicas ou ontológicas acerca dos objetos requeridos para a teorização; e, em segundo, que elas sejam desenvolvidas orientadas condicionalmente às tarefas para as quais elas são propostas, tarefas que, em geral, constituem os empreendimentos disciplinados de produção de conhecimento dentro dos domínios científico e filosófico.

Como veremos mais adiante, desse duplo propósito dentro da obra de Carnap resultará indiretamente em um modo de conceber a ontologia e de praticá-la; resultará, em outras palavras, em uma metaontologia. Mas esse resultado é indireto, enfatizo. Embora a defesa de um modo de fazer semântica e os conceitos, distinções e teses que Carnap propõe em ESO (e antes disso) resultem em uma doutrina metaontológica, não há explicitamente nesse artigo (nem em outras obras do filósofo) a proposição de uma tese ontológica (a tese de que entidades abstratas existem, por exemplo, ou a tese de que elas não existem); tampouco aí se encontra uma teoria metaontológica explícita. O que emerge em ESO em termos metaontológicos (e também em termos ontológicos) é resultado de um esforço exegético de

[17]O método de análise semântica que Carnap propõe envolve, *grosso modo*, a atribuição tanto de uma extensão quanto de uma intensão aos objetos sobre os quais a disciplina teoriza (termos singulares, predicados, enunciados, entre outros). E intensões são entidades abstratas (isto é, são entidades que não ocupam lugar no espaço e no tempo).

seus leitores, esforço esse que muitas vezes extrapola a letra do texto, de maneira nem sempre caridosa. Eminentes neo-carnapianos, por seu turno, apresentam e defendem tanto um modo de conceber e praticar a disciplina da ontologia, quanto uma doutrina ontológica de primeira ordem, e essa defesa é bastante explícita. Essa é uma diferença chave entre Carnap e seus herdeiros. O caso de Thomasson, uma das mais destacadas neo-carnapianas, é um exemplo paradigmático disso: há na obra da autora americana a defesa tanto da tese de que objetos físicos ordinários existem (uma tese ontológica), quanto a articulação de um modo de pensar e responder a questões dentro da disciplina (modo este que ela chama "ontologia fácil", que é uma doutrina metaontológica)[18]. Embora a autora defenda uma linha de continuidade entre o seu projeto metaontológico e a caracterização que Carnap oferece daquilo que em ESO são chamadas "questões internas" de existência, não é suficientemente notado na literatura que os objeto de estudo de cada um desses autores é bastante diferente.

O objetivo deste trabalho é dar conta desse cenário. Pretendo discutir aqui o contexto dialético que motiva a publicação de ESO, discernir as principais teses, distinções, conceitos e propostas que Carnap apresenta no texto (além de revelar a origem desses elementos em obras anteriores, quando for o caso) e caracterizar de modo mais caridoso e abrangente a doutrina metaontológica que dali se pode se extrair. Esse é um primeiro passo para um programa mais amplo e posterior de pesquisa com o objetivo de problematizar o lugar da doutrina carnapiana dentro da metaontologia atual, problematização esta da qual um esboço é oferecido na conclusão deste trabalho.

A literatura contemporânea na área sem dúvida atribui lugar de destaque a Carnap, e estudos e comentários sobre sua doutrina ou parte dela estão longe de serem

[18] A ontologia e a metaontologia que a autora defende aparecem de maneira mais articulada em Thomasson (2007) e (2015), respectivamente.

escassos. A pertinência de uma investigação desse tema é algo que requer defesa, portanto. Nesse sentido, observo que, apesar de um interesse reavivado nos últimos anos pela doutrina de Carnap, ainda carecemos de um estudo mais completo dela. "Completo" aqui significa um estudo que dê conta de suas especificidades internas, do seu lugar com respeito à filosofia de sua época e do seu destino dentro da filosofia hoje em dia. Além dessa lacuna de caráter geral, noto que algumas deficiências particulares no entendimento da teoria de Carnap ainda permanecem. Dentre estas, destaco as seguintes. Em primeiro lugar, ainda é prevalente a tendência de investigar a posição do filósofo como se ela fosse uma resposta a problemas e questões de ontologia contemporâneos, problemas que não só não motivam a publicação de ESO, como passam a ocupar lugar central no debate ontológico e metaontológico muitos anos depois de 1950[19]. Em segundo, permanece a ideia de que Carnap subscreve à teoria verificacionista do significado em ESO quando caracteriza os enunciados e questões de existência tradicionalmente produzidos dentro da disciplina da ontologia[20] como carentes de conteúdo cognitivo[21]. Terceiro, há mal entendidos sobre os

[19]Como argumento no decorrer desta tese, a metaontologia que resulta das obras de Carnap não é uma consequência de o autor tentar responder questões da ontologia convencional tradicional (se este ou aquele tipo de entidade existe ou não), mas sim da tentativa de afastar constrangimentos ontológicos e metafísicos da teorização em lógica e semântica inicialmente, e, posteriormente, da tentativa de afastar esses constrangimentos da filosofia e da ciência de maneira geral. A doutrina de Carnap, no entanto, é frequentemente invocada em contextos eminentemente de ontologia contemporânea convencional (a respeito da existência de objetos ordinários ou de somas mereológicas, por exemplo). As obras metaontológicas de Hirsch e Thomasson, inspiradas pelo trabalho de Carnap (mais no caso de Thomasson que de Hirsch, é verdade), são ilustrativas disso.

[20]Falo aqui de enunciados produzidos "tradicionalmente dentro da disciplina da ontologia" para enfatizar que a caracterização de Carnap se aplica aos enunciados que constituem os debates ontológicos antes da reforma radical que a obra de Quine ocasionou. O modo como a disciplina da ontologia é conduzida depois de Quine é bastante diferente do como ela é conduzida antes, e é ao modo pré-quineano que se deve aplicar o diagnóstico de carência de conteúdo cognitivo que Carnap apresenta.

[21]Enunciados e questões "externos", no jargão de ESO. A respeito desse ponto, Hirsch, por exemplo, afirma que "a formulação de Carnap às vezes parece sugerir uma perspectiva antirrealista ou verificacionista" (2009, p. 231) (No original: "*Carnap's formulation sometimes seems to suggest an anti-realist or verificationist perspective*"). Soames diz que Carnap era verificacionista à época de seu debate com Quine (isto é, à época do debate que dá origem à metaontologia) (2009, p. 425). Contrariamente a esses

aspecto tolerante da metaontologia de Carnap, como se tolerância implicasse tomar os lados opostos de uma disputa ontológica como "corretos" ou "falando a verdade" nas respectivas linguagens adotadas por cada um dos debatedores[22]. Quarto, minimiza-se a dimensão pragmática constituinte da metaontologia de Carnap e, consequentemente, se subestimam as condições substantivas que fazem parte das escolhas de alternativas linguísticas[23]. Por fim, há uma deferência excessiva e difundida ao entendimento de Quine do que sejam ontologia, platonismo e nominalismo quando a posição de Carnap é avaliada[24], ignorando-se que parte importante da motivação do filósofo alemão é precisamente desafiar as concepções quineanas. Em que circunstâncias se pode dizer de alguém (ou de uma conduta linguística ou teórica) que é platonista ou nominalista? Carnap e Quine oferecem respostas profundamente diferentes a essa pergunta, e pressupor a correção da resposta quineana ao se avaliar a filosofia de Carnap (ainda que Quine tenha legado à posteridade uma resposta "vencedora") requer objeção.

---

juízos, estudiosos da obra de Carnap ressaltam que o filósofo não mais endossa o verificacionismo à época da publicação de ESO. Carus, por exemplo, afirma que "depois de 1950, Quine foi capaz de convencer o mundo de que ele tinha 'derrubado' a 'teoria verificacionista do significado' de Carnap, pregando em Carnap uma ideia que ele não havia sustentado por vinte anos" (2007, p. 34) (No original: "*after 1950, Quine was able to convince the world he had 'overthrown' Carnap's 'verification theory of meaning', pinning on Carnap a view he had not held for twenty years*").

[22]Em linhas bastante gerais, essa interpretação da tolerância de Carnap está embutida no variantismo quantificacional de Hirsch, outro destacado neo-carnapiano. O autor sugere essa leitura da tolerância de Carnap em (2011, p. 82). Sem dúvida, a importância de Hirsch para a metaontologia contemporânea colabora para se atribuir a Carnap posição similar à de seu herdeiro.

[23]Essas condições são integrantes basilares de como Carnap caracteriza essas escolhas, o que acarreta implicações bastante importantes para o rótulo de "deflacionista" que se aplica à doutrina metaontológica de Carnap. É bastante comum que a doutrina carnapiana seja agrupada juntamente com a "ontologia fácil" de Thomasson sob aquele rótulo, ainda que esta última careca dos aspectos pragmáticos que, para Carnap, são centrais.

[24]Soames, por exemplo, após citar uma passagem de ESO, escreve que "apesar de sua aceitação de objetos abstratos, Carnap não é platonista" (2009, p. 428) (No original: "*Despite his acceptance of abstract objects, Carnap is no Platonist*"), e caracteriza a passagem citada como "desconcertante" ("*perplexing*"). A passagem é desconcertante apenas se entenderemos "aceitar objetos abstratos" e "platonista" do modo que Quine entende essas expressões. Mais adiante, volto a essa passagem de Soames.

Há, pois, uma série de imperfeições na imagem de Carnap que se encontra na literatura relevante. E essas imperfeições pedem exame e correção. Ao final desta tese, espero ter oferecido elementos ao leitor ou leitora de que os problemas que o filósofo enfrenta à época da publicação de ESO são muito diferentes dos principais problemas discutidos na metaontologia contemporânea; que a metaontologia carnapiana é complexa, sendo constituída de diversos elementos, e que, ainda que algum desses elementos seja filosoficamente insustentável, ainda há outros que talvez valham a pena ser discutidos seriamente e adotados; e que muitos dos elementos presentes em ESO são antecipados em textos anteriores, fazendo parte de um núcleo mais ou menos duradouro do pensamento de Carnap. Por fim, e como objetivo de um trabalho posterior a esta tese e que se utilizará daquilo que aqui está exposto, quero sugerir que o lugar da doutrina carnapiana relativamente às teorias contemporâneas que lhe são herdeiras ou que se lhe opõem é significativamente mais nuançado do que se costuma pensar.

Esta tese está dividida em dois grandes capítulos. No restante desta introdução, apresento um sumário de cada um deles.

No capítulo 1, exploro o contexto filosófico pertinente que circunda a publicação de ESO. Dada a importância de Quine tanto para esse contexto quanto para a emergência da metaontologia enquanto disciplina independente, é à sua filosofia que o capítulo é dedicado. Abordo nesse capítulo aspectos do pensamento quineano que são, ao mesmo tempo, fundamentais para o seu debate com Carnap, que motivam este último a publicar ESO e que estão diretamente relacionados à disciplina da metaontologia[25]. Mais particularmente,

[25]Vale dizer que o debate entre Quine e Carnap não exaure o pano de fundo filosófico de ESO. Nesse artigo, Carnap também responde a duas revisões críticas de seu livro "*Meaning and Necessity*" (doravante, "MN"), a saber, Nagel (1948) e Ryle (1949). Dada a relativa desimportância direta desses trabalhos de Nagel e Ryle para a emergência da metaontologia, eles não serão discutidos em detalhes na presente tese. Seja como for, as críticas que ambos apresentam fazem parte de tipos de objeção cujas respostas de Carnap serão, sim, abordadas no presente trabalho. Para um exame das objeções de Nagel e Ryle aos

discuto os seguintes três temas trazidos pela filosofia de Quine: em primeiro lugar, seu critério de compromisso ontológico, em segundo, a sua concepção de platonismo (enquanto doutrina ontológica); em terceiro, o seu antiplatonismo "combativo" por assim dizer.

Começo, na seção 1, pelo critério de compromisso ontológico que Quine propõe. Embora esse critério em si não seja motivo de controvérsia com Carnap, ele irá embasar tanto a concepção de platonismo (e de qualquer outra doutrina ontológica) que Quine endossa, quanto o seu antiplatonismo. Em linhas muito gerais, o critério de compromisso ontológico de Quine diz que uma teoria está ontologicamente comprometida com aqueles, e somente aqueles, objetos que estão no domínio de quantificação dessa teoria, após os enunciados dessa teoria serem regimentados na notação lógica do cálculo de predicados. Disserto sobre como o critério emerge na filosofia de Quine como produto final de sua tentativa de esclarecer quais são (ou quais deveriam ser) as consequências de crenças ontológicas prévias de um falante para o comportamento linguístico desse falante e para a expressão linguística de disputas ontológicas de que esse falante faça parte (se é que há tais consequências). Depois disso, na seção 2, abordo a concepção quineana do que seja adotar uma doutrina ontológica. Veremos que, de posse de seu critério, Quine defende que o platonismo, por exemplo, consiste na adoção de uma linguagem ou uso de uma teoria ontologicamente comprometidas com objetos abstratos. Também nesta seção introduzo as divergências terminológicas entre Quine e Carnap acerca dos termos relevantes do debate que é objeto desta tese, termos como "platonismo", "nominalismo", "ontologia" e cognatos. Conforme se verá, Carnap recomenda repetidamente a Quine não utilizar esses vocábulos em discussões relativas ao domínio de variação das variáveis de uma linguagem ou teoria ou em debates sobre o emprego de linguagens ou teorias com estes ou aqueles

trabalhos semânticos de Carnap da década de 1940, ver Martin (1972).

compromissos ontológicos. Tanto em trabalhos publicados quanto em correspondências privadas, Carnap argumenta que terminologia quineana é enganadora. Para o filósofo alemão, essa terminologia induz leituras excessivamente metafísicas ou ontológicas de escolhas linguísticas ou teóricas em disciplinas científicas e filosóficas[26]. Por fim, na seção 3, trato do antiplatonismo de Quine, que se apresenta como uma rejeição aberta e enérgica de linguagens ou teorias ontologicamente comprometidas com objetos abstratos[27]. Veremos que esse antiplatonismo é fundamentado em uma "intuição filosófica" (a expressão é de Goodman e Quine, autores em conjunto do artigo onde o antiplatonismo deste aparece de maneira mais vigorosa e explícita) acerca da inexistência de tais objetos.

A metaontologia de Carnap é largamente influenciada pelos dois últimos aspectos da filosofia de Quine mencionados acima. E é à resposta de Carnap que dedico o segundo capítulo desta tese. Começo, na seção 1, pelo que o filósofo chama de "atitude básica" de divorciar o uso de uma linguagem do endosso de uma tese ontológica ou metafísica concernente à natureza do mundo tal como representada pela linguagem em questão. Em termos mais concretos, Carnap argumenta que a teorização em semântica envolvendo a referência a entidades abstratas não é equivalente, tampouco implica, o platonismo em ontologia. O filósofo identifica o endosso de uma posição metafísica ou ontológica com a afirmação de um enunciado tipicamente metafísico ou ontológico (um enunciado externo, conforme a distinção de ESO que será abordada em seção posterior) ou com a crença

[26]O que seria uma "leitura metafísica ou ontológica" dessas escolhas? Um exemplo particularmente caro a Carnap: que a utilização de linguagens em cujo domínio ocorram entidades abstratas seja entendida como motivada por (ou como a expressão de) uma tese ontológica forte acerca da existência de entidades abstratas.

[27]Deve-se notar aqui que, mais tarde em sua carreira filosófica, Quine irá mudar de opinião quanto à admissibilidade de linguagens ou teorias ontologicamente comprometidas com objetos abstratos. Essa transição, ainda que seja de importância significativa para o estudo do pensamento quineano, é menos importante para os meus propósitos aqui. Por essa razão, ela não é abordada em pormenores no presente trabalho. Ver Parsons (2011) para a evolução do nominalismo de Quine.

naquilo é expresso por esse enunciado[28]. Identifico a gênese dessa distinção na obra "*Der logische Aufbau der Welt*"[29], publicada mais de duas décadas antes de ESO, e discuto como ela reaparece neste último trabalho.

Na seção 2, abordo o conceito de framework, introduzido em ESO. Este conceito irá fundamentar as demais distinções propostas e teses que se encontram nesse artigo. Por ora, basta dizer que frameworks são linguagens, ou fragmentos de linguagens, construídas a partir de um vocabulário e de regras para a formação, derivação e confirmação de enunciados. Disserto sobre algumas características relevantes dos frameworks (o caráter intersubjetivo de seu uso e a possibilidade de sua construção artificial e formalizada, por exemplo), e discuto alguns dos esboços que Carnap fornece.

Na secção 3, explico a distinção entre dois tipos de discurso existencial, chamados "interno" e "externo" em ESO. Como veremos, o que diferencia esses dois tipos de discurso é a intenção do falante de que o enunciado ou questão proferida esteja de acordo com as regras do framework cujo vocabulário esteja em uso (de acordo especialmente com as regras para a avaliação teórica desses enunciados). O enunciado "Números existem", por exemplo, pode ser proferido (ou entendido) de modo que as regras de um framework dos números sejam obedecidas (caso em que se trata de discurso interno) ou não (caso em que se trata de discurso externo). Veremos também aí que Carnap identifica o discurso ontológico com o discurso externo. Uma tese ontológica se configura nesse quadro, portanto, como uma afirmação em que as regras para avaliação teórica de um framework não estão sendo obedecidas. Também na seção 3, examino o diagnóstico crítico que Carnap oferece

[28]Carnap não irá negar que a crença que constitui uma posição metafísica ou ontológica possa motivar ou repelir a referência a certos tipos de objetos na teorização em qualquer disciplina da filosofia ou da ciência. O que ele nega é que o uso de uma linguagem que faça referência a este ou aquele tipo objeto seja equivalente, sem mais, ao endosso de uma doutrina ontológica ou metafísica concernente a esse tipo de objeto.

[29]De agora em diante no decorrer desta tese, esse livro será referido simplesmente por "*Aufbau*".

do discurso externo. Segundo o filósofo, o discurso externo é carente de conteúdo cognitivo. Uma vez que esse diagnóstico é usualmente associado à teoria verificacionista do significado, termino a seção investigando o papel dessa teoria na crítica de Carnap.

Nas seções 4, 5 e 6, o foco é dado aos elementos da metaontologia de Carnap concernentes à dimensão prática do discurso existencial. Trata-se daqueles elementos vinculados à escolha dos frameworks, frameworks estes nos quais o discurso existencial interno é expresso. Falo em dimensão prática aqui porque, para Carnap, escolhas linguísticas são não apenas decisões concernentes à ação (ainda que esta ação seja a adoção ou rejeição de uma linguagem), mas também são (ou deveriam ser) guiadas por fatores de ordem pragmática, e não de ordem metafísica ou ontológica.

Na seção 4, abordo a sugestão de Carnap de que o discurso externo (cuja carência de conteúdo já terá sido abordada na seção anterior) seja substituído por um tipo de discurso que versa explicitamente sobre a escolha de frameworks. Em vez de nos perguntarmos externamente "Números existem?", por exemplo, Carnap defende que perguntemos "Devemos utilizar o framework dos números?". Além de discutir mais pormenorizadamente essa sugestão de Carnap, abordo a história desse aspecto de sua filosofia. Veremos que a tentativa de substituir o discurso cognitivamente inepto das disciplinas filosóficas da ontologia ou da metafísica pelo discurso explicitamente prático-linguístico (este cognitivamente sadio) emerge no pensamento de Carnap no início da década de 1930, permanecendo desse momento em diante.

Na seção 5, trato do princípio de tolerância. Tal princípio é um elemento que surge na filosofia de Carnap também no início da década de 1930 aplicado ao domínio da lógica e que é mais tarde generalizado para os âmbitos filosófico e científico de maneira irrestrita. Trata-se de um princípio normativo negativo, segundo o qual decisões linguísticas

nesses campos não devem ser constrangidas por ideias metafísicas ou ontológicas. Dito de outro modo, Carnap defende que tais decisões não sejam limitadas por ideias de correção metafísica ou de correspondência com uma putativa estrutura última do mundo ou com seus constituintes. Veremos que articulação desse princípio ocorre em "*Logische Syntax der Sprache*"[30], de 1934, e permanecendo desde então. Além da emergência desse princípio, discuto o seu papel, conteúdo e motivação em ESO.

Por fim, na seção 6, o tema é o que se convencionou chamar na literatura de "pragmatismo" de Carnap. Enquanto a tolerância diz respeito àquilo que não deve fazer parte de, ou informar, uma escolha linguística, o pragmatismo carnapiano toca justamente naquilo que deve fazer parte de, ou informar, uma tal decisão. Trato dessa seção dos dois principais elementos desse pragmatismo, a saber, que a escolha de um framework deve estar orientada ao alcance de um objetivo ou à realização de uma tarefa, em primeira lugar, e, em segundo, que esse objetivo ou tarefa determinam quais são as virtudes relevantes para a avaliação dos frameworks em consideração (virtudes tais como a simplicidade e a fecundidade, por exemplo). Este segundo elemento significa que, para um dado objetivo, a simplicidade pode ser mais relevante que a fecundidade, e o oposto pode ocorrer em caso de um objetivo diverso. É com base em um "cálculo" constituído desses dois elementos que frameworks devem ser escolhidos. Veremos que essa ideia de Carnap, de que linguagens devam ser escolhidas conforme uma receita como essa aparece, ainda que em contornos bastante difusos, já no *Aufbau*, e permanece nas obras seguintes, emergindo novamente em ESO. Também disserto sobre a interpretação, também pragmática (por oposição à interpretação realista), que Carnap dá à virtuosidade de uma linguagem. Enquanto que a interpretação realista toma a virtuosidade de uma linguagem como indício de uma conexão

[30]Seguindo o título da tradução desta obra para o inglês ("*The Logical Syntax of Language*", publicada em 1937), ela será referida de agora em diante por "LSL".

ontológica ou metafisicamente robusta entre a linguagem e o mundo, a interpretação pragmática considera essa virtuosidade apenas como justificação para o emprego dessa linguagem.

Na conclusão desta tese, esboço alguns caminhos futuros para essa pesquisa, com foco na relação entre a doutrina de Carnap e a metaontologia contemporânea. Aduzo algumas razões para se questionar a interpretação comum vigente que enfatiza, de um lado, a linha de continuidade entre a doutrina de Carnap e a família de teorias agrupadas sob os rótulos "neo-carnapianismo" ou "deflacionismo" e, de outro, a oposição entre aquela e a família de teorias ditas neo-quineanas ou inflacionistas. Conforme argumento de maneira preliminar, essa interpretação comum negligencia alguns pontos fundamentais, que são os seguintes. Em primeiro lugar, e como anunciei mais acima, neo-carnapianos como Hirsch e Thomasson defendem explicitamente tanto uma tese ontológica de primeira ordem quanto uma maneira de fazer ontologia. No caso de Carnap, não há defesa de uma tese ontológica (seja do platonismo ou da negação deste ou ainda de outra). Tampouco encontramos na obra do filósofo alemão a defesa de uma maneira de fazer ontologia. As consequências metaontológicas que encontramos no trabalho de Carnap são, conforme espero ter argumentado no decorrer desta tese, indiretos, resultado da sua tentativa de defender a autonomia de disciplinas científicas e filosóficas em face de críticas de cunho filosófico-especulativo. Em segundo lugar, e tornando agora ao âmbito do neo-quineanismo, minimizam-se os aspectos pragmáticos relativos às escolhas de linguagens ou teorias para Carnap, aspectos estes que são bastante similares a um elemento do método metaontológico neo-quineano. Neste método, a ontologia se descobre pela identificação dos compromissos ontológicos da melhor teoria. E a melhor teoria é escolhida justamente pela avaliação de suas virtudes teóricas em comparação com as de suas rivais. Isso, obviamente, não é o

mesmo negar que permanecem diferenças fundamentais entre a doutrina de Carnap e o neo-quineanismo[31] ou similaridades bastante evidentes entre aquela e o neo-carnapianismo, mas, sim, de trazer à luz semelhanças e dissimilaridades nos dois casos que são pouco notadas na literatura especializada.

[31]Em especial, no neo-quineanismo, essa avaliação das virtudes de uma teoria é colocada dentro de um projeto de investigação também explicitamente ontológica, coisa que não ocorre em Carnap.

1 Quine e o contexto dialético

1.1 Introdução

Como mencionado na introdução a esta tese, a metaontologia enquanto disciplina independente emerge de uma disputa entre Quine e Carnap. Levando-se em conta que o pensamento deste último será examinado no próximo capítulo, o foco neste momento é dado à filosofia daquele. Abordo aqui certos aspectos do pensamento quineano que são relevantes num duplo sentido: eles tanto motivam a emergência da metaontologia em si quanto são objeto de dissenso entre Quine e Carnap[1].

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira delas, disserto sobre uma ideia que talvez seja a mais fecunda dentro da disciplina da metaontologia: o critério de compromisso ontológico de Quine. Esse critério pretende revelar quais as demandas ontológicas que linguagens ou teorias fazem à realidade. "Demanda ontológica" aqui refere aqui às entidades ou aos tipos de entidades que devem existir para que os enunciados que formulamos nessas linguagens ou dentro dessas teorias sejam verdadeiros. No jargão quineano, tais entidades ou tipos de entidades são ditos os "compromissos ontológicos"

[1]Como se sabe, Quine e Carnap são interlocutores próximos e divergem acerca de um número bastante expressivo de matérias filosóficas, tanto em suas obras publicadas quanto em correspondências privadas – estas últimas publicadas no volume Carnap e Quine (1990). Muitas dessas matérias não serão examinadas nesta tese. Um caso especialmente notório é a rejeição do par analítico-sintético por Quine. Essa rejeição não será abordada aqui porque o debate específico acerca da distinção não é relevante para o surgimento da metaontologia em particular e tampouco motiva Carnap a publicar ESO. Vale notar que o principal artigo no qual Quine ataca a distinção – "*Two Dogmas of Empiricism*" – é publicado em 1951, ou seja, um ano após ESO. O par analítico-sintético ocorre, sim, na interpretação que Quine faz de uma distinção que Carnap propõe em ESO – a saber, a distinção entre discursos interno e externo – e no juízo que ele faz desta. Essa interpretação aparece no artigo "*On Carnap's Views on Ontology*", também de 1951.

dessas linguagens ou teorias[2]. Mostro nessa seção como esse critério emerge de um exame acerca da relação entre as crenças ontológicas de um falante e o léxico utilizado por este falante e da relação daquelas com certos padrões inferenciais que o falante está disposto a aceitar. Discuto o modo como este exame de Quine evolui para a proposição de um critério puramente formal de compromisso ontológico, onde não mais ocorre a figura de um falante e onde a linguagem cotidiana dá lugar à linguagem técnica da lógica. Como é notório, Quine propõe que os compromissos ontológicos de uma linguagem ou teoria sejam identificados aos valores das variáveis ligadas dos enunciados dessa linguagem ou teoria após a regimentação destes na notação lógica do cálculo de predicados.

Na segunda seção, trato do entendimento de Quine quineano do que seja adotar uma doutrina ontológica (e, mais particularmente, do seu entendimento do que seja adotar o platonismo ou o nominalismo). Como se verá, de posse de seu critério de compromisso ontológico, Quine propõe que a adoção do platonismo seja entendida como a utilização de linguagens ou aceitação de teorias comprometidas ontologicamente com pelo menos um objeto abstrato. A proposta interpretativa de Quine é mais geral e se aplica a outras doutrinas ontológicas. Nesse quadro, o nominalismo é entendido como adoção de linguagens ou aceitação de teorias portadoras de compromissos ontológicos apenas com objetos concretos. Veremos que Quine tipifica as principais escolas do debate acerca da fundamentação da matemática – debate este corrente nas primeiras décadas do século XX – em função da interpretação apresentada nessa seção. Mais particularmente, saberemos que Quine interpreta o logicismo como uma reedição contemporânea do platonismo, em

[2]Como se verá, essas entidades ou tipos também são ditos os compromissos ontológicos das *pessoas* que utilizam essas linguagens ou teorias, pelo menos em casos típicos. Os casos atípicos serão caracterizados mais adiante neste capítulo. Em síntese, tais casos são definidos ou pelo uso insincero de uma linguagem (Quine fala em "atitude de frivolidade") ou pela descoberta de uma paráfrase dos enunciados relevantes em que os compromissos ontológicos indesejáveis são evitados.

virtude de entidades abstratas figurarem entre os valores das variáveis ligadas da linguagem empregada nas construções da aritmética e da geometria[3].

Na terceira seção deste capítulo, discuto o antiplatonismo de Quine e o fundamento que este oferece em seu suporte. Como se verá, Quine argumenta vigorosamente contra o platonismo na ciência e na filosofia[4]. Tendo em vista o que terá sido abordado nas seções anteriores, veremos que o antiplatonismo de Quine equivalerá à rejeição de linguagens ou teorias ontologicamente comprometidas com entidades abstratas[5]. Para os propósitos desta tese, é relevante não o projeto nominalista de Quine em si, mas o tipo de princípio sobre o qual ele repousa primariamente: uma "intuição filosófica" acerca da não-existência

[3]Os principais exponentes da doutrina logicista são Frege e Russell. Enquanto aquele pretende reduzir somente a aritmética à lógica, este estende o projeto também à geometria. Para uma apresentação do logicismo e de sua evolução pós-Frege e Russell, ver Tennant (2017). Vale notar ainda que, embora não seja um proponente do logicismo, Carnap entende a sua filosofia da matemática como incorporando elementos dessa escola (em conjunção com elementos do formalismo e também do intuicionismo, é verdade). É necessário mencionar também que, no congresso de 1930 acerca da fundamentação da matemática, Carnap está encarregado de apresentar o ponto de vista logicista. Na seção 6 de Carnap (1963a), o filósofo dá conta da influência que as três principais doutrinas têm na sua filosofia e no pensamento do Círculo de Viena de maneira geral.

[4]Esse aspecto da filosofia de Quine aparece mais claramente em "*Steps Toward a Constructive Nominalism*", artigo escrito em coautoria com Goodman e publicado em 1947. Embora Goodman seja autor de um projeto nominalista relevante, a sua contribuição para o debate particular que dá origem à metaontologia é menor. Por essa razão, sua obra não será examinada neste trabalho. O autor desenvolve seu projeto nominalista em Goodman (1951).

[5]A oposição de Quine a linguagens e teorias platonísticas se dá durante o período relevante para esta tese (a saber, até 1950, ano em que Carnap publica ESO). Como notado brevemente na introdução desta tese, Quine ira mais tarde admitir entidades abstratas na ciência e na filosofia sob o argumento de que elas são indispensáveis para a teorização dentro desses campos do conhecimento. Essa admissão é feita muito a contragosto, como Quine mesmo conta: "Classes, com o passar dos anos, eu relutantemente admiti" (1981, p. 100) (No original: "*Classes, down the years, I have grudgingly admitted*".). A indispensabilidade de entidades abstratas para a ciência empírica é derivada da indispensabilidade dessas entidades para a matemática e do papel central que a matemática tem dentro do domínio científico. A transição de um antiplatonismo para um platonismo hesitante e os argumentos em favor da admissão de entidades abstratas são imensamente relevantes para um completo entendimento do pensamento quineano e para a filosofia da matemática de modo mais geral. Sua importância para os propósitos desta tese é, no entanto, menor, motivo pelo qual não serão objeto de estudo aqui. Ver Colyvan (2019) para uma revisão dos argumentos da indispensabilidade na filosofia da matemática.

de entidades abstratas. Começo a seção abordando o desconforto de Quine com entidades abstratas, já aparente em algumas de suas primeiras obras após a conclusão de seu doutorado, ainda na primeira metade da década de 1930. Depois disso, discuto o papel da intuição filosófica no antiplatonismo defendido por Quine.

1.2 O contato entre linguagem e objeto

Se quisermos atribuir a uma única ideia o papel de fundadora da disciplina da metaontologia, essa ideia pertence a Quine. Trata-se do seu critério de compromisso ontológico. E essa ideia teria esse papel não por inaugurar na história da filosofia a discussão de noções metaontológicas, mas, sim, por apresentar um modo de debater questões ontológicas que é, ao mesmo tempo, rigoroso e fértil, e sobre o qual, além do mais, está assentada a maior parte do desenvolvimento filosófico nessa disciplina. Ainda que, como veremos mais adiante, neo-carnapianos constituam parte relevante da paisagem teórica na metaontologia, e ainda que haja filósofos dedicados à disciplina que não são nem neo-quineanos nem neo-carnapianos[6], é na esteira desse ideia de Quine que o campo se desenvolve com mais vigor[7].

Antes de discutirmos o critério de Quine e investigar as suas origens, cabe uma

[6]Um terceiro grupo bastante influente na metaontologia atual é o neo-aristotelianismo, do qual não tratarei aqui. Dito de maneira preliminar, o neo-aristotelianismo disputa a relevância dos debates acerca do que existe, ao mesmo tempo em que defende a proeminência de questões acerca de quais entidades são fundamentais e acerca das relações de dependência entre entidades não-fundamentais e fundamentais. Dois exemplos de autores que defendem perspectivas neo-aristotélicas na metaontologia contemporânea são Fine (2009) e Schaffer (2009).

[7]A metaontologia de Quine enquanto metodologia para a condução da disciplina da ontologia envolve mais que o seu critério (notoriamente, ela também envolve o ranqueamento de teorias). Mas o critério é parte indissociável dessa metodologia: a ontologia que devemos aceitar é dada pelos compromissos ontológicos da melhor teoria. O neo-quineanismo em metaontologia desenvolve-se justamente a partir da conjunção das ideias de compromisso ontológico e da identificação de uma melhor teoria. Uma caracterização geral do projeto neo-quineano é apresentada no capítulo 3 de Berto e Plebani (2015).

explicação de por que ele é metaontológico. O que caracteriza o critério de Quine como uma ideia pertencente à metaontologia propriamente dita? O critério é meta*ontológico* (com ênfase em "ontológico") porque diz respeito à existência de certos objetos ou tipos de objetos, e não a quaisquer outros de seus atributos; e ele é *meta*ontológico (com ênfase no prefixo "meta") porque se trata, não de um critério para identificar quais entidades ou tipos de entidades existem de fato, mas, sim, de um critério para identificar as demandas ontológicas que uma linguagem ou teoria – e, por conseguinte, o usuário dessa linguagem ou teoria – fazem à realidade. E o critério é metaontológico em um sentido adicional, pois também indica um caminho pelo qual o empreendimento filosófico de descobrir o que existe no mundo (isto é, a disciplina da ontologia) pode ser conduzido. O critério, em conjunto com outras ideias, pode muito bem servir a um projeto de primeira ordem de identificar quais objetos ou tipos de objetos constituem a realidade (tal como ocorre no neo-quineanismo).

"Ser é ser o valor de uma variável ligada"[8]. Esse slogan, que sintetiza o critério de compromisso ontológico de Quine e que talvez seja o mais representativo de sua filosofia como um todo[9], parece querer expressar a ideia de que o ser, ele mesmo, de um objeto, sua existência ou realidade, está ligada ao domínio de quantificação das variáveis de uma linguagem ou teoria. Mas essa sugestão é enganosa e estapafúrdia. A existência de qualquer objeto não tem qualquer vínculo intrínseco com a figuração desse objetos entre os valores

[8]Vale dizer que, na primeira ocorrência desse enunciado, não há a palavra "ligada" ("*bound*"): "Ser é ser o valor de uma variável". Mas o conceito de variável ligada está subentendido, como mostram o contexto da passagem (onde o papel das variáveis ligadas é discutido em conjunto com o dos quantificadores) e a frase que imediatamente precede o enunciado acima: "O universo das entidades é o domínio de valor das variáveis. Ser é ser o valor de uma variável" (1939, p. 708) (No original: "*The universe of entities is the range of values of variables. To be is to be the value of a variable*").

[9]Falo em talvez aqui porque outro forte candidato é "Não há entidade sem identidade" ("*no entity without identity*"). A respeito da relevância desses dois slogans para a filosofia de Quine, Béziau escreve que "se Quine for lembrado de alguma forma, será por estes dois mandamentos" (2003, p. 9) (No original: "*If Quine will be remembered at all, it will be for these two commandments*").

das variáveis ligadas de uma linguagem ou teoria. Seja como for, ainda que estapafúrdia, Quine julga pertinente afastar essa interpretação. Em "*On What There Is*", ele escreve:

> Nós olhamos para variáveis ligadas em conexão com ontologia não para saber o que há, mas para saber o que uma dada observação ou doutrina, nossa ou de outrem, *diz* que há; e isso tudo é propriamente um problema de linguagem. Mas o que há é uma outra questão. (Quine 1948, p. 35, itálico no original)[10]

Alguns anos mais tarde, ele reafirma o ponto:

> Não estou sugerindo uma dependência do ser sobre a linguagem. O que está em consideração não é o estado ontológico das coisas, mas os compromissos ontológicos de um discurso. De modo geral, o que há não dependente do uso que alguém faz da linguagem; mas o que alguém diz que há sim. (Quine 1953, p. 103)[11,12]

O ponto que Quine quer avançar, isto sim, é que a afirmação, reconhecimento ou pressuposição da existência de objetos é uma prática discursiva que está vinculada fundamentalmente ao domínio de quantificação da linguagem. O reconhecimento da existência de objetos emerge no âmbito linguístico, em última análise, pela presença desses objetos entre os valores das variáveis ligadas de uma linguagem ou teoria[13]. Dentro do

[10]No original: "*We look to bound variables in connection with ontology not in order to know what there is, but in order to know what a given remark or doctrine, ours or someone else's*, says *there is; and this much is quite properly a problem involving language. But what there is is another question*".

[11]No original: "*I am not suggesting a dependence of being upon language. What is under consideration is not the ontological state of affairs, but the ontological commitments of a discourse. What there is does not in general depend on one's use of language, but what one says there is does*".

[12]Azzouni discerne essas duas possíveis interpretações do critério de Quine em termos de critério para o que existe e critério para reconhecer com o que um discurso nos compromete, e acrescenta que Quine não está oferecendo aquele (1998, p. 2).

[13]Digo "fundamentalmente" e "em última análise" não por retórica, mas porque, de fato, esse reconhecimento ontológico aparece de maneira inescapável (pelo menos nos casos típicos, que não envolvem frivolidade ou paráfrase, como veremos mais adiante) com a figuração de objetos e tipos de objetos no domínio de valores das variáveis ligadas da linguagem. Como se verá ainda nesta seção, outros candidatos linguísticos ao reconhecimento ontológico são descartados por Quine.

quadro quineano, reconhecemos a existência de objetos quando afirmamos enunciados de tipo "$(\exists x)(Fx)$"; melhor dizendo, reconhecemos a existência de objetos quando afirmamos enunciados que, ao serem regimentados na linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem, resultam em enunciados de tipo "$(\exists x)(Fx)$"[14]. O assentimento a enunciados desse tipo (ou a enunciados cuja regimentação na linguagem técnica da lógica resulta em enunciados desse tipo) torna explícito o reconhecimento da existência de objetos de tipo F[15].

Pode parecer um tanto óbvia a ideia de que a afirmação da existência de objetos é tornada explícita pelo assentimento a enunciados contendo variáveis ligadas por um quantificador existencial. Mas duas observações ajudam a afastar o ar de obviedade aqui. A primeira delas é que o critério requer a regimentação dos enunciados da linguagem em uma certa notação lógica, e não se aplica a frases tais como as encontramos na linguagem que falamos cotidianamente[16]. A segunda observação é que o critério carrega em si uma ideia negativa importante, a saber, a ideia de que afirmar, reconhecer ou pressupor a existência de objetos ou tipos de objetos é algo que não está ligado a outros aspectos do léxico ou da lógica linguística, e (algo particularmente caro a Quine) a ideia de que afirmar

[14]Mais adiante nesta seção, abordo a regimentação dos enunciados na notação lógica do cálculos de predicados.

[15]É importante notar que o assentimento a enunciados de tal tipo revela o reconhecimento da existência de *instâncias* de objetos F, e não de um atributo ou propriedade ou universal F. Se o predicado "Fx" abrevia o predicado "x é um cachorro", por exemplo, afirmar "$(\exists x)(Fx)$" revela o reconhecimento da existência de indivíduos caninos, e não de uma putativa propriedade ou universal caninidade. Um enunciado que, segundo Quine, revela compromisso com a existência de atributos, propriedades ou universais é aquele regimentado no cálculo de predicados de segunda ordem em que a letra predicativa ela mesma está ligada por um quantificador existencial. Mais adiante, volto ao tema conforme ele aparece nas reflexões ontológicas e metaontológicas de Quine.

[16]Como se verá mais adiante, uma das razões para Quine defender a regimentação da linguagem cotidiana nos termos da linguagem lógica é justamente tornar perspícua a ontologia pressuposta naquilo que falamos. Melhor dizendo, a ontologia pressuposta é um *produto* da disciplina de uma linguagem técnica, e não faz parte (nem mesmo de maneira opaca) da linguagem cotidiana.

a existência de objetos ou tipos de objetos não está ligada ao uso significativo de adjetivos e substantivos que remontam ao âmbito do abstrato[17].

"*On What There Is*", publicado em 1948, é o trabalho de Quine tradicionalmente tomado como a fonte do seu critério de compromisso ontológico. No entanto, essa não é a primeira de suas obras onde o critério aparece. Este já é discutido em dois artigos publicados quase dez anos antes, a saber, em "*Designation and Existence*" e em "*A Logistical Approach to the Ontological Problem*", ambos de 1939[18]. Depois disso, o critério aparece ainda em "*Notes on Existence and Necessity*", de 1943, e "*On Universals*", de 1947. Como se pode notar, o ímpeto de localizar e revelar as pressuposições ontológicas da linguagem é um dos mais constantes dentro do pensamento de Quine durante as duas primeiras décadas de sua carreira filosófica[19].

Em "*Designation and Existence*", Quine enuncia o slogan que sintetiza o seu critério da seguinte forma:

> Aqui estão, pois, cinco maneiras de dizer a mesma coisa: "Há uma

[17]Por que isso é caro a Quine? Porque, como veremos em seção posterior, Quine adota o nominalismo ontológico no período relevante, de modo que é importante para ele investigar se o uso de palavras que *prima facie* denotam objetos abstratos viola ou não as suas inclinações ontológicas.

[18]Este último artigo, conforme Quine explica em "*The Ways of Paradox*", é apenas apresentado oralmente (e o texto distribuído entre os participantes) no 5º Congresso Internacional para a Unidade da Ciência, em 1939. A sua impressão atrasa devido às convulsões causadas pela Segunda Guerra Mundial. O artigo é finalmente publicado impresso em Quine (1966b).

[19]Quine conclui o seu doutorado em 1932. Restrinjo a minha afirmação às duas primeiras décadas da carreira de Quine não porque as preocupações mencionadas cessem depois disso, mas apenas porque esse período inicial coincide com o estágio da filosofia de Carnap que me interessa abordar nesta tese (isto é, até 1950). De fato, as preocupações de Quine com o tema perduram por muito tempo disso. Chateaubriand escreve que a "ontologia desempenhou um grande papel na filosofia de Quine e foi uma de suas maiores preocupações do início da década de 1930 até o fim de sua vida [no ano de 2000]. [...] Ele publicou extensivamente sobre ontologia – talvez mais do que sobre qualquer outro assunto filosófico" (2003, p. 41). Em "*Pursuit of Truth*", publicado na década de 1990, e para citar apenas um exemplo, Quine volta novamente ao critério: "Insisti ao logo dos anos que ser é ser o valor de uma variável. Mais precisamente, o que alguém considera que há é o que alguém admite como valores de suas variáveis ligadas" (1992, p. 26).

> coisa tal como apendicite"; "A palavra 'apendicite' designa"; "A palavra 'apendicite' é um nome"; "A palavra 'apendicite' é uma substituinte de uma variável"; "A doença apendicite é o valor de uma variável." O universo de entidades é o domínio de valores de variáveis. Ser é ser o valor de uma variável. (1939, p. 708)[20]

Em "*A Logistical Approach to the Ontological Problem*", o slogan aparece assim:

> Parece então adequado descrever *nomes* simplesmente como aquelas expressões constantes que substituem variáveis e são substituídas por variáveis de acordo com as leis usuais da quantificação. [...] É a nomes, nesse sentido, que as palavras 'Há uma tal entidade como' pode ser prefixada de modo verdadeiro. Enunciado elipticamente: Pode-se dizer de nós que admitimos tal e tal entidade se e somente se nós consideramos que o domínio das variáveis inclui tal entidade. *Ser* é ser o valor de uma variável. (1966a, 66, itálico no original)[21]

Vê-se que, nos dois casos, o slogan é acompanhado de uma discussão acerca da relação entre a categoria dos nomes e as regras usuais de quantificação na linguagem lógica. Essas regras usuais – que especificam os modos de introdução e eliminação dos quantificadores existencial e universal – nos dizem que, de um enunciado contendo uma constante individual ("Fa"), podemos inferir validamente o enunciado que resulta da substituição dessa constante por uma variável ligada por um quantificador existencial ("$(\exists x)(Fx)$"); essas regras nos dizem também que, de um enunciado em que uma variável ocorre ligada pelo quantificador universal "$(\forall x)(Fx)$", podemos inferir o enunciado em

[20] No original: "*Here, then, are five ways of saying the same thing: 'There is such a thing as appendicitis'; 'The word "appendicitis". designates'; 'The word "appendicitis" is a name'; 'The word "appendicitis" is a substituend for a variable'; 'The disease appendicitis is a value of a variable.' The universe of entities is the range of values of variables. To be is to be the value of a variable.*"

[21] No original: "*It thus appears suitable to describe* names *simply as those constant expressions which replace variables and are replaced by variables according to the usual laws of quantification. [...] It is to names, in this sense, that the words 'There is an entity such as' may truthfully be prefixed. Elliptically stated: We may be said to countenance such and such an entity if and only if we regard the range of our variables as including such an entity. To* be *is to be the value of a variable.*"

que o quantificador é removido e a variável é substituída por uma constante individual ("Fa").

Ora, uma discussão entre as possíveis relações de substituição entre constantes, variáveis e quantificadores não é exatamente uma novidade[22]. Não é esse, portanto, o tema em que Quine está interessado ao enunciar o seu critério nesses artigos. A chave para entender a motivação de Quine em discutir esses truismos da lógica é dada por outras três informações constantes das passagens acima mencionadas: a primeira delas é a menção ao caráter designativo de uma certa categoria de palavras (o que as torna efetivamente nomes[23]) e a possibilidade de substituição por variáveis nos casos acima descritos; a segunda, a menção a um universo de entidades, expressão por meio da qual Quine quer referir a tudo aquilo que existe; e, por fim, a menção à nossa admissão de certas entidades dentro desse universo apenas nos casos em que essa entidade figura entre os valores das variáveis de que fazemos uso na nossa linguagem. O que Quine quer dizer é que a nossa admissão de que certas entidades existem (isto é, a admissão de que elas pertencem ao nosso universo de entidades) se expressa no nível lexical pelo uso de palavras que designam, e que palavras que designam (ou nomes) são precisamente aquelas sujeitas às regrais usuais já mencionadas.

Parece estranho que Quine queira buscar uma maneira de tornar explícito aquilo que consideramos existir ou não. E parece estranho porque somos capazes de dizê-lo nós mesmos, pelo menos nos casos em que a existência nos é relevante: "Deus existe", "Unicórnios não existem", "Papai Noel não existe", etc. Mas Quine não está interessado em como nossas crenças ontológicas se expressam fora da filosofia, e sim em debates filosóficos

[22] O sistema lógico de Frege, por exemplo, já contém axiomas governando essas relações.

[23] Ou seja, um nome não é apenas uma categoria gramatical. Um nome, além de uma certa função, requer uma contraparte no mundo, isto é, uma contraparte ontológica.

acerca da existência em que a própria expressão das partes divergentes enfrenta problemas específicos. E há um debate filosófico em particular que interessa a Quine, por razões que dizem respeito tanto ao debate ele mesmo quanto às suas (de Quine) próprias inclinações ontológicas, a saber, o debate acerca da existência de entidades abstratas.

Os problemas nos quais Quine está interessado surgem indiretamente das lições fornecidas pela teoria das descrições de Russell. A essência dessa lição, pelo menos para os propósitos de Quine, é a seguinte: não é preciso presumir a existência de um dado objeto para que possamos utilizar, em contextos sentenciais e de maneira significativa, expressões que parecem nomear ou referir esses objetos. Um enunciado pode ser perfeitamente significativo sem que nomes próprios ordinários ou descrições definidas que nele ocorrem tenham como valor semântico objetos individuais[24]. Não há vínculo necessário entre a significatividade do enunciado como um todo e a existência de um suposto objeto descrito ou nomeado. É por essa razão que se pode dizer do enunciado "O rei da França é calvo" que ele é significativo, embora não haja um objeto no mundo que corresponda à descrição definida "o rei da França". Tal descrição é diluída, por assim dizer, segundo o método de análise que Russell sugere no artigo "On Denoting"[25]. Na linguagem do cálculo de predicados de primeira ordem, e depois da análise russeliana, o enunciado anterior se torna "$(\exists x)(Rx \wedge Cx) \wedge (\forall y)(Ry \rightarrow y = x)$"[26], enquanto que a estrutura sintática do

[24]A qualificação aqui ("nomes próprios ordinários") é necessária em vista das restrições epistemológicas e ontológicas que Russell coloca à categoria dos nomes logicamente próprios. Estes requerem vínculo epistêmico imediato ou de contato ("acquaintance", no jargão russelliano) entre o sujeito que apreende o nome e o objeto nomeado, coisa que, para ele, não ocorre com nomes ordinariamente próprios. Por isso, a existência de objetos é, sim, requerida para a categoria dos nomes logicamente próprios. Sobre o tema, ver Russell (1910).

[25]Russell (1905).

[26]Vale notar que esta última frase é resultado de uma análise preliminar apenas, e não resultado de uma análise completa. Russell supõe que o termo da análise inclua apenas objetos com os quais o sujeito que apreende a frase está em relação epistêmica de contato. Conforme o filósofo defende, "todas as proposições que nos são inteligíveis [...] são compostas totalmente de constituintes com os quais estamos em contato"

enunciado original sugeria, quando regimentado na mesma notação, "Ra"[27]. Quine descreve do seguinte modo o ganho filosófico que a teoria de Russell fornece: "na tradução de Russell, [...] o fardo da referência objetiva que foi colocado sob a expressão descritiva é agora assumida por palavras do tipo que os lógicos chamam variáveis ligadas, variáveis de quantificação" (1948, p. 26)[28]. E conclui:

> Quando uma afirmação de ser ou não-ser é analisada pela teoria das descrições de Russell, ela deixa de conter qualquer expressão que sequer pareça nomear a entidade alegada cujo ser está em questão; assim, não se pode mais pensar que a significatividade da afirmação pressuponha que haja uma tal entidade. (1948, p. 26)[29]

Embora a teoria de Russell forneça uma solução a um antigo problema filosófico, e embora Quine reconheça os méritos dessa solução, ela cria uma dificuldade para o projeto de Quine. Este deseja tornar explícito aquilo que, na linguagem utilizada por um dado falante (ou no seu comportamento linguístico), revela o reconhecimento da existência de um dado objeto. Ora, se é possível falar de Pégaso sem que se assuma a existência de um tal objeto (sem que se assuma, isto é, o vínculo entre a significatividade do enunciado em que "Pégaso" ocorre e a existência de um objeto correspondente ao termo), então o

(1910, p. 128) (No original: "*All propositions intelligible to us [...] are composed wholly of constituents with which we are acquainted.*"). O que Russell oferece em "On Denoting" é uma receita de como esse processo de análise deve proceder, não a análise inteira (sendo a expressão da proposição completamente analisada presumivelmente muito mais complicada que aquela apresentada por Russell e repetida aqui). Ver Stevens (2014) para um extenso exame da teoria das descrições definidas de Russell.

[27]Nos dois exemplos acima, "Rx" é o predicado "x é rei da França", "Cx" é o predicado "x é calvo", e "a" é uma constante individual.

[28]No original: "*in Russell's translation, [...] the burden of objective reference which had been put upon the descriptive phrase is now taken over by words of the kind that logicians call bound variables, variables of quantification*".

[29]No original: "*When a statement of being or non-being is analyzed by Russell's theory of descriptions, it ceases to contain any expression which even purports to name the alleged entity whose being is in question, so that the meaningfulness of the statement no longer can be thought to presuppose that there be such an entity*".

comportamento linguístico e o léxico utilizado tanto pelo crente quanto pelo descrente na existência de Pégaso tornam-se idênticos. A teoria de Russell parece dificultar a tarefa de identificar diferenças linguísticas correspondentes a posições ontológicas divergentes, pelo menos nos casos em que os objetos relevantes (isto é, aqueles objetos acerca dos quais a disputa é travada) parecem ser referidos por termos singulares.

Quine está mais interessado em uma classe diferente de termos, contudo. Seu foco é aplicado a adjetivos e substantivos que remontam ao domínio do abstrato. O uso em enunciados declarativos significativos de termos como "branco" e "brancura" indica o reconhecimento ou pressuposição, por parte do falante, de uma entidade que lhes corresponda? Em "*A Logistical Approach to the Ontological Problem*", a reflexão de Quine sobre o assunto é informada pelo estudo medieval de temas relativos à linguagem. Na sua discussão, Quine faz uso de um par conceitual introduzido no século V. Trata-se do par *categoremata* e *syncategoremata*[30]. Em linhas bastante gerais, *categoremata* são aqueles termos ou expressões da linguagem que possuem significado de maneira independente, enquanto que os syncategoremata não. Quine faz uso desses conceitos para se perguntar se aqueles termos nos quais ele está interessado são categoremáticos ou sincategoremáticos. Embora os medievais falem em termos de palavras possuirem ou não um significado de maneira independente, a investigação de Quine é explicitamente ontológica, uma vez que ele investiga o tema com vistas a determinar se as expressões requerem ou não objetos existentes como seus significados. Dizendo de maneira mais concreta, Quine quer saber se, quando profiro os enunciados verdadeiros "Esta folha de papel é retangular" ou "Esta folha de papel é branca", a existência dos putativos objetos retangularidade e brancura

[30]O conceito de *syncategoremata* é introduzido pelo gramático latino Priscius, tornando-se parte do estudo medieval da lógica. Não apenas palavras eram divididas entre categoremata e syncategoremata, mas seus usos também. Ver Spade (1999) para a história do conceito.

é requerida para tornar esses enunciados significativos ou não. Nos termos medievais, "branco" e "retangular" são categoremáticos (e, portanto, requerem a existência daqueles objetos) ou sincategoremáticos (e, portanto, não requerem a existência dos objetos)?

Enquanto os medievais buscavam traçar uma linha entre termos e seus usos categoremáticos e sincategoremáticos, Quine não está interessado ele mesmo em fazer uma tal classificação. Ele traz à tona esses conceitos para indicar ao leitor que há palavras e outros símbolos linguísticos sincategoremáticos, tais como preposições, conjunções, artigos e vírgulas[31]. Quine não invoca esses conceitos para argumentar que as expressões em que ele está interessado – "branco" e "retangular", conforme os exemplos acima – são categoremáticos ou não. Em suma, ele não defende uma posição de primeira ordem, por assim dizer, sobre as expressões relevantes. O que Quine pretende, ao chamar atenção para a categoria dos itens linguísticos sincategoremáticos, é sugerir uma alternativa argumentativa dentro da investigação que ele vem conduzindo, a saber, a alternativa de alegar que os itens relevantes são sincategoremáticos e que, portanto, não fazem demandas ontológicas à realidade. Na síntese de Quine, "nós podemos argumentar que a palavra[32] é sincategoremática [...]: que embora ela ocorra como parte essencial de vários enunciados significativos ela não é *nome* de nada" (1966a, p. 64)[33,34].

Ora, se é possível argumentar que há itens sincategoremáticos na linguagem, a

[31]O elenco está em Quine (1966a).

[32]O exemplo que Quine discute aqui é "redondeza".

[33]No original: "*We can maintain that the word is* syncategorematic: *that though it occurs as an essential part of various meaningful sentences, it is not a* name *of anything*".

[34]Vale notar que, nessa passagem, Quine fala em investigar se uma palavra ser nome ou não de algum objeto. Isso, para ele, é equivalente a investigar se se trata de uma palavra categoremática ou sincategoremática: "Perguntar se há uma entidade tal como redondeza não é, portanto, questionar a significatividade de 'redondeza'; equivale, em vez disso, a perguntar se essa palavra é um nome ou uma expressão sincategoremática" (1966a, p. 64) (No original: "*To ask whether there is such an entity as roundness is thus not to question the meaningfulness of 'roundness'; it amounts rather to asking whether this word is a name or a syncategorematic expression.*").

investigação de Quine parece levar a resultados decepcionantes. E a decepção de que falo aqui é a decepção de Quine. Para o filósofo, alguma consequência das crenças ontológicas dos debatedores deveria emergir ou ao nível lexical ou ao nível do comportamento linguístico de cada um deles. Mas, como se vê até agora, não há tal consequência. Quine resume essa decepção da seguinte forma:

> Toda a questão da existência está começando a parecer gratuita. Se o nominalista que renuncia a tais entidades abstratas como cavalo, unicórnio, e apendicite não renuncia por essa razão a quaisquer dos usos ordinários dessas palavras, nem discorda de qualquer questão factual de zoologia ou medicina, então sua renúncia é equivalente a quê? (1939, p. 704)[35]

A peça chave para fazer surgir uma resposta satisfatória a essa pergunta é a seguinte. Há, sim, uma consequência de crenças ontológicas para o comportamento linguístico de um dado falante. E essa consequência é relativa ao falante e ao uso que este faz dos termos relevantes[36]. Há falantes que fazem uso categoremático e há falantes que fazem uso sincategoremático desses termos, e a maneira pela qual Quine discerne os dois casos envolve a aceitação ou não por parte desses falantes de um certo padrão inferencial que toca aos termos relevantes. O falante crente na existência do objeto brancura aceitará como válido um padrão inferencial envolvendo a palavra "branco" e seus cognatos que o descrente rejeitará. Como eu disse anteriormente, Quine não procura ele mesmo adjudicar se os termos relevantes da linguagem cotidiana são ou não sincategoremáticos; tampouco ele avalia se o padrão inferencial é legítimo ou não. O que lhe interessa antes é descobrir

[35]No original: "*But now the whole question of existence is beginning to appear gratuitous. If the nominalist who renounces such abstract entities as horse, unicorn, and appendicitis does not thereby foreswear any of the ordinary uses of these words, nor take issue on any factual questions of zoology and medicine, then what does his renunciation amount to?*".

[36]É importante ressaltar o vínculo dessa consequência com a figura do falante da linguagem. Como se verá, o argumento de Quine neste momento envolve não a linguagem considerada isoladamente, mas o uso da linguagem por parte de um falante.

se um falante considera esses termos como categoremáticos ou não, e se ele os emprega conforme essa crença[37]. E é justamente pela investigação de como detectar esses diferentes tipos de uso dos termos relevantes que o vínculo entre existência, quantificação e variáveis emerge.

Isso ocorre pelas seguintes razões: o que torna evidente que um falante considera um dado termo como categoremático é a sua disposição em aceitar um padrão inferencial que envolve esse termo; e esse padrão inferencial, por sua vez, irá constituir-se crucialmente pela substituição do termo por quantificadores e variáveis, ou seja, pela operação da generalização existencial. O endosso desse padrão revela que o falante utiliza o termo relevante de maneira categoremática, ou, dito de maneira equivalente para Quine, que o falante utiliza o termo como um nome. A aceitação do padrão inferencial com respeito a um dado termo torna evidente que o falante o trata como nome; e o tratamento de um termo como nome é equivalente ao reconhecimento, por parte desse falante, de que há um objeto existente que é o referente desse nome[38]. Por outro lado, o falante que rejeita a existência de um dado objeto considera o termo como sincategoremático e, portanto, como inadequado para ser parte do padrão inferencial relevante. Não é, pois, ao uso puro e simples de uma palavra, mas à aceitação do padrão inferencial de substituir uma palavra por uma variável ligada por um quantificador existencial que corresponde uma aceitação

[37]Isso não é o mesmo que dizer que Quine não possa, conforme o critério que acabará de estabelecer e consoante as suas inclinações ontológicas individuais, utilizar ou recusar o padrão inferencial identificado por ele. De fato, Quine recusa (pelo menos no período relevante para esta tese) tratar os termos que remontam ao âmbito abstrato como sujeitos a esse padrão inferencial. Mas o tópico desta seção é menos o modo como as crenças ontológicas de Quine se expressam na linguagem e o modo como elas se coadunam com o critério que ele acaba de propor, e mais o projeto metaontológico de concepção desse critério (que independe dessas crenças ontológicas, embora sua motivação tenha um fundo ontológico). As crenças ontológicas de Quine serão abordadas na próxima seção.

[38]Conforme Quine sintetiza, as seguintes frases, que vinculam a lógica e a semântica da linguagem à ontologia, são diferentes maneiras de se dizer a mesma coisa: "Há uma coisa tal como apendicite", "A palavra 'apendicite' designa" e "A palavra 'apendicite' é um nome" (1939, p. 708).

ou pressuposição de ordem ontológica.

Um dos exemplos notórios que Quine traz para explorar esse tema é o seguinte enunciado: "Seixos têm redondeza"[39]. A questão semântica e ontológica importante aqui diz respeito ao termo "redondeza" e ao suposto correlato desse termo no mundo. Esse vocábulo é, para um falante, categoremático ou não? E qual a relação disso com a crença desse falante de que a entidade redondeza existe ou não? Para Quine, um falante considera tal termo e o utiliza como categoremático se ele está disposto a aceitar a inferência do enunciado "$(\exists x)$(seixos têm x)" a partir da frase anterior. E isso, por sua vez, revela a crença por parte desse falante na existência um objeto redondeza. Conforme Quine explica:

> [A]dmissão da inferência de "$(\exists x)$(seixos têm x)" de "Seixos têm redondeza" é equivalente a reconhecer que 'redondeza' é um nome em vez de uma expressão sincategoremática; equivalente, em outras palavras, a reconhecer uma entidade redondeza. [...] ["$(\exists x)$(seixos têm x)"] diz que há uma entidade que pedras "têm"; portanto, se nós nos permitimos inferir ["$(\exists x)$(seixos têm x)"] de ["Seixos têm redondeza"], nós admitimos uma entidade redondeza e interpretamos "Seixos têm redondeza" como dizendo que seixos "a têm". (1966a, p. 65)[40]

No outro artigo de 1939, Quine expressa um ponto idêntico. Novamente, se trata de averiguar a relação entre a aceitação de um certo padrão inferencial, o caráter semântico dos termos relevantes e, finalmente, as crenças ontológicas do falante:

> Talvez não consigamos atingir decisão absoluta acerca de quais palavras têm *designata* e quais não têm nenhum, mas pelo menos nós podemos

[39] "*Pebbles have roundness*", no original.

[40] No excerto acima, coloquei os enunciados relevantes entre colchetes, em vez de indicá-los por numerais, que é como Quine os refere na passagem. Preservar a redação do original de Quine aqui introduziria complexidades desnecessárias. No original: "*Thus it would seem that admission of the inference to (2) from (1) is tantamount to recognizing 'roundness' as a name rather than a syncategorematic expression; tantamount, in other words, to recognizing an entity roundness. [...] (2) says that there is an entity which pebbles 'have'; hence, if we allow ourselves to infer (2) from (1), we have countenanced an entity*".

> dizer ou não se um padrão de comportamento linguístico *interpreta* uma palavra W como tendo *designatum*. Isso é decidido ao se julgar se generalização existencial com respeito a W é aceita como forma de inferência válida. Um *nome*—não no sentido de um mero substantivo, mas no sentido semântico de uma expressão que designa algo—se torna descritível como uma expressão com respeito à qual generalização existencial é valida. (1939, p. 706, itálicos no original)[41]

A inspeção do vocabulário mobilizado por um dado falante não é, portanto, suficiente para determinar as crenças ontológicas desse falante. Apenas a utilização de um termo como nome é reveladora dessas crenças. E a utilização como nome de um dado termo não é revelada apenas pela figuração desse termo no léxico de que o falante se utiliza, mas, sim, pelo reconhecimento desse falante de que o padrão inferencial de substituir o termo por uma variável ligada por um quantificador existencial é um padrão válido. Conforme sumário de Quine em "*Notes on Existence and Necessity*":

> A ontologia que alguém aceita, ou que um dado contexto pressupõe, não é revelada pelo exame do mero vocabulário; pois sabemos que substantivos podem ser usados indesignativamente sem os privar de significado. O uso da palavra 'Pégaso' não implica aceitação de Pégaso, nem o mero uso dos sinais '9' ou '9^{9^9}' implica que haja objetos abstratos, números, tais como 9 e 9^{9^9}. Não é o mero uso de um substantivo, mas seu uso designativo, o que nos compromete com a aceitação de um objeto designado pelo substantivo. (1943, p. 118)[42]

[41] No original: "*Perhaps we can reach no absolute decision as to which words have* designata *and which have none, but at least we can say whether or not a given pattern of linguistic behavior* construes *a word W as having a* designatum. *This is decided by judging whether existential generalization with respect to W is accepted as a valid form of inference. A* name*—not in the sense of a mere noun, but in the semantic sense of an expression designating something—becomes describable as an expression with respect to which existential generalization is valid*".

[42] No original: "*The ontology which one accepts, or which a given context presupposes, is not revealed by an examination of mere vocabulary; for we know that substantives can be used indesignatively without depriving them of meaning. Use of the word 'Pegasus' does not imply acceptance of Pegasus, nor does the mere use of the signs '9' or '9^{9^9}' imply that there are abstract objects, numbers, such as 9 and 9^{9^9}. It is*

Até aqui, venho dissertando sobre como esses temas aparecem nas reflexões de Quine relativas ao seu critério de compromisso ontológico. Essas reflexões envolvem certos termos da linguagem cotidiana, crenças ontológicas dos falantes e a aceitação de um padrão inferencial que, segundo Quine, vincula o modo de utilizar esses termos por parte do falante com suas crenças relevantes. O leitor ou leitora notará, no entanto, que o critério de Quine é normalmente referido na sua versão puramente linguística e lógico-formal, isto é, sem menção ao falante, aos usos que este faz de termos da linguagem cotidiana e aos padrões inferenciais que ele está disposto a aceitar ou não. O critério, em sua versão mais difundida entre comentadores, menciona apenas os compromissos de uma linguagem ou teoria, que são auferidos após regimentação do discurso produzido dentro dessa linguagem ou teoria na notação do cálculo de predicados de primeira ordem. A ontologia aceita – isto é, os compromissos ontológicos – é dada pelos valores das variáveis ligadas dos enunciados dessas teorias após a sua regimentação na linguagem técnica da lógica. Como essa lacuna é preenchida no trabalho de Quine?[43]

Comecemos pela formalização dos enunciados na notação do cálculo de predicados. Para Quine, essa notação é "uma forma standard conveniente na qual expressar qualquer teoria" (1953, p. 105)[44]. Hylton escreve que, para o filósofo, a sintaxe dessa lógica é "transparente, econômica e poderosa" e que, "ao limitar nossa linguagem regimentada por um número muito pequeno de categorias e construções gramaticais claramente compreendidas,

not the mere use of a substantive, but its designative use, that commits us to the acceptance of an object designated by the substantive".

[43]Em "*On What There Is*", Quine já fala que "uma teoria está comprometida com aquelas e somente aquelas entidades às quais as variáveis ligadas da teoria devem ser capazes de referir para que as afirmações feitas na teoria sejam verdadeiras" (1948, p. 33). Mas, sobre a passagem dos compromissos ontológicos revelados pelo comportamento inferencial de um dado falante para os compromissos ontológicos de uma linguagem ou teoria, Quine é bastante lacônico.

[44]No original: "*for the quantificational form is a convenient standard form in which to couch any theory*".

nós alcançamos uma linguagem com poder expressivo bem maior do que a sua base escassa poderia nos levar a esperar" (2007, p. 254)[45].

Economia e poder expressivo são, sem dúvida, traços importantes desta notação formal, mas a transparência ontológica é a característica-chave, pelo menos no que diz respeito ao tópico do presente capítulo. E isso porque essa propriedade irá contrastar com a opacidade da linguagem cotidiana, opacidade essa que tem precisamente que ver com o reconhecimento, admissão ou pressuposição da existência de objetos. Em "*Theories and Things*", publicado muitos anos depois de propor o seu critério de compromisso ontológico, Quine irá caracterizar do seguinte modo essa opacidade da linguagem cotidiana:

> Meu ponto não é que a linguagem comum é desleixada, embora desleixada ela seja. Nós devemos reconhecer [...] que uma ontologia delimitada simplesmente não está implícita na linguagem comum. A ideia de um limite entre ser e não-ser é uma ideia filosófica, uma ideia da ciência técnica em sentido amplo. Cientistas e filósofos buscam um sistema completo do mundo, e um que esteja orientado à referência ainda mais direta e absolutamente que a linguagem comum. A preocupação ontológica não é uma correção do pensamento e prática leigos; é estrangeira à cultura leiga, embora seja um produto dela. (1981, p. 9)[46]

Em "*From a Logical Point of View*", encontra-se uma reflexão similar concernente à relação entre a linguagem cotidiana e a linguagem científica ou filosófica:

> Não é na linguagem comum, em vez disso é em um ou outro refinamento

[45]No original: "*It is transparent, economical, and powerful; by limiting our regimented language to a very small number of clearly understood grammatical constructions and categories, we obtain a language with far greater expressive power than its meagre basis might lead us to expect*".

[46]No original: "*My point is not that ordinary language is slipshod, slipshod though it be. We must recognize [...] that a fenced ontology is just not implicit in ordinary language. The idea of a boundary between being and nonbeing is a philosophical idea, an idea of technical science in a broad sense. Scientists and philosophers seek a comprehensive system of the world, and one that is oriented to reference even more squarely and utterly than ordinary language. Ontological concern is not a correction of a lay thought and practice; it is foreign to the lay culture, thought an outgrowth of it*".

> atual ou proposto da linguagem científica que nós estamos interessados quando expomos as leis da inferência lógica, ou análises como a do número inteiro de Frege, ou a de número real de Dedekind, ou a de limite de Weierstrass, ou a de descrição singular de Russell. E é apenas nesse espírito, em referência com uma ou outra esquematização lógica real ou concebida de uma ou outra parte ou do todo da ciência, que nós podemos investigar com propriedade total sobre pressuposições ontológicas. (1953, p. 106)[47]

A linguagem cotidiana não carrega em si, pois, limites claros entre aquilo que é assumido que existe e aquilo que não se assume existir (ou aquilo que se assume não existir). Para Quine, o traçado desses limites não é parte do modo de expressão habitual; ele é, isto sim, produto desse modo refinado pela prática disciplinada da ciência e da filosofia. A regimentação formal do discurso cotidiano e o critério de Quine são expressão dessa prática disciplinada, e contribuem para ela. É, portanto, pelo poder expressivo, economia, mas, sobretudo, pela transparência ontológica imposta, que a notação formal é um fator importante na formulação do critério de compromisso ontológico que Quine propõe. Conforme explicam Sennet e Fisher:

> Outra importante característica [da exigência de Quine por uma regimentação na linguagem formal] é que, segundo a visão de Quine, não se clarifica meramente os compromissos antecedentes implícitos em um corpo de enunciados não regimentados: frequentemente criam-se compromissos pela regimentação de uma teoria. Quine nos diz que o conjunto dos enunciados da linguagem natural que uma pessoa aceita não carrega uma ontologia determinada. (2014, p. 95)[48]

[47]No original: "*it is not with ordinary language, it is rather with one or another present or proposed refinement of scientific language, that we are concerned when we expound the laws of logical inference or such analyses as Frege's theory of the integer, Dedekind's of the real number, Weierstrass's of the limit, or Russell's theory of singular description. And it is only in this spirit, in reference to one or another real or imagined logical schematization of one or another part or all of science, that we can with full propriety inquire into ontological presuppositions*".

[48]No original: "*Another interesting feature is that, on the Quinean view, one doesn't merely clarify*

Também é necessário abordar aqui a exigência de Quine de que a regimentação seja feita na lógica clássica bivalente de predicados de primeira ordem com identidade. A partir do ângulo que me interessa abordar este assunto aqui, o que caracteriza o cálculo de predicados de segunda ordem é que ocorre quantificação não apenas sobre os elementos do domínio mas também (e isto é o que importa) sobre as propriedades atribuídas a esses elementos. Do ponto de vista puramente simbólico, os quantificadores passam a ligar as constantes e também as letras predicativas. De posse desse cálculo, posso inferir não apenas "$(\exists x)(Fx)$" a partir do enunciado "Fa", mas também "$(\exists P)(Pa)$" a partir desse enunciado, em que o predicado original "Fx" é substituído por uma variável predicativa "Px", a qual é ligada pelo quantificador existencial.

Como vimos anteriormente, Quine julga que a substituição de um termo da linguagem por uma variável ligada por um quantificador é equivalente ao reconhecimento desse termo como nome. E, via a equivalência já notada entre reconhecer um termo como nome e reconhecer um objeto existente como valor semântico desse termo, está dado o reconhecimento ontológico de um objeto. E isso ocorre igualmente para a aceitação da regra de generalização existencial aplicada a predicados da linguagem. E o problema que Quine identifica em tratar letras predicativas como nome é que aquilo que elas supostamente nomeiam são entidades ontologicamente problemáticas. Esse caráter problemático, por sua vez, é resultado da impossibilidade de individuação extensional de algumas dessas entidades. Conforme Quine explica na seguinte passagem:

> Colocar a letra de predicado 'F' em um quantificador é, pois, tratar posições de predicado subitamente como posições de nome, e portanto tratar predicados como nomes de entidades de algum tipo. [...] Atributos são

commitments that are antecedently implicit in a body of unregimented sentences—one often creates commitments by regimenting a theory. Quine tells us the set of natural language sentences that a person endorses does not carry a determinate ontology".

> como proposições no que diz respeito à inadequação de sua individuação. (1986, p. 66-7)[49]

O problema da individuação de atributos é articulado em diversas partes da obra do filósofo. Para citar apenas mais um exemplo:

> Atributos são classes, com uma diferença. Isto é, correspondendo a uma e única classe, pode haver diversos atributos *diferentes*. O ponto é que não há duas classes que tenham os mesmos membros, mas dois atributos diferentes podem ser atributos de exatamente as mesmas coisas. Classes são idênticas quando seus membros são idênticos; tal é o princípio de individuação de classes. Por outro lado, atributos, eu frequentemente lamentei, não possuem princípio de individuação claro. (1981, p. 100, itálico no original)[50]

Quine elenca mais de um tipo de entidade que pode ser valor das variáveis predicativas de uma linguagem: atributos (ou propriedades) e classes. Ambos são problemáticos em um certo nível, mas, no caso das classes, um critério de individuação pode ser fornecido (conforme enunciado na passagem acima). É possível que se interprete a linguagem de modo que os valores das variáveis predicativas sejam classes em vez de propriedades ou atributos. Conforme Quine explica em "*Ontology and Ideology*", "uma vez que variáveis predicativas são ligadas, surge a questão de se elas são ligadas como variáveis referindo classes como seus valores ou como variáveis referindo propriedades como seus valores"

[49]No original: "*To put the predicate letter 'F' in a quantifier, then, is to treat predicate positions suddenly as name positions, and hence to treat predicates as names of entities of some sort. [...]*Attributes are like propositions in the inadequacy of their individuation".

[50]No original: "*Attributes are classes with a difference. That is corresponding to one and the same class there may be several* different *attributes. The point is that no two classes have exactly the same members, but two different attributes may be attributes of exactly the same things. Classes are identical when their members are identical; such is the principle of individuation of classes. On the other hand, attributes, I have often complained, have no clear principle of individuation*".

(1951b, p. 12)[51]. Seja como for, mesmo nos casos em que o valor das variáveis predicativas é interpretado em termos de classes, Quine é reticente, pelo menos durante o período relevante de sua carreira, em admitir esse tipo de quantificação[52].

É necessário, no entanto, esclarecer a relação entre a rejeição de um certo tipo de quantificação e, por conseguinte, do cálculo de predicados de ordem superiores para um certo fim, de um lado, e, de outro, a relação deste cálculo com o critério de compromisso ontológico que Quine propõe. O critério assevera que um certo corpo linguístico está ontologicamente comprometido com aquelas, e somente aquelas, entidades que estão no domínio de variação das variáveis ligadas desse corpo linguístico após os seus enunciados serem regimentados na linguagem formal do cálculo de predicados. Mas Quine não exige que a regimentação requerida pelo critério esteja restrita ao cálculo de predicados de primeira ordem. De fato, o critério serve também para revelar o compromisso ontológico com as entidades problemáticas sobre as quais falei há pouco, e esse compromisso é revelado pelo uso da quantificação sobre as letras predicativas. O que Quine rejeita é que a teoria ou linguagem que ele mesmo aceita seja regimentada no cálculo de predicados de ordem superior. E isto não se dá porque ele rejeita este cálculo como inadequado para o seu critério formal, mas sim porque ele ele rejeita justamente o tipo de entidades para as quais este cálculo seria útil enquanto elemento revelador de compromissos ontológicos. Para Quine, se uma teoria requer regimentação no cálculo de predicados de ordem superior, ela não está de acordo com o seu – de Quine – padrão ontológico antecedente. Mas o cálculo de predicados de ordem superior é perfeitamente aceitável para a regimentação de uma teoria cujos compromissos estejam de acordo com o padrão ontológico aceito por outrem[53].

[51]No original: "*once predicate variables are bound, the question arises whether they are bound as variables referring to classes as values or as variables referring to properties as values*".

[52]Na seção 3 deste capítulo, as restrições ontológicas de Quine serão abordadas em mais detalhes.

[53]A respeito das condições que Quine impõe à regimentação, Sennet e Fisher escrevem: "É uma

No que diz respeito à figura do falante na versão final do critério de Quine (ou, melhor, no que diz respeito à ausência dessa figura), cabem duas observações. A primeira delas toca à função dos nomes na lógica da linguagem que Quine defende; a segunda, à relação entre um falante e uma linguagem ou teoria que ele aceita. Com respeito àquela, Quine não apenas julga que nomes não são parte essencial de uma linguagem regimentada formalmente, como notoriamente apresenta uma estratégia para eliminá-los. Conforme o filósofo escreve:

> Nomes são na verdade completamente irrelevantes para a questão ontológica, pois eu mostrei [...] que nomes podem ser convertidos em descrições, e Russell mostrou que descrições podem ser eliminadas. Qualquer coisa que dizemos com auxílio de nomes pode ser dita em uma linguagem que evita nomes completamente. (1948, p. 32)[54]

O exemplo paradigmático da estratégia de eliminação que Quine concebe é "Pégaso": esse nome é definido como "o x tal que x pegaseia"[55]. A passagem do contexto

característica importante da concepção de paráfrase de Quine em uma linguagem regimentada que se pode escolher quaisquer restrições de que se gosta ao construir paráfrases. Certamente as coleções de restrições suas [de Quine] envolvem restrições sintáticas e semânticas—sem quantificação sobre a posição do predicado; restrições metafísicas—sem entidades intensionais; restrições epistêmicas—somente predicados que se aplicam a entidades com condições de individuação adequadas; e restrições metodológicas—tais como simplicidade da teoria. Essas restrições, contudo, podem ser adotadas ou descartadas dependendo da predileção de cada um" (2014, p. 95) (No original: "*It is an interesting feature of Quine's conception of paraphrase into a regimented language that one can choose whatever constraints one likes in constructing paraphrases. Certainly* his *preferred collection of constraints involves syntactic and semantic constraints – no quantification into predicate position; metaphysical constraints – no intensional entities; epistemic constraints – only predicates that hold of entities with suitable individuation conditions; and methodological constraints – such as simplicity of theory. These, however, can be adopted or dismissed depending on one's predilections*".

[54]No original: "*Names are in fact altogether immaterial to the ontological issue, for I have shown, in connection with 'Pegasus' and 'pegasize', that names can be converted in descriptions, and Russell has shown that descriptions can be eliminated. Whatever we say with help of names can be said in a language which shuns names altogether*".

[55]"Pegaseia" tenta reproduzir em português a transformação no inglês do substantivo "Pegasus" em verbo conjugado na terceira pessoa do singular no presente do indicativo: "pegasizes". A estratégia é apresentada em Quine (1948) e desenvolvida de maneira mais minuciosa em Quine (1950).

linguístico da linguagem cotidiana com a figura do falante para o contexto de uma teoria formalizada onde a figura do falante está ausente é motivada também por essa eliminação. Não há necessidade de se investigar os padrões referenciais aceitos por um dado falante porque esses padrões estão vinculados ao uso designativo, como nome, de certas palavras, e nomes são eliminados da linguagem canônica que Quine prefere[56]. Conforme síntese que o filósofo oferece em "*Notes on Existence and Necessity*", "[t]al eliminação de nomes não elimina, é claro, quaisquer objetos; mas o contato entre linguagem e objeto se torna concentrado na variável, ou pronome" (1943, p. 118)[57]

A segunda observação relevante para a ausência da figura do falante do critério final é que, para Quine, o falante herda, por assim dizer, os compromissos ontológicos da linguagem ou teoria que ele adota. De fato, Quine escreve que seu critério "se aplica em primeira instância ao discurso e não às pessoas" (1953, p. 103)[58]. O critério revela os compromissos ontológicos de corpos e itens linguísticos, e não os compromissos dos falantes da linguagem. No entanto, Quine assume que aquele que usa uma linguagem ou teoria também incorre, em virtude dessa aceitação, nos compromissos ontológicos da linguagem ou teoria: "a ontologia à qual o uso que alguém faz da linguagem o compromete é compreendida simplesmente dos objetos que ele considera membros do tópico dos seus quantificadores, dentro do domínio de valores de suas variáveis" (1943, p. 118)[59]. Herdar esses compromissos até pode ser evitado, mas somente em dois casos: ou pela aceitação

[56]Ver Fara (2011) para uma discussão da estratégia quineana de eliminação dos nomes próprios tal como ela se apresenta nos textos do filósofo publicados entre 1939 e 1960.

[57]No original: "*Such elimination of names does not, of course, eliminate any objects; but the contact between language and object comes to be concentrated in the variable, or pronoun*".

[58]No original: "*The above criterion of ontological commitment applies in the first instance to discourse and not to men*".

[59]No original: "*The ontology to which one's use of language commits him comprises simply the objects that he treats as falling with the subject-matter of his quantifiers—within the range of values of his variables.*".

não-sincera de uma linguagem ou teoria, ou, ainda que essa aceitação seja sincera, pela concepção de uma paráfrase da linguagem, de modo que os compromissos ontológicos indesejáveis estejam ausentes. Conforme Quine explica:

> Um modo pelo qual um homem pode falhar em compartilhar os compromissos ontológicos do discurso é, obviamente, por uma atitude de frivolidade. Os pais que contam a história da Cinderela estão tão comprometidos com a admissão de uma fada madrinha e uma carruagem de abóbora quanto com a admissão da história como verdadeira. Outro caso, e mais sério, no qual um homem se livra dos compromissos ontológicos do seu discurso é o seguinte: ele mostra como um uso particular que ele faz da quantificação, envolvendo um compromisso *prima facie* com certos objetos, pode ser expandido em uma expressão inocente de tais compromisso. [...] Neste caso, os aparentemente objetos pressupostos podem ser justamente ditos eliminados via explicação como ficções convenientes, maneiras de falar. (1953, pp. 103-4)[60]

Ainda que haja maneiras de se evitar os compromissos ontológicos de uma linguagem ou teoria que se adota, a posição padrão é a do falante que compartilha dos compromissos ontológicos da linguagem ou teoria adotada. Assumindo a aceitação sincera de uma linguagem ou teoria por parte de um falante, e dado que um certo tipo de objetos está no domínio de quantificação da linguagem ou teoria, o falante está ontologicamente comprometido com a existência de objetos desse tipo. Ao menos, é claro, que ele encontre uma paráfrase satisfatória para se esquivar desses compromissos.

[60]No original: "*One way in which a man may fail to share the ontological commitments of his discourse is, obviously, by taking an attitude of frivolity. The parent who tells the Cinderella story is no more committed to admitting a fairy godmother and a pumpkin coach into his own ontology than to admitting the story as true. Another and more serious case in which a man frees himself from ontological commitments of his discourse is this: he shows how some particular use which he makes of quantification, involving a* prima facie *commitment to certain objects, can be expanded into an idiom innocent of such commitments. [...] In this event the seemingly presupposed objects may justly be said to have been explained away as convenient fictions, manners of speaking*".

Conforme visto nesta seção, há uma preocupação bastante insistente dentro da filosofia de Quine no sentido de investigar o modo pelo qual a ontologia que admitimos se expressa no nosso comportamento linguístico e nas linguagens ou teorias que adotamos. Essa preocupação, que é motivada em grande parte por uma inquietação de ordem ontológica (com entidades abstratas), dá origem à formulação do critério de compromisso ontológico. O objetivo de Quine aqui é, uma vez aplicado o critério proposto, verificar se os compromissos ontológicos identificados estão de acordo com inclinações ontológicas antecedentes: "essa fórmula ["ser é ser o valor de uma variável ligada"] serve [...] para testar a conformidade de uma dada observação ou doutrina com um standard ontológico prévio" (1948, p. 34-5)[61]. Caso estejam em conformidade, alterações não são necessárias. Mas, caso não estejam, há dois caminhos possíveis: primeiro, tentar alcançar os mesmos objetivos de antes com uma segunda linguagem ou teoria portadora de compromissos ontológicos que não colidem com crenças ontológicas prévias; ou, segundo, alterarem-se as próprias crenças ontológicas prévias sob força da qualidade da primeira teoria[62].

De outro lado, esse mesmo critério será parte crucial de dois outros aspectos do pensamento de Quine. O primeiro deles é a interpretação que o filósofo faz de doutrinas ontológicas tradicionais (tais como o nominalismo e o platonismo). O segundo, a sua relutância em aceitar linguagens ou teorias em cujo domínio de quantificação figurem as entidades abstratas problemáticas. Na próxima seção, trato do primeiro desses aspectos. Na seção subsequente, abordo o segundo. Esses aspectos são importantes aqui porque colidem com dois componentes correspondentes do pensamento de Carnap: não só este defende uma concepção diversa do que seja adotar uma doutrina ontológica como defende

[61]No original: "*this formula serves rather, conversely, in testing the conformity of a given remark or doctrine to a prior ontological standard*".

[62]Este segundo caminho é o caminho de Quine a partir do momento em que ele passa a aceitar uma ontologia de classes sob o argumento de que são tais entidades são indispensáveis à matemática e à ciência.

um tipo diferente de fundamentação para se aceitar ou se rejeitar uma linguagem ou teoria.

1.3 Um ato manifesto de platonismo

Vimos na seção anterior que o critério de compromisso ontológico de Quine é concebido para revelar as entidades com cuja existência uma linguagem ou teoria está comprometida. Trata-se daquelas entidades, e somente daquelas, que estão no domínio de quantificação das variáveis ligadas dos enunciados verdadeiros da linguagem ou teoria, após a sua regimentação no idioma quantificacional do cálculo de predicados. Tais entidades são ditas os compromissos ontológicos dessa linguagem ou teoria. Na seção anterior, também vimos que Quine atribui ao falante ou usuário os mesmos compromissos ontológicos em que incorre uma linguagem ou teoria que ele aceita. Pelos menos nos casos típicos (isto é, casos que não envolvem uma atitude de frivolidade ou a invenção de uma paráfrase ontologicamente evasiva), o falante ou usuário é dito estar ontologicamente comprometido com as mesmas entidades que estão no domínio de quantificação da linguagem ou teoria utilizadas por ele.

Nesta seção, disserto sobre a relação do critério de compromisso ontológico de Quine com a sua concepção do que seja adotar uma doutrina ontológica e com sua atribuição de doutrinas ontológicas àqueles que incorrem nos compromissos ontológicos relevantes. Quine entende a adoção do platonismo como a aceitação de uma linguagem em cujos compromissos ontológicos figuram entidades abstratas. Não apenas isso, veremos que o filósofo também atribui uma tese metafísica acerca da natureza das entidades abstratas àqueles que fazem uso de linguagens ou teorias ontologicamente comprometidas com entidades abstratas. Quine faz essas atribuições (de uma doutrina ontológica e de uma metafísica) ao abordar o logicismo e os debates acerca da fundamentação da matemática

ocorrentes na primeira metade do século XX, além dos trabalhos em semântica e lógica modal desenvolvidos por seus pares principalmente nas décadas de 1930 e 1940[63].

A atribuição do platonismo à quantificação sobre universais[64] aparece claramente na seguinte passagem de "*On Universals*":

> [...] é possível apontar certas formas de discurso que *explicitamente* pressupõem universais: que explicitamente afirmam que há tais entidades, ou que parecem tratar deles. Tais são as formas que o nominalista deve repudiar. A característica pela qual tal discurso deve ser reconhecido não é a mera ocorrência de termos gerais ou abstratos, pois vimos que o nominalista vê tais palavras como utilizáveis significativamente em contexto sem o auxílio de entidades correspondentes. Contudo, *há* usos que envolvem admissão direta de que há universais. O ponto crucial já foi sugerido, acima, na alusão às variáveis de quantificação. O nominalista pode consistentemente usar variáveis de quantificação para referir a objetos concretos; o uso delas para referir universais, contudo, é um ato manifesto de platonismo. (1947, pp. 74-5, itálicos no original)[65]

O ato manifesto de platonismo que é revelado pelo critério de compromisso ontológico é componente indissociável, segundo Quine, da matemática clássica[66]:

> Tal é a fundação da matemática clássica. Há lugar para variação nos detalhes, mas em todos os casos o platonismo está envolvido: universais

[63]São nesses contextos que figura o nome de Carnap.

[64]Lembremos que Quine utiliza o termo "universais" para designar entidades abstratas irrestritamente. Ver Quine (1947), p. 74.

[65]No original: "*it is still possible to point to certain forms of discourse as* explicitly *presupposing universals: explicitly affirming that there are such entities, or purporting to treat of them. Such are the forms of discourse which the nominalist must foreswear. The feature by which such discourse is to be known is not the mere occurrence of general or abstract terms, for we have seen that the nominalist views such words as significantly usable in context without benefit of corresponding entities. There* are *usages, however, which involve a direct admission that there are universals. The crucial point was already hinted, above, in the allusion to variables of quantification. The nominalist may consistently use variables of quantification to refer to concrete objects; use of them to referto universals, however, is an overt act of platonism*".

[66]Isto é, a matemática baseada na lógica clássica.

> são irredutivelmente pressupostos. [...] De fato, as classes postuladas dessa forma são, pois, todos os universais de que a matemática precisa. Números, como Frege mostrou, são definíveis como certas classes de classes. Relações, como Wiener mostrou, são de maneira similar definíveis como certas classes de classes. E funções, como Peano enfatizou, são relações. Classes são o suficiente com o que se preocupar, no entanto, se nós temos receios filosóficos acerca da admissão de entidades outras que objetos concretos. (1947, p. 79)[67,68]

A interpretação ontológica de Quine acerca dos diferentes modos de fundamentar a matemática é prenunciado na passagem acima, especialmente pela menção ao nome de Frege. Mas essa interpretação aparece mais claramente em "*On What There Is*", onde a ideia de Quine do vínculo entre o logicismo e o platonismo é tornado ainda mais claro. A bem da verdade, Quine associa não apenas o logicismo mas também as outras principais escolas acerca da fundamentação da matemática (a saber, o formalismo e o intuicionismo) a diferentes doutrinas ontológicas[69]. Seja como for, o importante para a presente tese é a atribuição do platonismo ao logicismo. Embora Carnap não seja o nome mais associado

[67]No original: "*Such is the foundation of classical mathematics. There is room for variation in detail, but in all cases platonism is involved: universals are irreducibly presupposed. [...] The classes thus posited are, indeed, all the universals that mathematics needs. Numbers, as Frege showed, are definable as certain classes of classes. Relations, as Wiener showed, are likewise definable as certain classes of classes. And functions, as Peano emphasized, are relations. Classes are enough to worry about, though, if we have philosophical misgivings over countenancing entities other than concrete objects*".

[68]Em "*Notes on Existence and Necessity*", Quine também sublinha a necessidade irredutível de objetos abstratos para a matemática: "Ocorre que [...] a matemática depende do reconhecimento de objetos abstratos tais como números, funções, relações, classes, atributos. Os objetos abstratos dos quais a matemática depende são, de fato, redutíveis a uma parte que inclui somente classes ou atributos. Mas esses ou outros objetos abstratos têm que ser admitidos no domínio do quantificador" (1943, p. 125) (No original: "*It turns out, nevertheless, that mathematics depends on the recognition of abstract objects—such as numbers, functions, relations, classes, attributes. The abstract objects upon whose recognition mathematics depends are, in fact, reducible to a part which includes only classes or attributes. But abstract objects, these or others, have to be admitted in the domain of the quantifier*").

[69]O formalismo é vinculado ao nominalismo em ontologia e o intuicionismo, ao conceitualismo, doutrina segundo a qual "há universais, mas eles são feitos pela mente" (Quine (1948), p. 33) (No original: "Conceptualism *holds that there are universals but they are mind-made*").

ao logicismo (como o são os de Russell e Frege, por exemplo), ele mesmo concebia a sua filosofia matemática dentro dessa tradição[70]. E é em virtude disso que o foco aqui será dado à interpretação quineana dessa escola.

O logicismo é um conjunto de ideias em filosofia da matemática segundo a qual a matemática pode ser reduzida à lógica. Embora essa doutrina possa ser dirigida a diferentes partes da matemática, os primeiros filósofos a defenderem-na a aplicaram ou à aritmética (caso de Frege) ou à aritmética e à geometria (caso de Russell). A ideia de redução envolvida na doutrina logicista requer elucidação, mas isso não é especialmente relevante agora[71]. O mais importante aqui é que o logicismo requer uma lógica em que a quantificação é aplicada também às letras predicativas, e isso, para Quine, introduz na linguagem compromisso ontológico com objetos abstratos. Conforme Quine, o reconhecimento desses objetos via quantificação de segunda ordem equivale à adoção de uma doutrina ontológica tradicional. Nas palavras de Quine em passagem já citada, trata-se de um ato manifesto de platonismo. Em "*On What There Is*", essa identificação aparece nas seguintes passagens:

> Os três principais pontos de vista medievais sobre universais são designados pelos historiadores como realismo, conceitualismo, e nominalismo. Essencialmente as mesmas doutrinas reaparecem em levantamentos na filosofia da matemática do século XX sob os nomes logicismo, intuicionismo

[70]Em seu ensaio autobiográfico para o volume editado por Schilpp, Carnap menciona o simpósio sobre a fundamentação da matemática em Königsberg em 1930, evento no qual ele representa a posição logicista. Ver Bohnert (1975) para a gênese e desenvolvimento do logicismo de Carnap. Vale notar que Carnap apenas representa a posição logicista no simpósio em virtude da morte recente de Ramsey, que falecera no início daquele ano. Também é instrutivo observar que a imagem que Carnap faz do próprio logicismo é bastante mais tolerante – no sentido de tolerância que será abordado adiante – e ecumênico – uma vez que Carnap também incorpora lições do intuicionismo e do formalismo em sua filosofia – do que sugere Quine.

[71]Russell, por exemplo, fala nos seguintes termos no prefácio ao seu "*Principles of Mathematics*": "toda a matemática pura lida exclusivamente com conceitos definíveis em termos de um número muito pequeno de conceitos lógicos fundamentais, e [...] todas as suas proposições são dedutíveis de um número muito pequeno de princípios lógicos fundamentais" (1903, p. xliii) (No original: "*all pure mathematics deals exclusively with concepts definable in terms of a very small number of fundamental logical concepts, and that all its propositions are deducible from a very small number of fundamental logical principles*").

> e formalismo. (1948, p. 33)[72]

E, no parágrafo seguinte, ele expressa o vínculo relevante entre as doutrinas tradicionais e as escolas integrantes do debate acerca da fundamentação da matemática:

> Realismo, como a palavra é utilizada em conexão com a controvérsia medieval sobre universais, é a doutrina platônica de que universais ou entidades abstratas têm ser independentemente da mente; a mente pode descobri-los mas não criá-los. Logicismo, representado por recentes platonistas como Frege, Russell, Whitehead, Church e Carnap aceitam o uso de variáveis ligadas para referir entidades, conhecidas e desconhecidas, especificáveis e inespecificáveis, indiscriminadamente. (1948, p. 33)[73]

Além de atribuir uma doutrina ontológica tradicional ao logicismo, Quine também imputa aos teóricos logicistas uma tese metafísica acerca das entidades que figuram no domínio de quantificação. Trata-se de uma tese acerca da natureza dessas entidades, a saber, a tese de que elas são independentes da mente e esta apenas as apreende[74]. A adição de ideias ontológicas e metafísicas a uma doutrina na filosofia da matemática até pode fazer sentido para Frege, Russell ou Gödel. Isso porque esses filósofos defendem não apenas certas teses acerca da fundamentação da matemática mas também doutrinas

[72]No original: "*The three main mediaeval points of view regarding universals are designated by historians as* realism, conceptualism, *and* nominalism. *Essentially these same three doctrines reappear in twentieth-century surveys of the philosophy of mathematics under the new names* logicism, intuitionism, *and* formalism".

[73]No original: "Realism, *as the word is used in connection with the mediaeval controversy over universals, is the Platonic doctrine that universals or abstract entities have being independently of the mind; the mind may discover them but cannot create them.* Logicism, *represented by such latter-day Platonists as Frege, Russell, Whitehead, Church and Carnap, condones the use of bound variables to refer to abstract entities known and unknown, specifiable and unspecifiable, indiscriminately*".

[74]Em "*From a Logical Point of View*", Quine afirma: "A maioria dos lógicos, semanticistas, e filósofos analíticos que discursam livremente sobre atributos, proposições, ou modalidades lógicas revelam uma falha em apreciar que eles por essa razão implicam uma posição metafísica que eles dificilmente iriam perdoar" (1953, p. 157) (No original: "*Most of the logicians, semanticists, and analytical philosophers who discourse freely of attributes, propositions, or logical modalities betray failure to appreciate that they thereby imply a metaphysical position which they themselves would scarcely condone*").

ontológicas e metafísicas explícitas acerca da natureza dos objetos da matemática e da lógica: os três eram assumidamente platonistas[75]. Com respeito a Carnap as coisas são bastante diferentes. Que ele esteja no rol daqueles que adotam uma doutrina ontológica ou metafísica por fazerem uso de certas linguagem com dados compromissos ontológicos, é algo que lhe aborrece profundamente, como veremos adiante[76].

É importante tornar explícita a interpretação de Quine do que seja adotar uma doutrina ontológica tal como o platonismo ou nominalismo porque essa interpretação é imensamente influente no contexto filosófico atual, especialmente nos campos da ontologia

[75]Frege, por exemplo, escreve que "número não é nem um pouco mais objeto de psicologia ou produto de processos mentais que, digamos, o Mar do Norte. [...] número é [...] algo objetivo" (1980, p. 34) (No original: "*For number is no whit more an object of psychology or a product of mental processes than, let us say, the North Sea is. [...] In the same way number, too, is something objective*"). Russell, por sua vez, diz que "[t]endo visto agora que precisa haver tais entidades como universais, o próximo ponto a ser provado é que o seu ser não é meramente mental. Isso significa que qual for o ser que lhes pertence é independente de serem pensados ou apreendidos de qualquer forma pela mente" (2001, p. 97) (No original: "*Having now seen that there must be such entities as universals, the next point to be proved is that their being is not merely mental. By this is meant that whatever being belongs to them is independent of their being thought of or in any way apprehended by minds*"). E, por fim, Gödel afirma que "esses conceitos [que ocorrem em proposições da matemática] formam uma realidade objetiva que pertence a eles, que nós não podemos criar ou mudar, apenas perceber e descrever" (1995, p. 320) (No original: "*The truth, I believe, is that these concepts form an objective reality of their own, which we cannot create or change, but only perceive and describe*"). Essa caracterização dos objetos da matemática em termos metafísicos – independência da subjetividade humana, natureza não-mental, objetividade, etc. – é completamente ausente do pensamento de Carnap. É verdade que Carnap mesmo admite em ESO utilizar linguagem metafísica em MN: "Para facilitar o entendimento do desenvolvimento sistemático, adicionei [em MN] algumas explicações informais e extra-sistemáticas a respeito da natureza das proposições" (1950a, p. 27) (No original: "*In order to facilitate the understanding of the systematic development, I added some informal, extra-systematic explanations concerning the nature of propositions*"). Mas deve-se também observar que Carnap caracteriza essas observações como informais e descartáveis. A defesa de uma tese metafísica na obra de Carnap acerca de entidades abstratas está ausente (em contraposição a uma defesa bastante mais robusta nas obras de Frege, Russell e Gödel, por exemplo), e o uso de uma linguagem com conotações metafísicas é divorciada da defesa de uma tal tese (conforme distinção que abordo no próximo capítulo).

[76]Conforme escrever Alspector-Kelly, "Carnap estava [...] menos do que satisfeito em ouvir a acusação de que ele traiu seu comprometimento com o empirismo, especialmente quando ele constatou que ela lhe era feita por seus companheiros empiristas" (2001, p. 102) (No original: "*Carnap was of course less than pleased to hear the charge that he had betrayed his commitment to empiricism, especially when he found it leveled at him by fellow empiricists*").

e da metaontologia[77]. Muitos comentadores assinalam que as ideias de Quine acerca dos termos relevantes da disputa constituem a concepção padrão e que passou à posteridade. Hofweber (2018), por exemplo, lista o estudo do compromisso ontológico como o primeiro componente da disciplina da ontologia[78]. Bueno, por seu turno, ressalta o papel fundador da concepção de nominalismo de Quine (e Goodman) e afirma que "discussões sobre o nominalismo na filosofia do século XX começaram com o trabalho de W. V. Quine e Nelson Goodman sobre o nominalismo construtivo" (2020)[79,80]. Rosen e Burgess notam que "a história contínua do nominalismo moderno começa nas décadas de 1940 e 1950 com o trabalho de Nelson Goodman e W. V. Quin" (1997, p. 5)[81]. Projetos eminentes de defesa do nominalismo - Field (2016), por exemplo - aceitam o quadro quineano e endossam a ideia de que essa doutrina seja parcialmente entendida como a ausência de objetos abstratos no domínio de quantificação de linguagens ou teorias[82].

O deferimento difundido à concepção quineana dos termos relevantes impacta negativamente a interpretação da metaontologia de Carnap. Para citar um exemplo (ao qual

[77]Deve-se adicionar aí também as filosofias da matemática e da ciência, que são disciplinas menos relevantes para este trabalho, mas onde a interpretação de Quine está igualmente presente.

[78]Os outros componentes são: o estudo do que há, o estudo das características mais gerais do que há e de suas relações e, por fim, o estudo metaontológico acerca das tarefas da ontologia (Quais são essas tarefas? Como entender as questões que a ontologia se coloca? E qual a metodologia adequada para respondê-las?).

[79]No original: "*Discussions about nominalism in the philosophy of mathematics in the 20th century started roughly with the work that W. V. Quine and Nelson Goodman developed toward constructive nominalism*".

[80]Bueno refere o artigo de Goodman e Quine "'*Steps Toward a Constructive Nominalism*'" sobre o qual falo mais adiante neste capítulo.

[81]Os autores também referem o artigo de Goodman e Quine. No original: "*the continuous history of modern nominalism begins in the 1940s and 1950s with the work of Nelson Goodman and W. V. Quine,*".

[82]Falo em "parcialmente" aqui porque o nominalismo inclui ainda a ideia, igualmente quineana, de que tais linguagens ou teorias sejam suficientes para expressar a matemática e a ciência. Como notado anteriormente, Quine irá mais tarde (isto é, depois de 1950) admitir entidades abstratas em vista de sua indispensabilidade para a teorização matemática e, por conseguinte, científica.

voltaremos mais tarde), Soames, após citar uma passagem introdutória de ESO, qualifica de "desconcertante" o fato de que Carnap, "apesar de sua aceitação de objetos abstratos, não é um platonista" (2009, p. 428)[83]. De fato, a alegação de Carnap soa desconcertante, mas apenas se o modo como entendemos platonismo e a aceitação de objetos abstratos seja o modo quineano. Como se verá nos próximos capítulos, Carnap defende que adoção de uma prática discursiva (envolvendo objetos abstratos ou não) é distinta (e tampouco implica) a adoção de uma doutrina ontológica. Desse modo, é perfeitamente legítimo para ele argumentar, sem se contradizer, que sua aceitação de objetos abstratos (aceitação esta que é meramente a utilização de uma linguagem que quantifica sobre objetos abstratos) não é equivalente a um endosso do platonismo.

O primeiro passo para corrigir esse déficit exegético é mostrar a insatisfação insistente de Carnap com a interpretação de Quine, além de chamar atenção para o próprio fato de que contestar os termos em que o debate se desenrola é parte integral do projeto carnapiano. O lado de Carnap nessa divergência terminológica aparece em diversos trabalhos que ele publica na década de 1940 e em algumas das correspondências privadas trocadas entre ele e seu interlocutor. O volume dessas correspondências se distribui por cerca de 35 anos, e as mensagens tratam de assuntos centrais de que ambos tratam em seus trabalhos publicados (analiticidade, sinonímia, lógica, verdade, semântica, modalidade, etc.), tópicos da vida privada dos dois e, por fim, assuntos que interessam mais de perto à presente tese. Mas é à divergência terminológica entre os dois que o foco será dado neste momento.

A insatisfação de Carnap aparece sugerida em um carta enviada em maio de 1943. Nela, o filósofo alemão escreve a Quine o seguinte:

[83]No original: "*The message here is as clear as it is perplexing. Despite his acceptance of abstract objects, Carnap is no Platonist*".

> E eu gostaria de enfatizar ainda mais que, na minha opinião, qualquer escolha de termos não implica um comprometimento com uma crença metafísica (na minha opinião, uma pseudo-crença) a respeito do status ontológico (e.g. realidade metafísica) das entidades em questão, e.g. propriedades ou classes. (Carnap e Quine 1990, p. 319)[84]

Já em setembro de 1945, Carnap escreve a seguinte mensagem ao seu interlocutor, em que o protesto terminológico reaparece de maneira clara:

> Estou ainda mais ansioso para o seu futuro magnum opus[85], especialmente se ele também tratar de semântica e ontologia (eu espero que esta última apenas no sentido quineano privado termo, não no sentido geralmente aceito; eu penso que o seu uso da palavra é tremendamente enganoso). (Carnap e Quine 1990, p. 379)[86]

Em outubro do mesmo ano, Carnap toca novamente no tema lexical e afirma que o uso que Quine faz da palavra "ontologia" sugere uma interpretação "não-científica". Carnap aconselha, então, "fortemente contra o seu uso" (Carnap e Quine 1990, p. 387)[87]. Em MN, depois de sugerir concordância com o critério de compromisso ontológico de Quine[88], Carnap volta a criticar o seu interlocutor pelo uso da mesma palavra:

---

[84]No original: "*And I wish to emphasize still more that in my view any choice of terms does not imply a commit - ment to a metaphysical belief (in my view, a pseudo-belief) concerning the ontological status (e.g. metaphysical reality) of the entities in question, e.g. properties and classes*".

[85]Carnap escreve em resposta a uma carta anterior de Quine em que este aventa a possibilidade de escrever um "magnum opus suplantando todos os meus quatro livros anteriores e transitando para a semântica e a ontologia" (Carnap e Quine 1990, p. 379) (No original: "*Maybe a magnum opus superseding all four of my previous books and carrying over into semantics and ontology*").

[86]No original: "*Still more am I looking forward to your future magnum opus, especially if it deals also with semantics & ontology (I hope, the latter only in the Quinean private sense of the word, not in the generally accepted sense; I think your use of the word is awfully misleading)*".

[87]No original: "*Your word 'ontology' definitely suggests Ib. If you do not mean this, I should advise strongly against its use*". Aqui, o item Ib referido por Carnap especifica a interpretação não-científica referida por Carnap.

[88]Carnap afirma que "Quine tem observado repetidamente o importante fato de que, se desejamos encontrar quais tipos de entidade alguém reconhece, devemos olhar mais para as variáveis que ele usa do

> Eu gostaria de indicar uma dúvida concernente à *formulação* de Quine; não está claro para mim se o ponto levantado não é talvez de natureza meramente terminológica. Eu preferiria não usar a palavra '*ontologia*' para o reconhecimento de entidades pela admissão de variáveis. Esse uso me parece no mínimo enganoso; ele pode ser entendido como implicando que a decisão de usar certos tipos de variáveis deve estar baseada em convicções ontológicas, metafísicas. (1947, pp. 42-3, itálicos no original)[89]

Ainda no mesmo livro, Carnap expressa preocupação com o uso da palavra "nominalismo":

> Eu concordo, é claro, com Quine que o problema do 'nominalismo' como ele o interpreta, é um problema significativo; é a questão de se toda a ciência natural pode ser expressada em uma linguagem 'nominalística', isto é, uma linguagem contendo apenas variáveis individuais cujos valores são objetos concretos, não classes, propriedades, e semelhantes[90]. No entanto, eu tenho dúvidas se é aconselhável transferir a esse novo problema em lógica ou semântica o rótulo 'nominalismo', que é derivado de um velho problema metafísico. (1947, p. 43)[91,92]

---

que para as constantes e expressões fechadas. [...] Estou essencialmente de acordo com essa visão" (1947, p. 42) (No original: "*Quine has repeatedly pointed out the important fact that, if we wish to find out what kind of entities somebody recognizes, we have to look more at the variables he uses than at the constants and closed expressions. [...] I am essentially in agreement with this view*".) Em ESO, cita Quine em tom novamente aquiescente: "W. V. Quine foi o primeiro a reconhecer a importância da introdução de variáveis como indicativas da aceitação de entidades" (1950a, p. 30) (No original: "*W. V. Quine was the first to recognize the importance of the introduction of variables as indicating the acceptance of entities*").

[89]No original: "*I wish to indicate a doubt concerning Quine's* formulation; *I am not quite clear whether the point raised is not perhaps one of a merely terminological nature. I should prefer no to use the word* 'ontology' *for the recognition of entities by the admission of variables. This use seems to me to be at least misleading; it might be understood as implying that the decision to use certain kinds of variables must be based on ontological, metaphysical convictions*".

[90]Carnap refere nesta passagem o artigo de Quine "*Designation and Existence*", em que o nominalismo "como uma tese na filosofia da ciência" é definido como Carnap o apresenta aqui (Quine 1939, p. 708).

[91]No original: "*I agree, of course, with Quine that the problem of 'Nominalism' as he interprets it is a meaningful problem; it is the question of whether all natural science can be expressed in a 'nominalistic' language, that is, one containing only individual variables whose values are concrete objects, not classes, properties, and the like. However, I am doubtful whether it is advisable to transfer to this new problem in logic or semantics the label 'nominalism' which stems from an old metaphysical problem*".

[92]Acerca da concordância expressa nessa passagem em vista da discordância terminológica de fundo,

Em ESO, Carnap volta a objetar contra a terminologia quineana. Em nota de rodapé, lê-se o seguinte protesto: "Com respeito à atitude básica ao se escolher uma forma de linguagem (uma 'ontologia' na terminologia de Quine, que me parece enganosa), parece haver agora concordância entre nós [...]" (1950a, p. 32)[93]. Por fim, ainda no mesmo artigo, Carnap se opõe ao uso de "platonismo": "Alguns nominalistas contemporâneos rotulam a admissão de variáveis de tipo abstrato como 'platonismo'. Isso é, para dizer o mínimo, uma terminologia extremamente enganosa" (1950a, p. 32)[94,95].

Quine, por sua vez, reconhece as objeções de Carnap. No verso de uma carta que recebe de seu interlocutor em 1949, Quine escreve: "Por que *reservar* 'platonismo', 'ontologia', etc., quando você nega que você as está reservando para qualquer significado? Por que não dizer matemática ou física 'platonística' (ou 'realística')" (Carnap e Quine 1990,

---

Verhaegh escreve que "Carnap e Quine concordavam sobre quais tipos de questões são legítimas, mas discordavam sobre se essas questões devem ser expressadas usando os conceitos dos metafísicos tradicionais" (2018, p. 47) (No original: "*Carnap and Quine agreed about which types of questions are legitimate, but disagreed about whether or not those questions ought to phrased using the traditional metaphysician's concepts*").

[93]No original: "*With respect to the basic attitude to take in choosing a language (an 'ontology') in Quine's terminology, which seems to me misleading), there appears now to be agreement between us [...]*".

[94]No original: "*some contemporary nominalists label the admission of variables of abstract types as 'platonism'. This is, to say the least, an extremely misleading terminology*".

[95]Quine é mencionado em nota de rodapé anexada a essa passagem. Vale notar aqui que Carnap faz uma ressalva nessa nota a respeito do presente tema: "Quando Quine no artigo mencionado acima ["*On What There Is*"] classifica a minha concepção logicista de matemática (derivada de Frege e Russell) como "realismo platônico" [...] isso não quer dizer (de acordo com uma mensagem pessoal dele) uma atribuição a mim de concordância com a doutrina metafísica de Platão sobre universais, mas meramente ao fato de que eu aceito uma linguagem da matemática contendo variáveis de níveis superiores" (1950a, p. 32) (No original: "*When Quine in the article mentioned above classifies my logicist conception of mathematics (derived from Frege and Russell) as 'platonic realism' [...] this is meant (according to a personal communication from him) not as ascribing to me agreement with Plato's metaphysical doctrine of universals, but merely as referring to the fact that I accept a language of mathematics containing variables of higher levels*"). A publicação de ESO, contudo, é pelo menos parcialmente impulsionada pela insatisfação de Carnap com as imputações prévias de platonismo enquanto doutrina metafísica, conforme as passagens citadas nesta seção.

p. 418, itálico no original)[96]. E, no artigo "*On Carnap's Views on Ontology*", publicado um ano depois de ESO, Quine escreve o seguinte:

> Quando eu investigo os compromissos ontológicos de uma dada doutrina ou corpo teórico, eu estou apenas perguntando o que há, de acordo com essa teoria. De passagem, eu diria que, embora não seja ponto substancial de discordância, Carnap não gosta muito da minha terminologia aqui. Ora, se ele tivesse um uso melhor para essa agradável e velha palavra 'ontologia', eu estaria inclinado a procurar outra palavra para o meu próprio significado. Mas o fato, creio eu, é que ele desaprova que eu dê significado a uma palavra que pertence à metafísica tradicional e que, portanto, deveria ser sem sentido. [...] Palavras sem sentido, no entanto, são precisamente as palavras para as quais eu me sinto mais livre para especificar significado. Mas na verdade minha adoção da palavra 'ontologia' para o propósito descrito não é tão arbitrária quanto parece. Embora eu não seja um defensor da metafísica tradicional, suspeito que o sentido com o qual eu uso essa velha palavra enrugada tem sido central para a sua utilização desde sempre. (1951a, pp. 65-6)[97,98]

[96]No original: "*Why* reserve *'platonism', 'ontology', etc. when you deny you are reserving them for any meaning? Why not say 'platonistic' (or 'realistic') math. & physics?*".

[97]No original: "*When I inquire into the ontological commitments of a given doctrine or body of theory, I am merely asking what, according to that theory, there is. I might say in passing, though it is no substantial point of dis- agreement, that Carnap does not much like my terminology here. Now if he had a better use for this fine old word 'ontology,' I should be inclined to cast about for another word for my own meaning. But the fact is, I believe, that he disapproves of my giving meaning to a word which belongs to traditional metaphysics and should therefore be meaningless. [...] meaningless words, however, are precisely the words which I feel freest to specify meanings for. But actually my adoption of the word 'ontology' for the purpose described is not as arbitrary as I make it sound. Though no champion of traditional metaphysics, I suspect that the sense in which I use this crusty old word has been nuclear to its usage all along.*".

[98]Falta caridade interpretativa aqui da parte de Quine. Carnap obviamente não considera carentes de sentido os *termos* "ontologia", "platonismo", "nominalismo" ou "metafísica". E suas objeções ao uso quineano desses termos não estão baseadas em uma reivindicação de falta de sentido. Como se verá mais abaixo, Carnap considera esses termos enganadores, e pelas implicações que eles sugerem. Para Carnap, os termos em si mesmos são plenamente dotados de sentido. O que é carente de sentido para Carnap são as teses ontológicas que "platonismo" e "nominalismo" representam, ou certos termos que ocorrem dentro das disciplinas da ontologia ou da metafísica. Embora, como veremos mais adiante, Carnap queira que esses empreendimentos filosóficos sejam abandonados e substituídos por práticas mais sadias (cognitivamente falando), ele não nega que "ontologia", "metafísica", "platonismo" etc. sejam palavras

Em seus protestos, Carnap utiliza repetidamente o termo "enganoso". Por que o filósofo julga a terminologia de Quine enganosa? Para Carnap, os termos relevantes dessa disputa possuem uma história carregada dentro da filosofia. Do modo como Carnap e a tradição[99] entendem "ontologia" e seus cognatos, o termo denota um empreendimento filosófico dedicado a investigar quais objetos ou tipos de objetos constituem o mundo. Trata-se de uma tentativa de descobrir os constituintes últimos da realidade. A ontologia denota o esforço filosófico disciplinado de tentar responder questões relativas à existência desses constituintes. Já os outros termos relevantes – "nominalismo" e "platonismo" – referem posições particulares que resultam desse esforço filosófico, ou, ainda, hipóteses de pesquisa, ou, por fim, premissas de um sistema filosófico. Seja como for, ambos os termos, segundo Carnap e a tradição, dizem respeito aos tipos de objetos presentes no catálogo do que existe no mundo[100].

Para Carnap, o problema não reside no uso desses termos por si só; como notado mais acima, ao contrário do que escreve Quine, Carnap não considera as palavras relevantes elas mesmas como destituídas de sentido. O problema está, isto sim, no uso desses termos em vínculo com o critério quineano de compromisso ontológico. O enganoso, para o filósofo alemão, é confundir de um lado uma prática linguística ou teórica em um dado campo científico ou filosófico em que certos objetos são valores das variáveis ligadas dos enunciados com, de outro, um empreendimento essencialmente especulativo ou com uma

plenamente significativas, e que referem certas disciplinas dentro da filosofia ou teses discutidas nestas disciplinas.

[99]Falo da tradição até aquele momento da história. De fato, a filosofia de Quine resultou em uma mudança semântica bastante relevante. Como já notado brevemente neste trabalho, a interpretação quineana é aquele que mais fortemente informa hoje em dia o entendimento dos termos relevantes, tendo se tornado parte da tradição contemporânea.

[100]Em sentido derivado, os dois termos podem ainda denotar doutrinas ontológicas em campos mais particulares da filosofia (como na filosofia da matemática, por exemplo).

crença essencialmente especulativa[101]. Ao objetar contra a terminologia de seu interlocutor, Carnap adverte para o risco de imputação de uma doutrina metafísica ou ontológica a uma prática linguística ou teórica que, segundo Carnap, é isenta de tais implicações. Caracterizar como platonista quem, por exemplo, adere ao projeto logicista de fundação da matemática traz embutida a sugestão de que também se adere a uma doutrina especulativa acerca da existência de objetos abstratos. Aos olhos de Carnap, essa sugestão pode ser correta para o caso de Frege, Russell e Gödel, mas essa correção, também aos olhos de Carnap, é incidental. E é incidental porque os três de fato defendiam, para além do projeto logicista, teses ontológicas e metafísica acerca do domínio de objetos matemáticos. O projeto logicista de redução da matemática, em que a quantificação de segunda ordem está presente, é, para Carnap, independente dessas defesas (embora o projeto possa – não no caso de Carnap – ser motivado por essas defesas).

1.4 A intuição filosófica antiplatonista

As investigações metaontológicas de Quine constituem grande parte do seu trabalho filosófico que interessa à presente tese. Mas essas investigações não exaurem o que é relevante aqui. Quine notoriamente expressa preocupações propriamente ontológicas, isto é, preocupações que dizem respeito à existência de certos tipos de objetos. E o fato de o filósofo se dedicar insistentemente nos seus trabalhos da década de 1930 e 1940 a distinguir o uso platonista do uso nominalista de termos da linguagem (usos estes que, como vimos, se distinguem na linguagem cotidiana pela aceitação ou rejeição por parte do falante de padrões de inferência que indicam o uso dos termos como nome) já sugere a natureza da

[101]Com base nas distinções que Carnap propõe em ESO e que serão discutidas nos próximos capítulos, a expressão "essencialmente especulativa" será esclarecida. O caráter especulativo desses empreendimentos ou crenças diz respeito ao discurso externo, tal como este é caracterizado em ESO.

preocupação ontológica de Quine. Objetos abstratos, ou universais, são o tipo de objeto "suspeito" para Quine. E é à desconfiança ontológica de Quine e ao seu desdobramento filosófico (e metaontológico) mais amplo que esta seção está dedicada.

Quine expressa já em 1934, no artigo "*Ontological Remarks on the Propositional Calculus*" (antes, portanto, da publicação de suas reflexões propriamente metaontológicas) inquietação com certos tipos de objetos abstratos. Dito mais concretamente, os objetos suspeitos aqui são proposições, entidades entendidas como aquelas designadas por variáveis proposicionais do cálculo proposicional. Nesse artigo, Quine deplora a ausência de "uniformidade de atitude com respeito à natureza dessas entidades às quais esse cálculo é aplicado" (1934, p. 472)[102]. E, após oferecer uma interpretação do cálculo proposicional em que o passo ontológico de postular um correlato no mundo às variáveis do cálculo é evitado, ele afirma:

> Desse ponto de vista [isto é, segundo a interpretação que Quine oferece do cálculo] toda a especulação com relação à natureza das proposições desaparece. [...] Não há entidades inferidas, nem arroubos de abstração para além do domínio do uso cotidiano de palavras. (1934, 475)[103,104]

Essas preocupações ontológicas de Quine são longevas em sua filosofia. Em "*Philosophy of Logic*", publicado mais de 30 anos depois do artigo de onde a passagem acima é retirada, Quine volta a deplorar a "tolerância dos filósofos com respeito a proposições" (1986, p. 2)[105]. O capítulo inicial desse livro é parcialmente dedicado a criticar o recurso,

[102]No original: "*there is no such uniformity of attitude regarding the nature of the entities to which that calculus is supposedly applied*".

[103]No original: "*From this point of view all speculation as to the nature of propositions drops out. [...] There are no inferred entities, no flights of abstraction beyond the realm of everyday uses of words*".

[104]Além de "arroubos de abstração", Quine fala ainda de proposições como "entidades elusivas" ("*elusive entities*") e "cacarecos inúteis" ("*useless lumber*"), na mesma página.

[105]No original: "*Philosophers' tolerance toward proposition has been encouraged partly by ambiguity in the term 'proposition'*".

em contextos filosóficos, a proposições (entendidas como os objetos abstratos que são o significado de enunciados declarativos). As razões de Quine para rejeitar proposições são aí mais defensáveis que aquelas que ele aduz, em artigo escrito em conjunto com Goodman sobre o qual falo a seguir, para renunciar objetos abstratos. Em "*Philosophy of Logic*", Quine diz o seguinte:

> Minha objeção ao reconhecimento de proposições não surge primariamente da parcimônia filosófica— de um desejo de não sonhar com mais coisas no céu e na terra do que precisa haver. Tampouco ela surge, mais especificamente, do particularismo—de uma desaprovação de entidades intangíveis ou abstratas[106]. Minha objeção é mais urgente. Se houvesse proposições, elas iriam induzir uma certa relação de sinonimia ou equivalência entre os enunciados mesmos: esses enunciados seriam equivalentes se expressassem a mesma proposição. Minha objeção será de que a relação de equivalência apropriada não faz sentido ao nível dos enunciados. Isso, se eu conseguir tornar claro, deverá bloquear a hipótese de proposições. (1986, p. 3)[107]

O argumento de Quine aqui apela à dificuldade de se encontrar uma relação de equivalência ou identidade de significado para enunciados:

> Não há regra evidente para separar a informação de características estilísticas ou outras irrelevantes dos enunciados. A questão de quando dizer de dois enunciados que eles significam a mesma proposição não é,

[106]Deve-se notar que as razões aduzidas até aqui nesta passagem citada parecem justamente sintetizar a razão de Quine e Goodman que menciono em seguida.

[107]No original: "*My objection to recognizing propositions does not arise primarily from philosophical parsimony—from a desire to dream of no more things in heaven and earth than need be. Nor does it arise, more specifically, from particularism—from a disapproval of intangible or abstract entities. My objection is more urgent. If there were propositions, they would induce a certain relation of synonymy or equivalence between sentences themselves: those sentences would be equivalent that expressed the same proposition. Now my objection is going to be that the appropriate equivalence relation makes no objective sense at the level of sentences. This, if I succeed in making it plain, should spike the hypothesis of propositions*".

> consequentemente, respondida adequadamente pela alusão à igualdade de informação objetiva. Isso apenas reformula o problema. (1986, p. 4)[108,109]

As objeções de Quine às proposições são um exemplo de uma tendência mais ampla e bastante constante de sua filosofia, a saber, a tendência de rejeitar entidades abstratas como um todo. Mesmo a sua admissão de um dado grupo de objetos desse tipo (a saber, classes) é feita de maneira relutante, sob o argumento de que tais objetos são indispensáveis para a matemática e, a fortiori, para a ciência. Quine admite que há classes porque, sem elas, é impossível fazer matemática e ciência[110].

Para os objetivos desta tese, o que interessa nesta seção é menos a suspeita ontológica de Quine em si e mais a relação dessa suspeita com as opções linguísticas e teóricas que o filósofo faz. E isso interessa porque a suspeita ontológica de Quine o motivará a evitar linguagens em que os objetos problemáticos são nomeados ou em cujos domínios de quantificação eles estejam incluídos. Isso, como se verá mais adiante, configura contraste bastante acentuado com o modo de pensar de Carnap. Mais do que isso, essa suspeita

[108]No original: "*There is no evident rule for separating the information from stylistic or other immaterial features of the sentences. The question when to say that two sentences mean the same proposition is consequently not adequately answered by alluding to same- ness of objective information. This only rephrases the problem*".

[109]Moser discerne duas objeções distintas no ataque de Quine a proposições: que "não podemos especificar as circunstâncias sob as quais proposições são a mesma ou diferentes" e que "não podemos discernir quando duas ou mais instâncias de enunciados declarativos expressam a mesma proposição" (1984-03, p. 363) (No original: "*We are unable to specify the circumstances under which propositions are the same or are different*" e "*We cannot tell when two or more declarative sentence-tokens express the same propositions*".

[110]É importante sinalizar aqui que o argumento de que devemos aceitar a existência de classes sob pena de não conseguirmos fazer matemática e ciência indica uma mudança bastante profunda no pensamento de Quine, para quem (antes de o argumento da indispensabilidade ser concebido) as convicções ontológicas são premissa determinantes para a decisão de aceitar ou rejeitar linguagens ou teorias. Que uma categoria de objetos seja admitida porque ela é útil ao empreendimento científico é um traço que inverte a posição anterior de Quine e que o torna mais próximo de Carnap. Essa aproximação, contudo, dá-se apenas no que diz respeito ao ato de aceitar ou rejeitar uma linguagem ou teoria com base em sua utilidade; a conclusão ontológica – de que tais ou quais entidades existem – é algo que não ocorre na obra de Carnap. Retorno, na conclusão desta tese, a essa aproximação e à diferença remanescente.

resultará, pelo menos até 1950, em Quine advogando frontalmente contra a utilização de linguagens ou teorias platonísticas.

Considerando-se o trabalho de Quine como um todo, o lugar em que essa suspeita e suas repercussões aparecem de maneira mais resoluta é um artigo que ele publica em coautoria com Goodman em 1947 chamado "*'Steps Toward a Constructive Nominalism'*". O artigo contém um lado positivo, que consiste no esboço de um projeto nominalista para a matemática e a ciência[111]. Esse lado positivo é menos interessante para esta tese que o lado negativo, forçado pela urgência da questão ontológica para os autores. Essa questão é tão urgente, que Goodman e Quine iniciam o texto enunciando da seguinte forma o seu credo nominalista:

> Nós não acreditamos em entidades abstratas. Ninguém supõe que entidades abstratas (classes, relações, propriedades, etc.) existem no espaço-tempo; mas nós queremos dizer mais que isso. Nós renunciamos a elas completamente. (1947, p. 105)[112,113]

[111]Tal projeto é desenvolvido de maneira pormenorizada na obra de Goodman "*The Structure of Appearance*". É interessante notar que, na introdução ao livro, Goodman afirma que "embora seja verdade que eu subscrevo ao nominalismo [...], não é verdade que a aceitação do sistema construcional oferecido a seguir depende da aceitação do nominalismo" (1951, p. xviii) (No original: "*while it is true that I subscribe to nominalism in the particular version I explained in Chapter II, it is not true that acceptance of the constructional system later offered depends upon acceptance of nominalism*"). Essa afirmação, como o leitor ou leitora notará no capítulo seguinte, tem, pelo menos em parte, espírito carnapiano, no sentido de que uma certa linguagem ou teoria é proposta de maneira divorciada das suas, supostas ou não, implicações ontológicas ou metafísicas. (Digo "supostas ou não" aqui, porque essas implicações são um dos pontos que dividem profundamente Quine e Carnap: aquele julga que há tais implicações, enquanto este nega.) Goodman parece endossar a distinção que Carnap defende entre, de um lado, o nominalismo metodológico e, de outro, o nominalismo metafísico ou ontológico. Essa distinção, que Carnap estende a diferentes doutrinas, será abordada no próximo capítulo.

[112]No original: "*We do not believe in abstract entities. No one supposes that abstract entities—classes, relations, properties, etc.—exist in space-time; but we mean more than this. We renounce them altogether*".

[113]Vale notar que, na lista bibliográfica apendida à coletânea "*From a Logical Point of View*", Quine observa a respeito dessa passagem do artigo com Goodman que "para evitar que o leitor seja levado a interpretar erroneamente passagens no presente livro ao tentar reconciliá-las com a frase franca de abertura do artigo citado [isto é, de "*'Steps Toward a Constructive Nominalism'*"], digo que eu preferiria tratar agora essa frase como um enunciado hipotético das condições para a construção em mãos" (1953,

Seguindo as lições de Quine de 1939, os dois negam que irão renunciar ao uso de substantivos e predicados que aparentemente denotam, uma vez que esses termos podem ser legitimamente considerados sincategoremáticos. Mas, conforme a convicção que esposam, eles afirmam que irão renunciar a linguagens contento variáveis das quais esses putativos objetos sejam valores. E é consoante essa baliza linguística que o projeto nominalista de ambos é construído. No entanto, as preferências ontológicas de Goodman e Quine não resultam apenas na construção conjunta de uma teoria nominalista. Se assim fosse, Carnap não apresentaria objeção. O problema, do ponto de vista de Carnap, é que Goodman e Quine advogam abertamente contra projetos filosóficos e científicos em que linguagens platonísticas sejam empregadas. Portanto, o projeto nominalista de ambos é construído também com intuito de restringir as possibilidades linguísticas ou teóricas disponíveis em outras partes. Como afirmam os autores, "nós consideramos insatisfatório como uma filosofia final qualquer sistema que admite entidades abstratas" (1947, p. 105). E a fundamentação de ambos para a recusa de entidades abstratas envolve uma "intuição filosófica": "Por que nós nos recusamos a admitir objetos abstratos de que a matemática necessita? Fundamentalmente essa recusa é baseada em uma intuição filosófica que não pode ser justificada por apelo a algo mais fundamental" (1947, p. 105)[114,115].

---

pp. 173-4).

[114]No original: "*Why do we refuse to admit the abstract objects that mathematics needs? Fundamentally this refusal is based on a philosophical intuition that cannot be justified by appeal to anything more ultimate*".

[115]Para ser justo neste ponto, é necessário dizer que ambos ainda aduzem razões adicionais. A principal dentre estas é que o princípio de abstração de classes leva a paradoxos (como o Paradoxo de Russell). *Grosso modo*, o princípio da abstração é um esquema que nos ensina a determinar a identidade de uma certa propriedade de classes A e B a partir de uma relação (satisfazendo certos critérios formais) entre os elementos de A e de B. O exemplo mais notório desse esquema é o chamado "Princípio de Hume", utilizado por Frege para determinar que o número de objetos pertencentes a A é igual ao número de objetos pertencentes a B se e somente se A e B são equinumerosas (isto é, se e somente se há uma relação de correspondência um-a-um entre os elementos de A e B). Para Goodman e Quine, as tentativas de evitar o paradoxo são artificiais e arbitrárias (1947, p. 105). Seja como for, a intuição filosófica, como dizem os

Como se pode ver nessa passagem, Quine e Goodman são bastante lacônicos com respeito ao fundamento de suas razões, e alguns comentadores notam essa concisão exagerada. Burgess escreve que "nenhuma motivação que seja para empreender tal revolução [isto é, o projeto nominalista] é oferecido no artigo em conjunto com Goodman", e acrescenta que "o nominalismo de Quine parece algo mais similar a um princípio *estético*, sem muito mais que 'uma preferência por paisagens desertas' por trás de si" (2014, p. 289, itálico no original)[116,117]. Mancosu escreve que "o antiplatonismo deles[118] se origina de hesitações metafísicas e de compromissos metodológicos que favorecem a escassez de entidades postuladas" (2010, p. 409)[119].

A motivação que Quine oferece em suporte à sua rejeição de entidades abstratas é um objeto profundo de disputa com Carnap. O lado de Carnap dessa disputa só será entendido completamente quando abordarmos a sua crítica ao discurso ontológico externo como carente de conteúdo cognitivo, a sua distinção entre o uso de uma linguagem e o endosso de uma doutrina ontológica ou metafísica e, por fim, a sua defesa da tolerância e do pragmatismo em questões de decisão linguística ou teórica. Seja como for, alguns elementos da insatisfação de Carnap podem ser discutidos agora. Na seção introdutória de ESO, o filósofo alemão descreve do seguinte modo o seu objetivo com a publicação do artigo:

---

autores anteriormente, é fundamental aqui; as outras razões são secundárias.

[116]No original: "*No motivation at all for undertaking such a revolution is offered in the joint paper with Goodman*" e "*Quine's nominalism seems something more like an* aesthetic *principle, with not much more than 'a taste for desert landscapes' behind it*".

[117]Burgess refere aqui à expressão lírica das inclinações ontológicas de Quine – "uma preferência por paisagens desertas" –, que aparece à página 23 de Quine (1948).

[118]O artigo de Mancosu trata do nominalismo de Quine e Tarski, a quem a palavra "deles" refere aqui.

[119]No original: "*Their anti-platonism originates from metaphysical qualms and from methodological commitments favoring paucity of postulated entities*".

> Espera-se que o esclarecimento da questão[120] será útil para aqueles que gostariam de aceitar entidades abstratas no seu trabalho em matemática, física, semântica, ou em qualquer outro campo; pode lhes ser útil para superar escrúpulos nominalistas. (1950a, p. 21)[121]

É importante notar que Carnap não tem qualquer objeção contra a construção de um projeto nominalista por si só[122], mas, isto sim, com o caráter externo do fundamento que Quine oferece para tal projeto em seu artigo com Goodman. Dito de outro modo, não interessa a Carnap criticar a recusa em aceitar entidades abstratas em certos domínios do conhecimento ou a construção de projetos nominalistas[123], mas sim que essa recusa esteja ancorada naquilo que na passagem acima ele chama de "escrúpulos nominalistas" ou, no que é caracterizado na seção final de ESO como "insight ontológico":

> Vamos, portanto, admitir que os críticos nominalistas podem estar certos possivelmente. Mas, neste caso, eles precisarão oferecer argumentos melhores do que fizeram até agora. Apelar a insight ontológico não irá importar muito. Os críticos terão que mostrar que é possível construir um

[120] A "questão" aqui é a presença de entidades abstratas em teorizações na ciência e na filosofia e a reação de empiristas a essa presença.

[121] No original: "*It is hoped that the clarification of the issue will be useful to those who would like to accept abstract entities in their work in mathematics, physics, semantics, or any other field; it may help them to overcome nominalistic scruples*".

[122] Vale notar aqui que Carnap expressa, no parágrafo inicial de ESO, um certo ceticismo acerca da possibilidade de sucesso de um tal projeto: "Eles [isto é, os empiristas] tentam evitar, o tanto quanto for possível, qualquer referência a entidades abstratas e restringir-se ao que às vezes é chamada uma linguagem nominalista, i.e., uma linguagem que não contenha tais referências. Contudo, dentro de certos contextos científicos, dificilmente parece possível evitá-las" (1950a, p. 20) (No original: "*they try to avoid any reference to abstract entities and to restrict themselves to what is sometimes called a nominalistic language, i. e., one not containing such references. However, within certain scientific contexts it seems hardly possible to avoid them*").

[123] O leitor ou leitora deve ter em mente também que Carnap divorcia essa aceitação de entidades abstratas de qualquer peso metafísico, como veremos no próximo capítulo. Trata-se, conforme o que Carnap escreve em ESO, de uma aceitação "perfeitamente compatível com o empirismo e o pensamento estritamente científico" (1950a, p. 21) (No original: "*it will be shown that using such a language does not imply embracing a Platonic ontology but is perfectly compatible with empiricism and strictly scientific thinking*")

> método semântico que evita todas as referências a entidades abstratas e alcança por meios mais simples essencialmente os mesmos resultados que outros métodos. (1950a, p. 40)[124,125]

De um lado, portanto, temos um tipo de raciocínio filosófico que impõe constrangimentos linguísticos e teóricos desde um ponto de vista explicitamente metafísico ou ontológico, ponto de vista este que se expressa por meio de insights e intuições acerca de certos tipos de entidades. Ao mesmo tempo, esse tipo de raciocínio filosófico interpreta as escolhas linguísticas e teóricas nos âmbitos filosóficos e científicos também como expressão ou, de certa forma, como equivalentes a um ponto de vista metafísico ou ontológico. De outro, temos um tipo de raciocínio que defende a autonomia dessas escolhas dentro desses âmbitos em face dessas intuições e insights. Essa autonomia tem um duplo significado (um normativo e outro heurístico, respectivamente): em primeiro lugar e respectivamente, que o desenvolvimento dessas disciplinas científicas e filosóficas não seja impedido por intuições metafísicas e ontológicas e, em segundo, que as escolhas tomadas dentro dessas disciplinas não sejam entendidas como expressão de, ou equivalentes, a doutrinas metafísicas ou ontológicas. É este segundo tipo de raciocínio filosófico que sintetiza o lado de Carnap nessa dialética, e, no próximo capítulo, os diversos elementos que o constituem serão discernidos e discutidos separadamente.

---

[124]No original: "*Let us therefore admit that the nominalistic critics may possibly be right. But if so, they will have to offer better arguments than they did so far. Appeal to ontological insight will not carry much weight. The critics will have to show that it is possible to construct a semantical method which avoids all references to abstract entities and achieves by simpler means essentially the same results as the other methods*".

[125]Está implícita nesta passagem um tema que iremos abordar mais adiante, a saber, o pragmatismo de Carnap a respeito da escolha de diferentes frameworks. Aqui, dois hipotéticos frameworks são comparados à luz de um mesmo objetivo, sendo um deles escolhido em virtude de sua maior simplicidade. Estão presentes aí os dois elementos-chave do pragmatismo de Carnap: a escolha de uma linguagem à luz de um dado objetivo, de um lado, e a avaliação de linguagens segundo a sua eficiência em atingir tal objetivo e nas suas propriedades internas (simplicidade, no caso presente), de outro.

2 Os elementos fundamentais da metaontologia de Carnap

2.1 Introdução

Conforme anunciado na introdução desta tese, ESO é uma resposta a certos aspectos do pensamento de Quine. Esses aspectos foram investigados no capítulo anterior: trata-se, em primeiro lugar, do critério de compromisso ontológico, segundo o qual linguagens ou teorias estão ontologicamente comprometidas com aquelas entidades que figuram nos seus domínios de quantificação após os seus enunciados serem regimentados na notação técnica da lógica quantificacional; em segundo, a interpretação de Quine do que seja adotar uma doutrina ontológica em termos da adoção de uma linguagem ou teoria com tais ou quais compromissos ontológicos (platonismo, nesse quadro, é adotar uma linguagem ou teoria ontologicamente comprometidas com entidades abstratas); em terceiro, a proposta Quine de eliminar, em contextos científicos e filosóficos (e pelo menos durante o período que antecede à publicação de ESO), linguagens ou teorias platonísticas. Esses traços da filosofia quineana são, em suma, o que motiva Carnap a publicar o seu artigo.

Neste capítulo, a tarefa é investigar a resposta de Carnap propriamente dita. O foco está em elementos dessa resposta que possuem um duplo papel na dialética com Quine: de um lado, são elementos que estão diretamente relacionados com as teses sumarizadas no parágrafo anterior; de outros, são elementos que se coadunam mais estreitamente com o objetivo máximo de Carnap em ESO e com a sua visão metafilosófica mais geral. O objetivo máximo é resguardar disciplinas filosóficas e científicas em face de ideias metafísicas ou ontológicas; e a visão metafilosófica é a de parcialmente reformar a filosofia, colocando

no lugar do pseudo-discurso especulativo das disciplinas da metafísica e da ontologia a discussão explícita de propostas de diferentes linguagens e teorias, formuladas com clareza formal tanto quanto possível[1].

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, trato de uma distinção que Carnap defende entre a adoção de uma linguagem ou teoria, de um lado, e a adoção de uma doutrina ontológica ou metafísica, de outro. Para Carnap, a utilização ou proposição de uma linguagem ou teoria não equivale à aceitação de uma doutrina ontológica, tampouco implica, ou expressa, esta. Como se verá, essa distinção básica é parte do pensamento de Carnap pelo menos desde o *Aufbau*. Veremos como ela emerge nesta obra em vínculo com a escolha da base para o sistema construcional que o filósofo desenvolve aí. Em ESO, a distinção reaparece em contexto quineano, reeditada em termos de uma separação entre o uso de uma linguagem platonística e a adoção do platonismo enquanto doutrina ontológica. Na seção 2, trato do conceito de framework, introduzido por Carnap em ESO para fundamentar a distinção entre os discursos ontológicos interno e externo e suas respectivas propriedades teóricas. Dito de maneira preliminar, frameworks são linguagens com um vocabulário e regras para formação, derivação e avaliação de enunciados. Na seção 3, introduzo a distinção interno-externo, que se aplica aos enunciados existenciais bem formados de um framework, conforme a intenção do falante seja a de obedecer às normas de avaliação constituintes desse framework (caso em que se trata de discurso interno) ou de obedecer a outras normas (caso em que se trata de discurso externo. Veremos também nessa seção que Carnap caracteriza enunciados ontológicos internos (pelo menos nos casos que interessam à disciplina da ontologia) como triviais e os externos como carentes de conteúdo cognitivo. Na seção 4, investigo a proposta de Carnap de substituir

[1]Falo aqui de um objetivo de reforma parcial da filosofia por parte de Carnap porque nem toda a filosofia consiste em debates especulativos pseudo-teóricos.

o discurso especulativo da metafísica e da ontologia (discurso categórico concernente à realidade em algum sentido último ou discurso externo, conforme a distinção proposta em ESO) pelo discurso explicitamente prático-linguístico. Dito de maneira mais concreta, e para dar apenas um exemplo, Carnap pretende que debates em ontologia acerca da existência dos números, por exemplo, sejam substituídos por debates acerca da utilização de uma linguagem que fala (ou quantifica sobre) números. Investigo como essa proposta de reforma filosófica emerge no pensamento de Carnap na década de 1930 (em conexão com seu debate com Neurath acerca da construção adequada dos enunciados protocolares para uma linguagem da ciência) e como ela se desenvolve em obras posteriores suas. Na seção 5, disserto sobre o primeiro princípio reivindicado por Carnap para a condução de debates prático-linguísticos. Trata-se da tolerância. Tolerância na filosofia de Carnap é um princípio normativo negativo segundo o qual crenças metafísicas ou ontológicas não devem informar ou motivar escolhas linguísticas ou teóricas em disciplinas filosóficas ou científicas. Assim como o aspecto anterior, a tolerância emerge explicitamente no pensamento de Carnap na década de 1930[2], inicialmente concebida para o domínio da lógica. Mais tarde, o princípio é estendido para qualquer âmbito do conhecimento científico ou filosófico em que escolhas entre construções linguísticas ou teóricas sejam relevantes. Por fim, na seção 6, investigo o segundo princípio reivindicado por Carnap para decisões prático-linguísticas. Trata-se do que se convencionou chamar de "pragmatismo" de Carnap. Enquanto tolerância nos diz sobre aquilo que não deve fazer parte de decisões de tal tipo, o pragmatismo nos diz sobre aquilo que deve, positivamente falando, informar e motivar essas decisões. Discirno dois momentos da receita pragmática que Carnap defende: em primeiro lugar, que propostas de diferentes construções linguísticas e teóricas devem ser avaliadas pelo

[2]Digo "emerge explicitamente" porque tanto Carnap quanto alguns comentadores identificam a presença implícita da tolerância em obras anteriores.

objetivo ou tarefa que se busca atingir ou realizar com a linguagem ou teoria em tela; em segundo, que esses objetivos ou tarefas determinam, entre as virtudes teóricas dessas diferentes construções (tais como simplicidade, fecundidade, eficiência, entre outras), quais delas são relevantes. Veremos que o pragmatismo aparece pelo menos desde o *Aufbau*, onde opera para a escolha da base do sistema construcional, continuando em obras posteriores, além de fundamentarem a defesa de Carnap de linguagens platonísticas em ESO.

2.2 A atitude básica

Na seção introdutória de ESO, Carnap faz uma observação que, aos ouvidos de alguns, soa um tanto quanto paradoxal[3]. Essa observação sumariza o propósito do filósofo com a publicação daquele trabalho:

> O objetivo deste artigo é esclarecer esse assunto controverso. A natureza e as implicações da aceitação de uma linguagem que refere entidades abstratas será em primeiro lugar discutida de maneira geral; será mostrado que usar uma tal linguagem não implica adotar uma ontologia platônica, mas é perfeitamente compatível com o empirismo e o pensamento estritamente científico. (1950a, p. 21)[4]

O "assunto controverso" a que Carnap alude na passagem acima é a referência a entidades abstratas em disciplinas do conhecimento científico ou filosófico: enquanto platonistas e realistas não se importam de fazer referência a objetos de tal tipo, empiristas e nominalistas lastimam a prática. Carnap nota que, em certas disciplinas do conhecimento (tais como a física e a matemática), alguns objetos de tipo abstrato são requeridos; e que,

[3] A passagem de Soames citada anteriormente é um exemplo disso.

[4] No original: "*It is the purpose of this article to clarify this controversial issue. The nature and implications of the acceptance of a language referring to abstract entities will first be discussed in general; it will be shown that using such a language does not imply embracing a Platonic ontology but is perfectly compatible with empiricism and strictly scientific thinking*"

especialmente na física, o discurso que faz referência a esses objetos é mais dificilmente evitado. A controvérsia ganha um novo fôlego a partir do trabalho de Carnap em semântica, em que objetos tais como propriedades (entendidas como as entidades designadas por predicados) e proposições (entendidas como as entidades designadas por frases declarativas ou por variáveis sentenciais) têm papel explicativo[5].

Embora não haja referência explícita ao artigo de Goodman e Quine na passagem acima (nem a qualquer outra obra filosófica em particular), Carnap menciona os dois no seu ensaio autobiográfico para o volume Schilpp e as suas críticas à referência que ele, Carnap, faz a objetos abstratos em seus estudos semânticos:

> Uma objeção específica que foi levantada desde o início contra a minha abordagem à semântica é direcionada contra qualquer referência a *entidades abstratas*, e.g., classes, propriedades, números, e outras similares. [...] Essas objeções, que me pareciam envolver pseudo-questões metafísicas, não eram feitas contudo por metafísicos, mas por empiristas anti-metafísicos como Ernest Nagel, W. V. Quine, Nelson Goodman e outros. (1963a, p. 65)[6]

E, na página seguinte, Carnap escreve: "Pensei que essa objeções mereciam receber consideração séria e cuidadosa. Isso eu fiz no meu artigo '*Empiricism, Semantics, and Ontology*"' (1963a, p. 66)[7].

A passagem citada no início desta seção é interessante neste momento por dois

[5]Frost-Arnold (2013) discute esses debates (entre outros, envolvendo ainda Russell e Tarski) tal como ocorrem no início da década de 1940.

[6]No original: "*A specific objection which has been raised from the beginning against my approach to semantics is directed against any reference to* abstract entities*, e.g., classes, properties, numbers, and the like. [...] These objections which seemed to me to involve metaphysical pseudo-questions, were, however, not made by metaphysicians but by anti-metaphysical empiricists-like Ernest Nagel, W. V. Quine, Nelson Goodman, and others*".

[7]No original: "*I thought that these objections deserved to be given careful and serious consideration. This I did in my article* 'Empiricism, Semantics, and Ontology"'.

motivos principais. O primeiro deles é que Carnap defende haver uma distinção entre usar uma linguagem platônica, de um lado, e adotar uma doutrina platônica, de outro. Em seguida, o filósofo reivindica uma compatibilidade entre o uso de uma linguagem platônica e o empirismo e o espírito científico. Cada uma dessas afirmações parecem incoerentes. Os motivos de Carnap para sustentá-las, pois, requerem investigação. Começo pela distinção defendida pelo filósofo entre o uso de uma linguagem e a adoção de uma doutrina.

No texto autobiográfico publicado no volume editado por Schilpp, Carnap traça as origens dessa distinção à sua juventude. O filósofo a refere como uma "atitude básica", que parece estar implícita e ainda não articulada explicitamente em seu pensamento. A transição de uma atitude básica para o que poderíamos chamar de um princípio teórico explícito ocorre à época da redação do *Aufbau*, quando Carnap se dá conta de que efetivamente passa a entender o uso de diferentes linguagens (com suas diferentes metafísicas e ontologias) meramente como formas diversas de falar. A alusão à distinção relevante e à sua emergência cada vez mais transparente aparece do seguinte modo no texto autobiográfico:

> Deixando de lado detalhes posteriores do sistema [do *Aufbau*], eu irei tentar caracterizar um aspecto geral dele que me parece importante para o entendimento da minha atitude básica com respeito a maneiras filosóficas tradicionais de pensar. Desde os meus anos de estudante, eu gostava de conversar com amigos sobre problemas gerais em ciência e na vida prática, e essas discussões frequentemente levavam a questões filosóficas. Meus amigos eram interessados em filosofia, ainda que muitos deles não fossem filósofos profissionais, mas trabalhavam ou nas ciências naturais ou nas humanidades. Somente muito mais tarde, quando eu estava trabalhando no [*Aufbau*], eu me tornei consciente de que em conversas com vários amigos eu havia usado diferentes linguagens filosóficas, me adaptando às maneiras de os meus amigos pensarem e falarem. Com um amigo, eu poderia falar em uma linguagem que poderia ser caracterizada como realística ou mesmo como materialística. [...] Em uma conversa com outro amigo, eu poderia me adaptar à sua linguagem de tipo idealística. [...] Com

> alguns eu falava uma linguagem que poderia ser rotulada de nominalística, com outros, por outro lado, a linguagem de Frege de entidades abstratas de vários tipos, como propriedades, relações, proposições, etc., uma linguagem que alguns autores contemporâneos chamam platônica. [...] Quando perguntado quais posições filosóficas eu mesmo defendia, eu era incapaz de responder. [...] Somente gradualmente, no curso dos anos, eu identifiquei claramente que meu modo de pensar era neutro com respeito às controvérsias tradicionais, e.g., realismo vs. idealismo, nominalismo vs. platonismo (realismo de universais), materialismo vs. espiritualismo, e assim por diante. Quando eu desenvolvi meu sistema do *Aufbau*, não me importava na verdade quais das várias formas de linguagem filosófica eu usasse, porque para mim elas eram apenas modos de falar, e não formulações de posições. (1963a, pp. 17-8)[8]

A atitude básica de que Carnap fala nessa passagem é a atitude de divorciar o uso de uma linguagem (ou modo de construir uma teoria ou "modo de falar") dos seus aspectos doutrinários especulativos da filosofia tradicional (de uma "formulação de posições"). Há diferentes linguagens, linguagens essas que, de maneiras diversas, categorizam e falam sobre aquilo que existe; e há formulações de posições filosóficas sérias concernentes a essas

[8]No original: "*Leaving aside further details of the system, I shall try to characterize one general feature of it that seems to me important for the understanding of my basic attitude towards traditional philosophical ways of thinking. Since my student years, I have liked to talk with friends about general problems in science and in practical life, and these discussions often led to philosophical questions. My friends were philosophically interested, yet most of them were not professional philosophers, but worked either in the natural sciences or in the humanities. Only much later, when I was working on the Logischer* Aufbau*, did I become aware that in talks with my various friends I had used different philosophical languages, adapting myself to their ways of thinking and speaking. With one friend I might talk in a language that could be characterized as realistic or even as materialistic [...]. In a talk with another friend, I might adapt myself to his idealistic kind of language. [...] With some I talked a language which might be labelled nominalistic, with others again Frege's language of abstract entities of various types, like properties, relations, propositions, etc., a language which some contemporary authors call Platonic. [...] When asked which philosophical positions I myself held, I was unable to answer. [...] Only gradually, in the course of years, did I recognize clearly that my way of thinking was neutral with respect to the traditional controversies, e.g., realism vs. idealism, nominalism vs. Platonism (realism of universals), materialism vs. spiritualism, and so on. When I developed the system of the* Aufbau*, it actually did not matter to me which of the various forms of philosophical language I used, because to me they were merely modes of speech, and not formulations of positions*".

maneiras diversas de categorizar e falar sobre o que existe. Essas posições filosóficas não são outra coisa que diferentes doutrinas metafísicas e ontológicas: realismo ou platonismo, idealismo, nominalismo, etc. Conforme o filósofo conta acima, a distinção entre esses dois momentos – o de utilizar uma linguagem e o de adotar uma doutrina filosófica – é longeva no seu pensamento, subjazendo já à própria construção do sistema proposto no *Aufbau*. Como essa "atitude básica" se apresenta nesse livro?

Antes de abordá-la, e a fim de torná-la mais palpável no contexto do *Aufbau*, cabe um pequeno sumário do projeto que Carnap se propõe ao escrever essa obra. O *Aufbau* apresenta uma construção dos enunciados que constituem a totalidade do conhecimento científico sobre o mundo[9]. O edifício teórico do *Aufbau* possui como base os elementos da vida mental de um dado sujeito, elementos estes a partir dos quais são construídos os demais objetos que não pertencem à vida mental desse sujeito (tais como objetos da vida mental de outros sujeitos, objetos do domínio físico ordinário, e objetos culturais). A construção dos enunciados que constituem a totalidade do conhecimento científico é feita por meio de definições explícitas e formais que relacionam certos conceitos de ordem superior com conceitos de ordem inferior, de maneira sequencial e cumulativa[10]. O resultado desse empreendimento é um projeto construcional hierárquico: grosso modo, os objetos culturais são construídos a partir de objetos da vida mental de outros sujeitos; estes, por

[9]Como Carnap afirma, "o objetivo da teoria da construção é ordenar os objetos de todas as ciências em um sistema de acordo com a redutibilidade de uns aos outros" (1967, p. 79) (No original: "*The purpose of construction theory is to order the objects of all sciences into a system according to their reducibility to one another*"). Vale notar aqui que o termo que Carnap utiliza no original em alemão do *Aufbau* é "*Konstitutionssysteme*". Na tradicional versão para o inglês feita por Rolf A. George (que utilizo nesta tese), o termo é traduzido por "*constructional systems*". Para evitar mal-entendidos, utilizo o termo "construcional" e não "constitucional".

[10]Na síntese de Carnap, "por um *sistema construcional* nós queremos dizer um processo passo a passo de ordenação de objetos de modo tal que os objetos de cada nível são construídos a partir daqueles de nível inferior" (1967, p. 6) (No original: "*By a* constructional system *we mean a step-by-step ordering of objects in such a way that the objects of each level are constructed from those of the lower levels*").

sua vez, são construídos a partir dos objetos do mundo físico ordinário; e, por fim, objetos do mundo físico ordinário são construídos a partir dos objetos da vida mental de um dado sujeito.

Essa visão geral do projeto construcional do *Aufbau* é suficiente para os meus propósitos aqui, pois o que importa para a presente seção é menos os seus detalhes técnicos, e mais a escolha de um domínio básico do qual os elementos iniciais da construção são retirados, além do modo como o filósofo interpreta essa escolha[11]. No linguajar do livro, o sistema possui uma base autopsicológica, ou solipsística. Os elementos básicos são o que Carnap chama de "experiências elementares" (de um dado sujeito) e uma relação diádica chamada "recordação de similaridade"[12]. A escolha de Carnap de objetos

[11]Para uma discussão em detalhes do projeto de Carnap e da sua importância para o movimento filosófico do empirismo lógico, ver Richardson (1998).

[12]Essas experiências elementares são diferentes dos dados sensíveis ("*sense data*") de Russell, por exemplo. Estes últimos são fragmentos do episódio de uma experiência total de um sujeito em um dado momento, tal como uma mancha vermelha no campo de visão do sujeito ou uma nota musical isolada da melodia que a abrange no tempo. Carnap chama atenção para evidências da psicologia (especialmente da escola Gestalt) segundo a qual os dados sensíveis que Russell postula são secundários em relação à experiência total de um sujeito em um dado momento, pois são resultado de análise (1967, p. 108). Ainda que Carnap eleja experiências totais de um sujeito em um dado momento, ele admite que a escolha de dados sensíveis seria igualmente viável e justificada (1967, p. 108). Esta última afirmação de Carnap é importante para a seção em que se discutirá a dimensão pragmática do seu pensamento e o tipo de fundamento que o filósofo defende para a escolha de uma linguagem ou de um modo de construir uma teoria. Essa diferença entre o projeto de Carnap no *Aufbau* e o de Russell em "*Our Knowledge of the External World*" é enfatizada por Friedman, que escreve: "Perceba que Carnap não começa, como ocorre na maior parte das vezes no empirismo tradicional, com sensações ou dados sensíveis tais como porções de cores e similares como elementos básicos ou primitivos. Sob a influência de ideias holísticas e da Gestalt [...] ele explicitamente rejeita tais 'átomos' sensíveis primitivos, e, em vez disso, chega às sensações concretas apenas ao final de uma construção complicada" (1987, p. 523) (No original: "*Note that Carnap does not begin, as in much traditional empiricism, with sensations or sense-data such as color patches and the like as basic or primitive elements. Under the influence of holistic and Gestalt ideas [...] he explicitly rejects such primitive sen- sory 'atoms,' and instead arrives at concrete sensations only at the end of an intricate construction*"). Embora haja diferenças significativas entre o projeto de Russell e o de Carnap, é também verdade que o primeiro influencia o segundo. Sobre isso, ver Pincock (2002). Para uma leitura que salienta as diferenças entre os dois projetos e acentua a influência neo-kantiana sobre o *Aufbau*, ver Friedman (1987).

pertencentes à esfera mental de um dado sujeito como ingredientes fundamentais para o seu projeto construcional poderia ser interpretada de algumas formas. O filósofo poderia, por exemplo, tomar como base os elementos da experiência subjetiva individual porque eles são epistemicamente indubitáveis, ou, ainda, poderia escolher esses mesmos elementos como básicos em razão de uma tese metafísica forte acerca daquilo que é real. E é esta segunda possível interpretação que me interessa abordar agora.

A razão que motiva positivamente Carnap a escolher uma base autopsicológica ou solipsista para o sistema construcional será discutida mais adiante, quando chegarmos à dimensão pragmática do pensamento do filósofo. Por ora, o relevante é que Carnap explicitamente divorcia o seu modelo de sistema construcional de uma tese metafísica. Esse divórcio se constitui de duas maneiras: em primeiro lugar, uma tese metafísica não motiva a escolha de uma base autopsicológica para o sistema; em segundo, a escolha de uma base autopsicológica não implica, e tampouco é expressão de, uma tese metafísica correspondente. De qual tese falo aqui? A tese de que ou apenas o conteúdo da vida mental de um dado sujeito é real ou de que é real apenas o conteúdo da vida mental em geral (isto é, não apenas da vida mental de um sujeito). Esse divórcio entre a escolha de uma base solipsista ou idealista para o projeto do *Aufbau* e a tese metafísica correspondente é enunciado explicitamente por Carnap: "A base autopsicológica é chamada também *solipsística*. Ao fazer isso, nós não subscrevemos à visão solipsista de que apenas um sujeito e suas experiências são reais, enquanto que outros sujeitos são irreais" (1967, p. 101, itálico no original)[13]. E, mais adiante ainda na mesma seção, ele completa:

> Uma vez que a escolha de uma base autopsicológica equivale meramente à aplicação da forma e do método do solipsismo, mas não a um reconhe-

[13]No original: "*The autopsychological basis is also called* solipsistic. *We do not thereby subscribe to the solipsistic view that only one subject and its experiences are real, while the other subjects are nonreal*".

> cimento da sua tese central, nós podemos descrever nossa posição como *solipsismo metodológico*. (1967, p. 102, itálicos no original)[14,15]

Que o solipsismo de Carnap no *Aufbau* seja metodológico e não metafísico é ainda evidenciado pelas menções explícitas do filósofo à possibilidade de construção do sistema a partir de diferentes bases (principalmente nas seções 59 e 62 do livro), e, em especial, à possibilidade de apresentar um projeto construcional tendo como base elementos da esfera externa à mente do sujeito. Ao escrever a sua autobiografia intelectual para o volume editado por Schilpp, Carnap enfatiza novamente a multiplicidade de possíveis bases para o projeto do *Aufbau*:

> No que diz respeito ao problema da base [para o sistema construcional do *Aufbau*], minha atitude foi de novo ontologicamente neutra. Para mim, tratava-se simplesmente de uma questão metodológica de escolher a base mais adequada para o sistema a ser construído, ou fenomenalística ou física. As teses ontológicas das tradicionais doutrinas do fenomenalismo ou do materialismo permanceram para mim inteiramente fora de consideração. (1963a, p. 17)[16,17]

Que um dado ponto de vista tradicionalmente metafísico possa aparecer apenas com teor metodológico não é algo restrito à configuração do sistema proposto no *Aufbau*. Carnap estende a distinção também a diferentes metafísicas e ao aparecimento destas

[14]No original: "*Since the choice of an autopsychological basis amounts merely to an application of the form and method of solipsism, but not to an acknowledgment of its central thesis, we may describe our position as* methodological solipsism".

[15]Sobre o solipsismo metodológico de Carnap e do seu papel no debate entre Carnap e Neurath acerca dos enunciados protocolares, ver Uebel (2021). Na seção 2.3, abordo esse debate entre Carnap e Neurath de um outro ângulo.

[16]No original: "*With respect to the problem of the basis, my attitude was again ontologically neutral. For me it was simply a methodological question of choosing the most suitable basis for the system to be constructed, either a phenomenalistic or a physicalistic basis. The ontological theses of the traditional doctrines of either phenomenalism or materialism remained for me entirely out of consideration.*".

[17]Uma pergunta que se coloca aqui é a respeito da adequação da base: adequação a quê? Essa pergunta será respondida adiante, na seção 2.6.

em domínios científicos apenas como metodologias ou também como doutrinas filosóficas. Soando como o crítico da especulação metafísica que é, Carnap adverte o risco de transformar uma escolha metodológica no campo das ciências em adoção de uma metafísica. Aqui, a metafísica relevante não é a solipsista, mas a do realismo concernente aos objetos de que trata a ciência e, de modo geral, do realismo quanto ao mundo físico exterior: "Deve ser admitido que, na prática, realismo linguístico, que é bastante útil nas ciências empíricas, é frequentemente extendido para um realismo metafísico" (1967, p. 86)[18]. Mais tarde, Carnap retorna a esse risco:

> É dito ocasionalmente que há um realismo (usualmente tácito) na base dos procedimentos práticos das ciências empíricas, especialmente da física. No entanto, devemos aqui distinguir claramente entre um certo tipo de uso de linguagem e a asserção de uma tese. A orientação realística do físico se mostra primariamente no uso de uma linguagem realística; isso é prático e justificável [...]. Por outro lado, realismo, como uma tese explícita, vai além disso e não é permissível [...]. [A] atribuição da propriedade "real" a qualquer substância (seja ela matéria, energia, campo eletromagnético, ou o que quer que seja) não pode ser derivada de nenhuma experiência e seria portanto metafísica. (1967, pp. 286-7)[19]

Carnap já alude aqui na passagem a problemas de natureza cognitiva com a doutrina metafísica realista: há um certo defeito cognitivo na própria expressão dessa doutrina, que o filósofo resume em termos da impossibilidade de atribuir a propriedade de ser real a um dado objeto de modo que o enunciado dessa atribuição possa ser implicado

[18]No original: "*It must be admitted that, in practice, linguistic realism, which is very useful in the empirical sciences, is frequentely extended to a metaphysical realism*".

[19]No original: "*It is ocasionally said that there is a (usually tacit) realism at the bottom of the practical procedures of the empiricial sciences, especially of phyiscs. However, we must here clearly distinguish between a certain kind of language and the assertion of a thesis. The realistic orientation of the physicist shows itself primarily in the use of realistic language; this is practical and justifiable [...]. On the other hand, realism, as an explicit thesis, goes beyond this and is not permissible [...]. [...] the ascription of the property 'real' to any substance (be it matter, energy, electromagnetic field, or whatever) cannot be derived from any experience and hence would be metaphysical*".

por enunciados empíricos[20]. Mas, além disso, e para destacar o que importa para a presente seção, há o risco de se extrapolar de uma escolha metodológica ou da escolha de uma linguagem – uma "orientação", nas palavras de Carnap – para a adoção de uma doutrina metafísica correspondente. Para o filósofo, esse risco existe e essa extrapolação de fato ocorre.

Carnap, obviamente, não corre ele mesmo o risco do qual adverte aos cientistas. Para o filósofo, qualquer doutrina metafísica ou ontológica é carente de conteúdo cognitivo. Mas há um risco ao qual ele está sujeito, sim, que é o de ter a suas próprias escolhas teóricas interpretadas por outrem como implicando ou expressando doutrinas ontológicas ou metafísicas. Na passagem onde explicitamente distingue o solipsismo metafísico do metodológico, Carnap faz menção a Schubert-Soldern como um filósofo que também aceita o solipsismo no seu sentido metodológico, e não no metafísico. E é interessante notar que Carnap critica os opositores daquele por negligenciarem essa distinção (1967, p. 103). Essa negligência de que, segundo Carnap, Schubert-Soldern é alvo é muito similar à negligência de que o próprio Carnap será alvo mais tarde, quando da emergência de seu trabalho em semântica na década de 1940.

As obras de Carnap posteriores ao *Aufbau* também trazem, explícita ou implicitamente, essa distinção. Mas o contexto em que ela é invocada vai progressivamente se tornando mais e mais influenciado por Quine e pela interpretação que este dá ao estudo metaontológico que desenvolve. Lembremos que o critério de compromisso ontológico de Quine já está articulado explicitamente desde 1939. Lembremos também que o impulso anti-platonista do filósofo americano já aparece desde as suas publicações da primeira

[20]Vale notar que o conceito de realidade envolvido aqui é o conceito *metafísico* de real. Há um conceito de realidade benigno, por assim dizer, que é perfeitamente aplicável a objetos de maneira que Carnap aprova. Trata-se do conceito empírico de realidade. Para a distinção entre os dois tipos de conceito de realidade, ver seções 170 e 175 do *Aufbau*.

metade da década de 1930. Do ponto de vista da construção formal de linguagens e teorias, o ímpeto crítico quineano é dirigido à quantificação de ordem superiores, em que as letras predicativas elas mesmas figuram como passíveis de substituição por varáveis ligadas por quantificadores. Do lado de Carnap, os seus trabalhos já vêm há algum tempo desrespeitando essas preferências quineanas. Em LSL, o filósofo alemão apresenta duas linguagens, sendo que o vocabulário e as regras para a manipulação simbólica da segunda delas admitem a construção de enunciados com quantificação de ordem superior[21]. Já em MN, Carnap concebe um método de análise semântica cuja linguagem teórica (uma metalinguagem, na qual certas definições semânticas, propriedades da linguagem e teoremas semânticos são enunciados) também contém variáveis de ordem superior[22].

Especialmente nesta última obra, aparece a mesma reivindicação que Carnap fizera no *Aufbau*, só que desta vez reeditada para um contexto pós-critério de compromisso ontológico quineano. Carnap afirma:

> Na minha opinião, contudo, a acusação de uma metafísica absolutista ou de hipostatização ilegítima com respeito a um certo tipo de entidades—proposições, digamos—não pode ser feita contra um autor meramente com base no fato de ele utilizar variáveis do tipo em questão (e.g., 'p', etc.) e a palavra universal correspondente ('proposição'); em vez disso, ela deve estar baseada em uma análise das afirmações ou pseudo-afirmações que ele faz com ajuda desses sinais. (1947, p. 44)[23]

A adoção de uma doutrina metafísica permanece para Carnap algo distinto do uso de uma linguagem ou proposta de uma construção teórica em um certo domínio do

[21]Carnap (1937a), § 26.

[22]Carnap (1947), § 10.

[23]No original: "*In my view, however, the accusation of an absolutist metaphysics or of illegitimate hypostatizations with respect to a certain kind of entities, say propositions, cannot be made against an author, merely on the basis of the fact that he uses variables of the type in question (e.g., 'p', etc.) and the corresponding universal word ('proposition'); it must be based, instead, on an analysis of the statements or pseudo-statments which he makes with the help of those signs*".

conhecimento. Assumir uma metafísica se constitui pelo enunciado de uma certa afirmação acerca das entidades de que trata a doutrina metafísica[24], e não pelo emprego dos tipos de variáveis que figuram na linguagem ou teoria concebidas. Carnap julga não estar adotando uma metafísica realista acerca de proposições (ou de propriedades ou do que seja) pelo fato simplesmente de adotar uma construção teórica em que há variáveis proposicionais ou predicativas.

A negligência dessa distinção, da qual Carnap já fala no *Aufbau* e que subjaz implicitamente também ao "assunto controverso" que o filósofo menciona na passagem introdutória de ESO citada no início desta seção, é um assunto que percorre as diferentes fases da filosofia de Carnap: desde o *Aufbau*, passando por LSL, MN e ESO. Dentro do escopo temporal abrangido pela presente tese, ESO é a última censura de Carnap a essa negligência[25]. A crítica de Carnap a essa negligência naturalmente evolui de um momento a outro, mas não no sentido de abandonar a distinção fundamental entre o uso de uma linguagem e a adoção de uma doutrina. O que ocorre, em adição a essa distinção, é uma maior clareza da parte de Carnap acerca da relação entre crenças ontológicas e metafísicas, de um lado, e a construção teórica e linguística nos domínios científicos e

[24]O tipo de afirmação relevante aqui é o que ele chama em ESO de "externa". Falo mais da distinção entre discursos de tipo interno e externo em ESO na próxima seção.

[25]Vale mencionar ainda a menção a essa negligência que Carnap faz no seu ensaio autobiográfico: "[R]azões muito fortes devem ser oferecidas para tais termos serem condenados como incompatíveis com o empirismo ou como ilegítimos ou não-científicos. Rotular o uso de tais termos como indicando o platonismo ou, ainda mais especificamente, realismo platônico, como algumas vezes era feito pelos críticos, me parecia enganador; essa opinião negligencia a distinção fundamental entre, digamos, leis físicas contendo números reais como variáveis e teses ontológicas como aquelas da realidade ou irrealidade dos universais" (1963a, p. 66) (No original: "*very strong reasons must be offered if such terms are to be condemned as incompatible with empiricism or as illegitimate and unscientific. To label the use of such terms as indicating Platonism or even more specifically, Platonic realism, as was sometimes done by the critics, seemed to me misleading; this view neglects the fundamental distinction between, say, physical laws containing real number variables and ontological theses like those of the reality or irreality of universals*"). Os "tais termos" de que Carnap fala aqui são "classe", "propriedade" e "número natural".

filosóficos, de outro. Além disso, uma vez que seja removido o obstáculo doutrinário da ontologia e da metafísica[26], Carnap torna-se progressivamente mais explícito acerca daquilo que positivamente falando deve fundamentar essas construções teóricas e linguísticas. Na passagem seguinte, do prefácio a "*Introduction to Semantics*", já é possível vislumbrar como todos esses elementos convergem:

> Enquanto que muitos filósofos incitam hoje a construção de um sistema de semântica, outros, especialmente entre os meus companheiros empiristas, são um tanto quanto céticos. [...] Eles temem que uma discussão de proposições— distinguidas das frases que as expressam—e verdade—distinguida de confirmação por observações—abrirá a porta para a metafísica especulativa [...]. Devemos então evitar de falar sobre elas de uma maneira não-metafísica, científica? Parece-me que a única questão que importa para a nossa decisão em aceitar ou rejeitar um certo conceito é se esperamos ou não resultados frutíferos do uso daquele conceito, independentemente de quaisquer doutrinas metafísicas ou teológicas prévias sobre ele. (1942, pp. vii-viii)[27]

Além do prenúncio desses aspectos fundamentais do pensamento de Carnap, aparece novamente aqui a ideia de que é possível falar em tais entidades de maneira científica. Essa ideia ecoa igualmente em ESO, onde Carnap defende que a utilização de uma linguagem platonística é compatível com o empirismo e o pensamento científico. Para

[26]Essa remoção se dá a partir de dois ângulos: o primeiro deles é a crítica de Carnap ao valor cognitivo das doutrinas metafísicas e ontológicas; o segundo, o princípio normativo de que tais doutrinas não devam informar (ou, no pior dos casos, constranger) decisões linguísticas e teóricas nos âmbitos científicos e filosóficos. Abordo o primeiro desses ângulos na seção 2.3. Já o segundo é abordado na seção 2.5.

[27]No original: "*While many philosophers today urge the construction of a system of semantics, others, especially among my fellow empiricists, are rather sceptical. [...] They are afraid that a discussion of propositions—as distinguished from sentences expressing them—and of truth—as distinguished from confirmation by observations—will open the back door to speculative metaphysics [...]. Should we then refrain from talking about them in a non-metaphysical, scientific way? It seems to be that the only question that matters for our decision in accepting or rejecting a certain concept is whether or not we expect fruitful results from the use of that concept, irrespective of any earlier metaphysical or theological doctrine concerning it*".

entendermos essa alegação aparentemente paradoxal, é necessário apreender em primeiro lugar o significado que Carnap atribui aos termos "empirismo" e "pensamento científico". A partir disso, poderemos melhor compreender a implicação sugerida de que a adoção de doutrinas metafísicas ou ontológicas é o que de fato é incompatível com o empirismo e o pensamento científico e, também, o porquê de Carnap defender que a mera utilização de linguagens e teorias científicas "platonísticas" é compatível com tais ideias.

Dentro da filosofia, o termo "empirismo" é tradicionalmente utilizado para designar uma certa doutrina acerca do modo como conhecemos. É uma doutrina epistemológica, portanto. Segundo o empirismo, todo o nosso conhecimento está fundamentado de maneira última na experiência[28]. O modo de experiência proeminente aqui é o sensível (por oposição a outros tipos de experiência, tais como a estética ou religiosa), isto é, o modo que inclui a experiência que temos por meio dos sentidos do tato, do olfato, da audição, do gosto e, principalmente, da visão. O empirismo pode também ser entendido como uma doutrina acerca da natureza do pensamento ou uma doutrina semântica. Nestes casos, os conteúdos da nossa vida mental ou o significado que as palavras possuem se referem ultimamente ao conteúdo da experiências sensíveis.

No seu ensaio autobiográfico, Carnap conta do modo como ele e seus companheiros de Círculo de Viena entendiam o empirismo:

> De acordo com a concepção original, o sistema de conhecimento [endossado pelos membros do Círculo de Viena], embora se tornasse constantemente mais abrangente, era tomado como um sistema fechado no seguinte sentido. Nós pressupúnhamos que havia um certo nível último do conhecimento, o conhecimento do imediatamente dado, que era indubitável. Qualquer outro tipo de conhecimento era supostamente sustentado

[28] A doutrina epistemológica tomando tradicionalmente como alternativa ao empirismo é o racionalismo, segundo o qual há instâncias de conhecimento que não derivam da experiência e que se constituem a partir da atividade pura (isto é, sem contribuição empírica) do pensamento.

> firmemente por essa base e portanto de maneira similar decidível com certeza. (1963a, p. 57)[29,30]

No entanto, há uma progressiva inflexão no pensamento de Carnap que modifica a interpretação que ele dá ao empirismo. Na verdade, essa inflexão é de escopo irrestrito, se aplicando a diferentes doutrinas filosóficas e não apenas ao empirismo. Seja como for, a partir de certo momento de sua carreira, Carnap passa a defender que doutrinas em filosofia sejam entendidas e explicitamente debatidas como sugestões ou propostas (em vez de serem entendidas ou debatidas categoricamente, isto é, como afirmações peremptórias acerca da natureza de um certo tipo de objeto ou fenômeno)[31]. Carnap quer aplicar esse modo peculiar de conceber diferentes doutrinas filosóficas à construção discursiva em domínios do conhecimento científico e filosófico. E, nesse contexto, o empirismo passa a ser entendido por ele como uma sugestão acerca da elaboração de linguagens e teorias nesses domínios. Para Carnap, defender o empirismo não é, pois, a apresentação de uma tese acerca da natureza do conhecimento humano, mas uma sugestão de que teorias e linguagens utilizadas em ciência e filosofia tenham ancoragem na experiência sensível. O

[29]No original: "*According to the original conception, the system of knowledge, although growing constantly more comprehensive, was regarded as a closed system in the following sense. We assumed that there was a certain rock bottom of knowledge, the knowledge of the immediately given, which was indubitable. Every other kind of knowledge was supposed to be firmly supported by this basis and therefore likewise decidable with certainty*".

[30]Há um aspecto adicional do empirismo defendido por Carnap e pelos seus colegas de Círculo. Esse aspecto é o principal responsável pelo epíteto de "lógico" à doutrina epistemológica que esses filósofos defendem (também chamada de "positivismo lógico"), e que os afasta de empiristas clássicos. O empirismo lógico, ao contrário da doutrina defendida pelos principais representantes do empirismo clássico, não pretende dar conta do estatuto epistemológico da matemática e da lógica em termos do confronto dos enunciados dessas disciplinas com a experiência. Inspirados por Frege, Russell e, principalmente, por Wittgenstein, os filósofos do Círculo de Vienna entendiam os enunciados da matemática e da lógica como verdadeiros de maneira independente da realidade empírica. Para uma apresentação ampla do movimento do empirismo lógico, ver Creath (2021).

[31]Essa inflexão do pensamento de Carnap será abordada com mais detalhes na seção 2.3 para o caso particular dos enunciados pertencentes à ontologia.

melhor sumário desse novo entendimento de Carnap aparece em "*Testability and Meaning*", cuja parte inicial é publicada em 1936[32]:

> Me parece que é preferível formular o princípio do empirismo não na forma de uma asserção—"todo conhecimento é empírico" ou "todos os enunciados sintéticos que podemos conhecer estão baseados (ou conectados com) experiências" ou semelhantes—mas em vez disso na forma de uma proposta ou requerimento. Como empiristas, nós requeremos que a linguagem da ciência seja restrita de um certo modo; nós requeremos que os predicados descritivos e portanto os enunciados sintéticos não sejam admitidos a menos que eles tenham alguma conexão com observações possíveis, uma conexão que precisa ser caracterizada de uma maneira adequada. Por meio de tal formulação, me parece, maior clareza será obtida tanto para a condução de discussões entre empiristas e anti-empiristas, bem como para as reflexões dos empiristas. (1937b, p. 33)[33]

Identificada essa faceta do pensamento de Carnap, podemos melhor entender por que ele sugere que a condenação de antemão de linguagens platonistas é incompatível com o empirismo assim entendido. Lembremos que o tipo de condenação que Carnap tem em mente é aquela baseada na intuição filosófica de que entidades abstratas não existem, condenação tal como apresentada no artigo de Goodman e Quine abordado no capítulo anterior. A partir disso, é possível identificar duas razões para a incompatibilidade que Carnap sugere: de um lado, uma incompatibilidade metafilosófica, por assim dizer; de outro, uma incompatibilidade teórica. A incompatibilidade metafilosófica se segue imediatamente

[32]Esse artigo é publicado em duas partes: a primeira em 1936 e a segunda no ano seguinte. O excerto citado aqui é retirado da segunda parte.

[33]No original: "*It seems to me that it is preferable to formulate the principle of empiricism not in the form of an assertion—'all knowledge is empirical' or 'all synthetic sentences that we can know are based on (or connected with) experiences' or the like—but rather in the form of a proposal or requirement. As empiricists, we require the language of science to be restricted in a certain way; we require that descriptive predicates and hence synthetic sentences are not to be admitted unless they have some connection with possible observations, a connection which has to be characterized in a suitable way. By such a formulation, it seems to me, greater clarity will be gained both for carrying on discussion between empiricists and anti-empiricists as well as for the reflections of empiricists*".

da passagem de "*Testability and Meaning*" acima e ocorre entre o modo como Carnap quer que doutrinas filosóficas sejam entendidas e defendidas e o modo como Goodman e Quine se colocam no debate platonismo versus nominalismo. Carnap pretende que o nominalismo seja entendido como uma proposta de construção possível de uma teoria ou linguagem em alguma domínio científico ou filosófico. Tal proposta se expressaria por meio da seguinte exortação: "construamos a nossa linguagem sem que haja quantificação de ordem superior". Goodman e Quine, por sua vez, enunciam o seu nominalismo como uma doutrina categórica acerca da natureza do mundo: "não há entidades abstratas no mundo".

Já a incompatibilidade teórica ocorre entre o enunciado discursivo do nominalismo categórico de Goodman e Quine e os requerimentos de uma linguagem empirista. Afirmar, com uma disposição distintamente filosófica, que entidades abstratas não existem é uma afirmação externa, e portanto cognitivamente vazia aos olhos de Carnap. Para o filósofo alemão, é impossível a discussão racional acerca das propriedades teóricas de uma tal afirmação (se é verdadeira ou falsa, se se pode verificá-la, testá-la ou confirmá-la, etc.). Dizer externamente que entidades abstratas não existem é uma afirmação metafísica especulativa (assim como o é o enunciado externo contrário, isto é, de que entidades abstratas existem). Além de ser cognitivamente vazio, o enunciado categórico do nominalismo se pretende ao mesmo tempo *a priori* (pois é justificado independentemente da experiência) e, aos olhos de Carnap, sintético (uma vez que a suposta verdade desse enunciado não se seguiria dos significados dos termos apenas). E o caráter sintético *a priori* da afirmação em tela também colide com os requerimentos de uma linguagem empirista.

Conforme sintetiza muito bem Alspector-Kelly:

> Eles[34] não consideravam o enunciado "Não há entidades abstratas" ver-

[34]A expressão "eles" aqui refere anaforicamente "os críticos nominalistas empiristas de Carnap". Alspector-Kelly está discutindo justamente a posição de Goodman e Quine em confronto com a de Carnap.

> dadeiro em virtude do significado apenas. Mas inferir esse enunciado do empirismo não torna esse enunciado um juízo empírico justificado na base de investigação científica empírica. [...] Eles tinham, é claro, a esperança de que uma reconciliação entre a sua convicção e a doutrina científica iria acontecer. No entanto, o projeto deles constitui uma tentativa de encaixar a imagem científica dentro do quadro maior ontológico deles; não é parte da imagem científica ela mesma. Esses críticos, com ironia notável, extraíram uma condição sintética *a priori* do seu compromisso com o empirismo. E essa é a última coisa que um empirista deveria estar fazendo. (2001, p. 106)[35]

Em carta que Carnap envia a Quine em 1945, ele pressiona o seu interlocutor para oferecer uma explicação justamente do estatuto teórico do enunciado ontológico que expressa a crença nominalista de Quine:

> Qual é a natureza de questões como: "Há classes (propriedades, proposições, números reais, etc.)?" e das respostas verdadeiras a elas? Você as chama ontológicas e até mesmo francamente metafísicas. Eu suponho que isso significa que você não as considera nem como analíticas (puramente lógicas) nem como empíricas. Ela são sintéticas a priori, de modo que você abandona o empirismo? Ou o quê? Mais especificamente, qual é o método para estabelecer a verdade delas? Supostamente nem análise lógica puramente nem o método científico de confirmação por observação. Talvez a análise transcendental de Kant ou o "Wesensschau" de Husserl? Esclarecer esse ponto irá ajudar muito a discussão posterior, e de fato irá ser indispensável para ela. (Eu considero aqueles enunciados como analíticos [. . .], mas as questões e enunciados metafísicos correspondentes

[35]No original: "*They did not take the sentence 'There are no abstract entities' to be true in virtue of meaning alone. But to infer this sentence from empiricism does not turn the sentence into an empirical judgment warranted on the basis of empirical scientific inquiry. [...] Of course, they hoped that reconciliation between their conviction and scientific doctrine would ensue. Nevertheless, their project constitutes an attempt to fit the scientific image into their larger ontological frame; it is not part of the empirical scientific image itself. These critics have, with considerable irony, drawn a synthetic* a priori *conviction from their commitment to empiricism. And that is the last thing an empiricist should be doing.*".

como vazios de significado cognitivo). (Carnap e Quine 1990, p. 406)[36,37]

Há, pois, duas incongruências entre o enunciado que expressa o credo nominalista de Goodman e Quine com o tipo de epistemologia empirista que eles defendem. A atitude que Carnap defende, por outro lado, é, aos olhos dele mesmo, compatível com o empirismo e com o pensamento científico. Para Carnap, a utilização de linguagens que fazem referência a entidades abstratas nos domínios científicos é, pelo fato de que essas linguagens já estão vigentes e em uso, uma razão para alegar a sua compatibilidade com o pensamento científico. Essa compatibilidade não é irrevogável, é claro. Mas há uma razão por assim dizer histórica para alegar compatibilidade, ainda que essa razão seja *prima facie*. Para Carnap, portanto, o ônus da prova aqui é daquele que pretende alegar a incompatibilidade entre tais linguagens e o pensamento científico[38].

---

[36]No original: "*What is the nature of questions like: 'Are there classes (properties, propositions, real numbers, etc.)?' and of the true answers to them? You call them ontological & even frankly metaphysical. I suppose that this means that you regard them neither as analytic (purely logical) nor as empirical. Are they then synthetic apriori, so that you abandon empiricism? Or what else? More specifically, what is the method of establishing their truth? Supposedly neither purely log. analysis nor the scientific method of confirmation by observation. Perhaps Kant's transcendental analysis or Husserl's 'Wesensschau'? Clarification of this point will greatly help further discussion, & indeed be indispensible for it. (I regard those statements as analytic; [...] but the corresponding metaphys. questions & statements as devoid of cognitive meaning)*".

[37]As correspondências entre Carnap e Quine são publicadas mantendo-se as abreviações utilizadas por ambos nas mensagens que escreviam à mão. No entanto, na passagem traduzida acima, removi essas abreviações e escrevi os termos por extenso para facilitar a leitura. A passagem original, citada na nota de rodapé anterior, mantém a redação de Carnap.

[38]Conforme explica Carnap na sua biografia intelectual, "por meio das nossas análises, nós tínhamos chegado à conclusão de que muitos conceitos que ocorrem, e.g., na linguagem da física, são basicamente livres de componentes metafísicos e, portanto, legítimos [...]. [N]ós considerávamos termos da matemática e da física como inocentes e permitíamos o seu uso em nossas discussões a menos que razões cogentes mostrassem que eles eram insustentáveis. Se esse ponto de vista é aplicado a termos abstratos como "classe", "propriedade", "número natural", "número real", etc., e similarmente a variáveis de tipos correspondentes, então tínhamos que reconhecer [...] que esses termos têm sido de uso geral na matemática na física por séculos" (1963a, pp. 65-6) (No original: "*through our analyses, we had arrived at the conclusion that most concepts which occur, e.g., in the language of physics, are basically free of metaphysical components and hence legitimate [...]; in contrast, we regarded terms of mathematics and physics as innocent and permitted*

A compatibilidade entre o uso de linguagens que referem entidades abstratas e o empirismo é também dupla, de maneira análoga à incompatibilidade já identificada anteriormente. De um lado, temos a compatibilidade metafilosófica entre, por assim dizer, a atitude carnapiana do uso de uma tal linguagem e o empirismo; de outro, temos a compatibilidade teórica entre essa linguagem e o empirismo. Na esfera metafilosófica, Carnap propõe que o uso de uma linguagem é distinto da adoção de uma metafísica e uma ontologia. Portanto, não há defesa da parte dele de que o mundo é constituído de, entre outras coisas, pelo menos uma entidade abstrata. Na esfera teórica, a compatibilidade entre linguagens platonísticas e o empirismo é dada pela natureza epistemológica dessas linguagens. Conforme a distinção que Carnap oferece em ESO, trata-se de linguagens lógicas (em vez de factuais). Como tal, seus predicados não têm conteúdo empírico, e a verdade de seus enunciados – inclusive os existenciais, quando internos – é analítica e pode ser conhecida *a priori*. Portanto, não há conflito entre a utilização de uma tal linguagem e o empirismo (este último entendido seja como uma doutrina categórica acerca da natureza do conhecimento, seja, como Carnap prefere, como uma proposta acerca das restrições à construção de linguagens para a ciência).

2.3 O conceito de framework

Como vimos na seção anterior, Carnap distingue entre o uso de uma linguagem e a adoção de uma doutrina. Cabe agora discutir essa distinção nos termos encontrados em ESO. Esse artigo de Carnap introduz algumas inovações conceituais que nos ajudam a

their use in our discussions unless cogent reasons had shown them to be untenable. If this point of view is applied to abstract terms like 'class', 'property', 'natural number', 'real number', etc., and similarly to variables of corresponding types, then we have to recognize [...] that these terms have for centuries been in general use in mathematics and physics").

esclarecer algumas questões que permaneceram em aberto a partir do que foi abordado na seção anterior. Essas questões são as seguintes: uma vez que o uso de uma linguagem não é equivalente à adoção de uma doutrina, o que exatamente significa quando dizemos, ao usar uma linguagem, que, por exemplo, números existem?; o que exatamente Carnap quer dizer com a expressão "adotar uma doutrina"?; e, por fim, qual o valor cognitivo, se é que há, nos enunciados que expressam adoção de doutrinas ontológicas?

As inovações que Carnap introduz em ESO são o conceito de framework e a distinção entre discursos existenciais interno e externo. Uma vez que esta distinção depende de uma compreensão prévia do que são frameworks, é deste conceito que começo tratando. A ideia de framework é introduzida em ESO do seguinte modo:

> Se alguém deseja falar na sua linguagem sobre um novo tipo de entidades, ele precisa introduzir um sistema de novas maneiras de falar, sujeitas a novas regras; nós iremos chamar esse procedimento de construção de um *framework* para as novas entidades em questão. E agora nós devemos distinguir dois tipos de questões de existência: primeiro, questões de existência de certas entidades do novo tipo *dentro do framework;* nós as chamamos questões internas; e segundo, questões concernentes à existência ou realidade *do framework em si*, chamadas *questões externas*. Questões internas e suas possíveis respostas são formuladas com auxílio das novas formas de expressão. As respostas podem ser encontradas ou por métodos puramente lógicos ou por métodos empíricos, dependendo de o framework ser lógico ou factual. Uma questão externa possui um caráter problemático que requer exame mais detalhado. (1950a, pp. 21-2, itálico no original)[39]

[39]No original: "*If someone wishes to speak in his language about a new kind of entities, he has to introduce a system of new ways of speaking, subject to new rules; we shall call this procedure the construction of a* framework *for the new entities in question. And now we must distinguish two kinds of questions of existence: first, questions of existence of certain entities of the new kind* within the framework; *we call them* internal questions; *and second, questions concerning the existence or reality* of the framework itself, *called* external questions. *Internal questions and possible answers to them are formulated with the help of the new forms of expressions. The answers may be found either by purely logical methods or by empirical*

Há uma sugestão na passagem acima acerca da natureza dos frameworks que fica mais clara quando Carnap explora a construção de um exemplo de framework, o dos números naturais: "este sistema [dos números naturais] é estabelecido pela introdução na linguagem de novas expressões com regras adequadas" (1950a, p. 24)[40]. A partir dessas passagens podemos caracterizar frameworks, antes de qualquer coisa, como linguagens[41] (ou fragmentos de linguagem[42]). O estabelecimento de um framework consiste na introdução de, entre outras coisas, expressões e de um conjunto de regras para empregar e manipular essas expressões. Essas regras, como se verá mais adiante, dizem respeito tanto à boa formação de enunciados e à derivação de enunciados a partir de outros enunciados do framework quanto para a avaliação teórica desses enunciados (em termos de verificação, teste, confirmação, etc.).

Começo a explicação na presente seção salientando a natureza linguística dos frameworks para afastar uma possível interpretação errônea das distinções e teses que Carnap propõe mais adiante em ESO. Eklund, por exemplo, aventa a possibilidade de que os frameworks de Carnap sejam "semelhantes a perspectivas ou pontos de vista" (2013,

---

methods, depending upon whether the framework is a logical or a factual one. An external question is of a problematic character which is in need of closer examination".

[40]No original: "*This system is established by introducing into the language new expressions with suitable rules*".

[41]Na segunda edição de ESO, essa natureza linguística é enfatizada por Carnap. A primeira passagem citada acima aparece reescrita da seguinte maneira: "[...] nós iremos chamar esse procedimento de construção de um *framework* linguístico para as novas entidades em questão" (1956, p. 206) (no original: "*we shall call this procedure the construction of a linguistic* framework *for the new entities in questions*"). Na primeira nota de rodapé da segunda edição de ESO, lê-se também: "Eu fiz aqui algumas mudanças menores na formulação com a consequência de que o termo 'framework' é agora usado apenas para o sistema de expressões linguísticas, e não para o sistema de entidades em questão" (1956, p. 205) (no original: "*I have made here some minor changes in the formulations to the effect that the term 'framework' is now used only for the the system of linguistic expressions, and not for the system of the entities in question*").

[42]Esta alternativa entre parênteses serve para chamar atenção para o fato de que um framework pode ser incorporado ou unido a outro.

p. 5)[43], o que parece introduzir um elemento de subjetividade que extrapola os limites interpretativos do texto de Carnap[44]. Frameworks são linguagens, e seus elementos são (ou pelo menos podem ser) intersubjetivamente acessados; igualmente, o uso dos frameworks pode ser compartilhado por uma coletividade de sujeitos[45].

Dado que frameworks são linguagens, de que essas linguagens são constituídas? Frameworks são compostos de um vocabulário (contendo um conjunto de símbolos[46]) e regras. Quanto a estas últimas, Carnap fala que se trata de "regras para formar frases, e para testá-las, aceitá-las, ou rejeitá-las" (1950a. p. 23)[47]. O filósofo também escreve que os "resultados de observações são avaliados conforme certas regras como evidências confirmantes ou desconfirmantes para possíveis respostas" (1950a, p. 22)[48,49]. As discussões de Carnap em ESO indicam ainda que frameworks possuem certos princípios lógicos, tais como as normas dedutivas para introdução e eliminação dos quantificadores e normas indutivas para avaliação do grau de suporte entre premissas e conclusão de uma derivação. Presumivelmente, as regras usuais para derivações lógicas (tais como o *modus ponens*) também estão incluídas[50]. Frameworks, portanto, possuem regras para o emprego correto

[43]No original: "*On a second,* relativist, *understanding, Carnap's 'frameworks' are not mere language-fragments; instead, frameworks are like perspectives or outlooks*".

[44]Vale notar que Eklund apenas menciona essa via interpretativa, sem contudo a endossar.

[45]A possibilidade do uso compartilhado de um framework será importante mais adiante, quando abordo as razões para se escolher ou rejeitar um framework, tal como Carnap descreve essa escolha.

[46]O vocabulário será abordado mais adiante, quando apresento exemplos de frameworks.

[47]No original: "*rules for forming statements and for testing, accepting, or rejecting them*".

[48]No original: "*Results of observations are evaluated according to certain rules as confirming or disconfirming evidence for possible answers.*".

[49]Como se verá à frente, resultados de observações são relevantes apenas para a classe de frameworks que Carnap chama factuais ou empíricos.

[50]Falo "presumivelmente" aqui, pois Carnap não diz explicitamente que uma regra de derivação como o *modus ponens* deva estar incluída entre as regras de qualquer framework. Dada a tolerância e o pragmatismo do filósofo (aspectos sobre os quais falo mais adiante), a inclusão ou não dessa regra lógica é facultada ao sujeito ou à comunidade que formula ou faz uso do framework. Como se verá adiante, há um certo grau de flexibilidade quanto à presença ou não de certas regras como constituintes de um framework. Que

de suas expressões, de modo que enunciados sejam formados; regras para que enunciados sejam derivados de outros enunciados; e, por fim, regras para que enunciados sejam teoricamente avaliados.

Outra característica importante dos frameworks, conforme sugerido na passagem de ESO citada no início desta seção, é que eles podem ser artificialmente construídos[51]. E é um aspecto importante do pensamento de Carnap que alguns frameworks sejam de fato construídos artificialmente, como fruto da agência humana deliberada[52]. A construção de linguagens formalizadas e normatizadas constitui parte importante dos ofícios do cientista e do filósofo, tal como Carnap concebe esses ofícios. Essa construção traz exatidão e clareza para o discurso sobre um certo domínio de objetos, algo que Carnap busca incessantemente durante sua carreira e que é exemplificado frequentemente na sua obra também, como atestam os seus trabalhos em semântica, modalidade, lógica indutiva, entre outros tópicos[53].

---

um framework tenha esta ou aquela regra depende de considerações de ordem pragmática, que dizem respeito à adequação de um determinado framework para uma dada tarefa ou objetivo. Mas, uma vez que um framework esteja constituído, o uso correto deste framework envolve a observância das normas deste framework. Seja como for, uma regra tão útil quanto o *modus ponens* certamente fará parte de grande parte dos frameworks que valem a pena ser usados em domínios racionais de produção de conhecimento ou comunicativos.

[51]Isso, ressalto, não é uma característica necessária dos frameworks. Como se verá mais adiante, alguns dos exemplos de frameworks que Carnap apresenta em ESO emergem naturalmente no curso da história humana.

[52]Sobre esse ponto, Broughton enfatiza que "ESO está repleta de discussão sobre criação. Ouvimos sobre *construir* frameworks e *instituí-los*. Ouvimos sobre *introduzir* expressões e *estabelecer* regras. [...] Carnap também faz referência frequente em ESO a linguagens especializadas, especificamente linguagens associadas com as ciências e semântica filosófica" (2021, p. 4105, itálicos no original) (No original: "*Notice, for instance, that ESO is filled with creation talk. We hear about* constructing *frameworks and* establishing *them. We hear about* introducing *expressions and* laying down *rules. [...] Carnap also makes frequent reference in ESO to* specialized *languages, specifically languages associated with the sciences and philosophical semantics*")

[53]Salientar (e impulsionar) a agência humana na produção de linguagens e conceitos com vistas a melhorar a nossa prática científica, filosófica e também a vida humana comum de modo geral é um aspecto central do pensamento de Carnap. Sobre isso, Carus e Leitgeb apresentam a seguinte síntese do modo peculiar como o filósofo concebe a atividade filosófica e o quanto dessa concepção envolve a inovação e o aperfeiçoamento linguístico e conceitual: "Carnap divergia fundamentalmente da tradição

Também na passagem citada mais acima, Carnap fala em discurso sobre "um novo tipo de entidades", e o importante a se retirar disso não é tanto o caráter de novo tipo de entidades, mas sim que haja um tipo de entidades sobre o qual discursamos ou desejamos discursar com a introdução de um framework[54]. E isso porque Carnap identifica informalmente frameworks pelo tipo de objetos sobre os quais eles falam. O filósofo menciona um framework dos objetos físicos ordinários, um framework dos números naturais, um frameworks das proposições (para a análise semântica e linguística), um frameworks das propriedades dos objetos ordinários, um framework de coordenadas espaço-temporais (para as ciências empíricas), entre outros. O tipo de objetos sobre os quais o framework fala é determinado pelo predicado geral desse framework ("x é um número natural", no caso do framework dos números naturais, "x é uma proposição", no caso do framework das

filosófica ocidental em sua concepção de filosofia e sua atitude em relação a problemas filosóficos. Estes supostos problemas, ele pensava, eram em grande parte artefatos das nossas ferramentas inadequadas; eles se originam de confusões devidas às linguagens que a nossa espécie desenvolveu durante milênios para lidar com os problemas práticos da vida cotidiana pré-científica e pré-tecnológica. Essas ferramentas primitivas nos deixam desequipados para expressar coerentemente os problemas tradicionais da filosofia, menos ainda abordá-los; nossas linguagens herdadas distorcem muito a imagem, e para ver as coisas mais adequadamente nós precisamos conceber novos conceitos e organizar nossos pensamentos em categorias menos paroquiais. Assim como nós concebemos novos conceitos e vocabulários para descobrir sobre o mundo na investigação científica sistemática, nós temos que deixar para trás nossas maneiras de articular como tudo se encaixa, como nós devemos entender nosso lugar no mundo e como nós devemos dar forma às nossas vidas em resposta a isso" (2021) (No original: "*Carnap differed fundamentally from the western philosophical tradition in his conception of philosophy and his attitude toward philosophical problems. These supposed problems, he thought, were largely artifacts of our inadequate tools—they originate in confusions due to the languages our species has evolved over millennia to deal with the practical problems of a pre-scientific and pre-technological everyday life. These primitive tools leave us unequipped even to express, let alone to address, the traditional problems of philosophy coherently; our inherited languages distort the picture too badly, and to see things more adequately we need to devise new concepts and organize our thoughts in less parochial categories. Just as we have devised new concepts and vocabularies to find out about the world in systematic scientific inquiry, so we have to leave behind our traditional ways of articulating how everything fits together, how we should understand our place in the world, and how we should shape our lives in response*").

[54]O aspecto de novidade de um tipo de entidades é completamente irrelevante. Os exemplos que Carnap mesmo oferece são frameworks construídos para disciplinar o nosso discurso sobre entidades que já figuram na nossa atividade filosófica, científica ou cotidiana: números, proposições, objetos físicos ordinários, suas propriedades, etc.

proposições, etc.) e pelo domínio de variação das variáveis desse framework[55]. No jargão quineano (que Carnap, como vimos, desaprova), cada framework tem uma ontologia e é identificado por essa ontologia.

Carnap discerne dois grandes grupos de frameworks: os lógicos e os factuais. Frameworks lógicos são aqueles que não requerem métodos empíricos para a avaliação de seus enunciados bem formados. Frameworks empíricos requerem tais métodos. É importante salientar que, no caso dos frameworks empíricos, não são todos os enunciados que demandam métodos empíricos para sua avaliação[56]. Já no caso dos frameworks lógicos, todos os enunciados prescindem de métodos empíricos para serem avaliados.

Em ESO, Carnap apresenta exemplos tanto de frameworks factuais quanto lógicos. Mas é importante notar que as ilustrações aí oferecidas estão longe de esgotarem as características dessas linguagens. Como observa Bird, "deve-se reconhecer que os esboços de linguagens que Carnap oferece, sejam empíricos ou formais, deveriam indubitavelmente serem mais elaborados" (1995, p. 44)[57]. Seja como for, as elaborações requeridas são de natureza periférica, pelo menos do ponto de vista temático desta tese. As distinções que Carnap oferece em ESO relevantes para o tema de fundo requerem apenas elementos bem centrais e básicos dos frameworks (tal como a presença de um vocabulário, de um predicado geral, e de regras para derivação e avaliação de enunciados). Esses tipos de

[55]Isso não significa que não possa haver um framework A contendo ambos os predicados gerais dos frameworks B e C. Mas, neste caso, haverá um predicado geral de A distinto daqueles de B e C mas aplicável aos objetos B e C. Por exemplo, um framework contendo o predicado geral "x é um objeto abstrato" e os predicados específicos "x é um número" e "x é uma propriedade". Estes dois últimos predicados podem ser predicados gerais de um framework particular dos números e de um framework particular das propriedades, respectivamente.

[56]Veremos em seguida alguns exemplos de enunciados pertencentes a frameworks empíricos que podem ser avaliados de maneira não-empírica.

[57]No original: "*It has to be conceded that the sketches of languages which Carnap provides, whether empirical or formal, should undoubtedly be further elaborated*".

elementos aparecem destacadamente nos esboços fornecidos por Carnap e são, portanto, suficientes.

Entre os exemplos de frameworks factuais, Carnap começa pela descrição do que ele chama "mundo das coisas" ("*world of things*") ou ainda "linguagem-coisa" ("*thing-language*"), que é o "sistema ordenado espaço-temporalmente dos eventos e coisas observáveis" (1950a, p. 22)[58]. Esse é o framework que todos nós utilizamos para discursar sobre os objetos físicos ordinários (pessoas, animais, artefatos, objetos da natureza, etc.) e eventos da vida cotidiana relativos a esses objetos. O mundo das coisas não é exemplo de uma linguagem artificialmente construída, uma vez que ela surge como resultado espontâneo da história humana. Dado o caráter não-deliberado da emergência desse framework, uma especificação precisa de seus constituintes e das normas que regem seu uso é difícil de oferecer. Carnap naturalmente não apresenta essa especificação em ESO. No entanto, é possível apresentar uma caracterização, ainda que provisória e bastante limitada, de como esse framework está construído. Alguns exemplos de expressões que formam esse framework são nomes próprios, predicados como "x é uma pessoa", "x é uma mesa", "x é um cachorro", "x é vermelho", "x é mais pesado que y", etc. Há também um predicado geral, que é satisfeito por qualquer objeto do domínio. Presumivelmente, o framework contém enunciados que normatizam a relação de subsunção entre predicados ("Para qualquer x, se x é um mamífero, x é um animal", por exemplo). Por fim, o mundo das coisas contém as regras lógicas mencionadas anteriormente, além das normas para avaliação teórica de seus enunciados. Algumas dessas normas envolvem a confrontação com a experiência empírica – "Isto é um mesa", por exemplo[59] –, enquanto que a avaliação de outras enunciados é dada

[58]No original: "*the spatio-temporally ordered system of observable things and events*".

[59]Quais normas? Por exemplo, que este objeto tenha um certo formato (ou que seu formato esteja dentro de certos parâmetros), que ele seja utilizado para uma dada finalidade, que ele seja resistente ao toque, que ele emita um certo ruído quando golpeado, que ele, dadas certas condições usuais, perdure

pelo caráter de postulado do enunciado no contexto do framework em questão ("Para qualquer x, se x é uma mesa, x é um objeto físico", por exemplo). Cada framework, seja ele lógico ou factual, possui um certo número de postulados analíticos, enunciados estes cuja aceitação como verdadeiros é condição necessária para o uso do framework. Em outras palavras, e ilustrando o ponto, parte do que é aceitar e utilizar o framework das coisas é aceitar esses postulados, afirmá-los como verdadeiros e utilizá-los em derivações de outros enunciados. Embora o postulado analítico anterior ("Para qualquer x, se x é uma mesa, x é um objeto físico") contenha predicados cuja aplicação em casos particulares deve ser avaliada em confronto com a experiência empírica ("x é uma mesa", no caso), ele como um todo não requer tal confrontação; ele é conhecido de maneira *a priori* pelo usuário do framework[60].

Entre os exemplos de frameworks lógicos que Carnap oferece, está um framework dos números naturais. Este framework é construído a partir do seguinte vocabulário: constantes (os numerais "1", "2", "3", etc.), um predicado geral ("x é um número natural"), demais predicados ("x é ímpar", "x é primo", etc.), predicados relacionais de aridade variada ("x é maior que y", "x é igual a y", etc.), termos para funções ("mais", "dividido por", etc.), e variáveis. As regras para a construção de enunciados desse framework indicam

em estado sólido e no mesmo local onde se encontra (relativamente a um certo quadro de referência), etc. Há, certamente, casos limítrofes, em que tanto a aplicação quanto a não-aplicação do predicado são problemáticas. Em todo o caso, isto é apenas um esboço, e casos limítrofes não são relevantes para os temas desta tese. Para esta tese, os enunciados importantes são gerais (e não particulares) e dizem respeito à existência de certos tipos de objeto. Por que são estes os enunciados importantes? Porque são eles que constituem o conteúdo linguístico da ontologia: "Números existem", "Objetos físicos ordinários existem", "Objetos abstratos existem", etc. A incerteza acerca da aplicação de um predicado geral de um framework a um dado objeto encontrado empiricamente é irrelevante para as discussões que importam aqui.

[60]Vale notar que o caráter *a priori* desses enunciados é condicional à existência e à aceitação de um dado framework. A aceitação de um framework por um sujeito ou comunidade é tema da história factual. Mas, uma vez que haja um dado framework e que esse framework esteja em vigência, o uso desse framework obrigatoriamente consistirá, entre muitas outras coisas, na aceitação dos seus postulados *a priori*.

que "6 é um número primo", "3 é maior que 2" e "5 dividido por 3 é igual a 2" são enunciados bem formados. Em adição a isso, o framework inclui as regras lógicas usuais. No caso desse framework dos números, que tem caráter lógico, a avaliação de cada um de seus enunciados bem formados não envolve a confrontação com a experiência empírica; alguns desses enunciados possuem caráter de postulado e sua aceitação como verdadeiro é derivada do uso ele mesmo do framework; outras, no entanto, requerem uma checagem lógica mais elaborada, por meio de provas. Em todo o caso, a avaliação de cada um dos enunciados bem formados desse framework é um processo *a priori* que prescinde de elementos fornecidos pelos sentidos.

Frameworks, em suma, são linguagens que exibem (ou deveriam exibir) certas características que Carnap considera desejáveis[61]. Em especial, há regras de formação e regras semânticas claras. Tomadas em conjunto, essas regras determinam quais sequências de símbolos contam como enunciados bem formados do framework, além de oferecer definições para as avaliações teóricas desses enunciados (em termos de verdadeiro ou falso, confirmado ou infirmado, testado ou refutado, etc.) e para as relações de consequência (dedutiva ou indutiva) entre esses enunciados. Estipular quais exatamente são essas regras é tarefa que cabe ao sujeito ou comunidade que propõe esses frameworks. Como notado mais acima a respeito da regra do *modus ponens*, esses exemplos ilustram certas maneiras de especificar cada um desses frameworks, mas não as únicas maneiras. Carnap é bastante liberal – ou tolerante – quanto ao modo de construir frameworks, e não é necessário que cada framework contenha, por exemplo, as regras da lógica clássica que consideramos

[61] O esforço de Carnap no que toca à explícita formulação de regras para disciplinar o discurso em um determinado domínio é muito mais prescritivo que descritivo, e por isso coloco a alternativa "ou deveriam exibir". O anseio do filósofo é que frameworks sejam assim construídos, independente de eles já o serem ou não.

usuais[62]. A palavra final sobre qual o melhor modo de construir um framework é, como veremos mais adiante, a adequação do framework para a realização de uma dada tarefa ou para a consecução de um dado objetivo. Essa palavra final se encontra, em síntese, na arena pragmática.

2.4 Os discursos ontológicos interno e externo

Com o conceito de framework vigente, Carnap distingue entre dois tipos de discurso ontológico – isto é, dois tipos de discurso que falam sobre a realidade ou existência de entidades –, a saber, os discursos interno e externo[63]. Em "*The Semantic Tradition from Kant to Carnap*", Coffa faz a seguinte observação, que é uma introdução pertinente ao tópico desta seção:

> Muitos filósofos também sentiram que havia algo de errado em ler afirmações existenciais de disciplinas abstratas como se implicassem qualquer coisa no campo da ontologia. Uma tentativa padrão para evitar a implicação foi a de identificar dois sentidos de existência—um inofensivo e outro nocivo, por assim dizer—e argumentar que apenas o sentido inofensivo está envolvido nas afirmações existenciais relevantes. Ninguém antes de Carnap ou desde então fez um esforço mais continuado de argumentar que apenas o sentido inofensivo de existência faz qualquer sentido e explicar exatamente que sentido é esse. (1991, p. 225)[64]

[62]Se se pode falar de uma atitude "intolerante" de Carnap no que diz respeito à construção de frameworks, ela está na exigência de que haja clareza e rigor formais na construção proposta.

[63]A expressão "discurso" não é utilizada pelo filósofo. Com efeito, Carnap fala em ESO em termos de *questões* internas e externas. Essa nomenclatura é insuficiente porque aquilo que Carnap tem em mente não são apenas questões que digam respeito à existência, mas também enunciados. "Discurso" é uma expressão que pretende deixar claro que são a esses dois tipos de frase – tanto a afirmativa quanto a interrogativa – que a distinção carnapiana se aplica. Não há apenas questões internas e externas, mas também enunciados internos e externos.

[64]No original: "*Yet many philosophers also sensed that there was something wrong with reading the existential claims of abstract disciplines as implying anything in the field of ontology. One standard attempt*

A síntese que Coffa apresenta aponta não apenas para a distinção relevante de Carnap – que ele chama de sentidos "inofensivo" e "nocivo" de existência –, mas também para a duração dessa distinção dentro do pensamento do filósofo. De fato, que haja uma tal distinção não é apenas um apêndice ao seu pensamento, mas um traço mais ou menos perene de suas reflexões acerca do discurso sobre a realidade ou existência das coisas Trata-se, como Coffa observa, de um esforço *continuado*[65]. É bom notar essa perenidade porque a manobra filosófica de Carnap pode ser interpretada como uma maneira *ad hoc* de se desvencilhar das consequências filosófico-ontológicas do seu emprego de linguagens ontologicamente comprometidas com entidades abstratas em seus trabalhos semânticos. E não só pode ser interpretada dessa forma, como de fato foi interpretada assim. Para ficar talvez no exemplo mais paradigmático disso, Quine, em "*Word and Object*", comenta o que chama de "ardis por meio dos quais filósofos pensaram em gozar dos benefícios sistemáticos dos objetos abstratos sem sofrer os objetos" (2013, p. 253)[66,67].

Antes de investigar a distinção tal como ela se apresenta em ESO, vale dizer que os discursos ontológicos interno e externo não são discernidos por Carnap a partir de suas configurações linguísticas. A mesma questão – "Há números?" –, simbolicamente individuada, pode ser colocada tanto interna quanto externamente. A distinção também não é revelada por construções vocabulares alternativas que dizem respeito à realidade. Por

to avoid the implication had been to identify two senses of existence - a harmless and a harmful one, as it were - and to contend that only the harmless one is involved in the relevant existential claims. No one before Carnap or since has made a more sustained effort to arque that only the harmless sense of existence makes any sense and to explain exactly what that sense is".

[65]A própria distinção antes mencionada entre os conceitos empírico e metafísico de realidade no *Aufbau* atesta a continuidade dessa ideia de Carnap.

[66]No original: "*In §49 I spoke of dodges whereby philosophers have thought to enjoy the systematic benefits of abstract objects without suffering the objects*".

[67]Ainda que não citado nominalmente nessa passagem, Carnap está filosoficamente muito perto de Quine e tematicamente vinculado ao assunto para não ser um dos destinatários da observação citada.

exemplo, não é o caso que, para Carnap, "Números existem" seja uma instância de discurso interno e "Números são reais" seja uma instância de discurso externo, por exemplo. Tanto num caso quanto noutro, os enunciados podem ser proferidos interna ou externamente[68].

Outros possíveis mal-entendidos acerca da distinção em tela que devem ser afastados podem ser derivados do modo como Carnap caracteriza pela primeira vez o discurso externo relativamente ao interno. A passagem é a seguinte:

> [N]ós devemos distinguir dois tipos de questões de existência: primeiro, questões de existência de certas entidades do novo tipo *dentro do framework*; nós as chamamos *questões internas*; e segundo, questões concernentes à existência ou realidade *do framework em si*, chamadas *questões externas*. (1950a, pp. 21-2, itálicos no original)[69]

A expressão de Carnap aqui nessa passagem parece sugerir que uma questão externa trata da existência do próprio framework. Mas, conforme vimos na seção anterior, frameworks são linguagens, linguagens estas que ou emergem no curso da história humana ou são construídas artificialmente. Esse possível mal-entendido é mitigado por Carnap na segunda edição de ESO, onde, no trecho relevante, lê-se que questões externas dizem respeito "ao sistema de entidades como um todo". Não é, portanto, a existência de linguagens o tópico das questões externas[70]. Seja como for, a redação da passagem em tela

[68]Certas construções linguísticas podem dar um indício de externalidade. Por exemplo, o termo "realmente", pronunciado enfaticamente em uma questão como "Números *realmente* existem?". Mas essa marca linguística apenas sugere a característica fundamental do discurso externo (que será abordada a seguir), e não é condição linguística necessária nem suficiente para que uma questão ou enunciado sejam classificados como externos.

[69]No original: "*we must distinguish two kinds of questions of existence: first, questions of the existence of certain entities of the new kind* within the framework; *we call them* internal questions; *and second, questions concerning the existence or reality* of the framework itself, *called* external questions".

[70]Isso não significa que não se possa formular questões externas acerca de uma linguagem. Mas, ao menos que a resposta à questão externa acerca da existência de uma linguagem seja uma premissa para uma conclusão mais geral ("Entidades abstratas existem", digamos), dificilmente a questão anterior figuraria em debates ontológicos (assim como dificilmente a questão acerca da existência do número 5,

na segunda edição de ESO traz problemas próprios também, uma vez que seu significado é obscuro. Além disso, o enunciado interno "Números existem", digamos, pode muito bem ser interpretado de maneira compatível com "a existência do sistema de entidades como um todo". Por fim, a própria escolha terminológica de Carnap para rotular a sua distinção – "externo" e "interno" – sugere erroneamente que uma questão externa diz respeito à existência de objetos fora (em algum sentido a ser especificado), ou independentemente, de frameworks.

Uma maneira mais precisa e informativa – e, ao meu ver, a maneira correta – de caracterizar os discursos existenciais interno e externo é, respectivamente, a sua obediência ou não às normas de avaliação de enunciados de um framework cujo vocabulário esteja em uso. Em termos mais concretos, se trata do seguinte. Quando é feito o uso dos termos de um dado framework na produção de discurso declarativo, o falante pode pretender que esse item de discurso – um enunciado, digamos – seja observante das normas daquele framework ou não. O enunciado "Números existem", por exemplo, faz uso do vocabulário do framework dos números, e o falante pode proferi-lo com a intenção ou não de que as regras desse framework estejam operativas para a avaliação desse enunciado. Caso o falante profira o enunciado com a intenção de que ele seja avaliado de acordo com as normas do framework dos números, então se trata de discurso interno. Caso o falante profira o enunciado com a intenção de que ele seja avaliado por outras normas que não aquelas constituintes do framework dos números, então se trata de discurso externo. Analogamente, a questão "Números existem?" pode ser proferida com intenção de que as normas do framework relevante estejam operativas na busca por sua resposta (caso em que a questão é interna), ou que essas normas não estejam operativas (caso em que a questão é externa).

digamos, figuraria em um debate ontológico, ao menos que a afirmação de existência do número 5 seja premissa para uma conclusão mais geral, a saber, a de que números ou entidades abstratas existem).

As condições para que um dado enunciado ou questão existencial sejam considerados internos não são particulares ao discurso ontológico; isto é, não são particulares ao discurso sobre existência ou realidade dos objetos. São condições a que, conforme explica Yablo na síntese a seguir, deve estar sujeito o discurso informativo significativo de maneira geral, ontológico ou não:

> Alegações de existência não são destacadas por Carnap para tratamento especial; ele apenas pede que elas atendam a um padrão ao qual qualquer discussão significativa está sujeita, um tipo apropriado de disciplina ou governança por regras. Interpretado através da sua teoria formal da linguagem, isso significa o requisito de que a discussão significativa sobre Xs—objetos materiais, números, propriedades, pontos espaço-temporais, ou o que quer que seja—deve prosseguir sob os auspícios de um *framework linguístico* [...]. Um ontologista que respeita esse requerimento [...] é dito por Carnap estar levantando uma questão de existência *interna*. (1998, p. 233, itálicos no original)[71]

O que seria essa "governança por regras" que caracteriza o discurso interno? A título de ilustração, vejamos como uma questão existencial interna é formulada e respondida no framework dos números. Suponhamos que um falante profira o enunciado "Números existem" para responder à questão correspondente, e o justifique pelo seguinte raciocínio: "a frase '5 é um número' é verdadeira, pois o predicado 'x é um número' é satisfeito por qualquer objeto do domínio dessa linguagem; o numeral '5' é uma constante dessa linguagem; 'Números existem', por seu turno, se segue da frase '5 é um número' via aplicação da regra de generalização existencial; trata-se, pois, de uma frase verdadeira". Ainda que

[71] No original: "*Existence-claims are not singled out for special treatment by Carnap; he asks only that they meet a standard to which all meaningful talk is subject, an appropriate sort of discipline or rule-governedness. Run through his formal theory of language, this comes to the requirement that meaningful discussion of Xs—material objects, numbers, properties, spacetime points, or whatever—has got to proceed under the auspices of a* linguistic framework. [...] *An ontologist who respects this requirement* [...] *is said by Carnap to be raising an* internal *existence-question*".

um tanto caricata[72], essa narrativa caracteriza o modo como o discurso existencial interno é produzido e justificado. O falante pretende que a frase em questão seja teoricamente avaliada conforme regras previamente estipuladas, regras que constituem o framework dos números, a linguagem saliente neste exemplo[73]. E o mesmo vale para frameworks empíricos. Ainda que a avaliação de um enunciado existencial formulado com o vocabulário de um framework empírico tenha contornos menos nítidos, ela envolve, caso interna, normas constituintes (ainda que muitas vezes apenas implicitamente) desse framework.

O discurso externo, por sua vez, é produzido com a intenção de que seja avaliado por outras normas[74]. O falante faz uso do vocabulário de um certo framework, mas pretende que, para a avaliação de seu enunciado ou para resposta de sua questão, estejam operativos outros elementos diferentes daqueles dos quais o framework saliente é constituído. Uma resposta possível ao raciocínio ilustrado acima cuja conclusão é o enunciado "Números existem" seria a de um filósofo cujo interesse não está em saber se é possível que esta frase se siga, pela aceitação e aplicação dos procedimentos lógicos constituintes do framework relevante, de outros enunciados previamente admitidos que fazem parte do framework dos

[72]Caricata pois trivial. A trivialidade dessa narrativa é admitida por Carnap, que a utiliza, como veremos a seguir, no seu argumento de que, na disciplina da ontologia, não se produz discurso ontológico interno.

[73]Essa narrativa pressupõe, obviamente, que o framework em tela tenha as regras aqui utilizadas. Seja como for, o ponto importante não é que o discurso interno é produzido com a intenção de ser avaliado conforme *essas* regras enunciadas, mas que ele seja produzido com a intenção de ser avaliada pelas regras constituintes do framework relevante, seja qual for esse framework e sejam quais forem as regras que o constituem.

[74]Quais outras normas? Carnap não nos dá uma resposta definitiva (embora, como veremos mais abaixo, dê alguns exemplos dos comentários que acompanham essas questões externas filosóficas). Mas essa ausência não é uma deficiência da descrição carnapiana, uma vez que desta também faz parte a ideia de que não há clareza da parte dos filósofos acerca do que deveria servir para a avaliação desses enunciados externos. O ônus aqui está com quem produz um enunciado externo: o que, exatamente – perguntaria, Carnap – contribui para uma resposta negativa ou positiva a uma questão externa? Por que esses debates estendem-se literalmente por pelo menos um par de milênios sem que haja consenso acerca de uma resposta?

números; este filósofo se perguntaria "Mas números realmente existem?", ou algo similar. Esse movimento – que linguisticamente está identificado pela palavra "realmente" – sugere a passagem para uma questão externa (embora não seja uma marca necessária de tal discurso, como dito antes). O objetivo para este filósofo não é descobrir se a verdade do enunciado "Números existem" pode ser estabelecida com base naqueles procedimentos lógicos acima especificados, e sim se é possível afirmar que números existem com fundamento em outros argumentos. E, ressaltando o que é dito na nota de rodapé anterior, a especificação de quais exatamente são esses outros argumentos e a persuasão de que tais argumentos são cognitivamente avaliáveis são tarefa de quem coloca uma questão externa e tenta respondê-la, e não de Carnap.

Como Carnap determina que a questão que o filósofo se coloca não é interna? O argumento é dado pela próprio caráter trivial daquela narrativa que justificou a resposta à questão interna[75]. A trivialidade do enunciado interno "Números existem" em face de debates ontológicos prolongados acerca da existência dos números é evidência de que filósofos têm em mente uma questão diferente da questão interna:

> Portanto, ninguém que pretenda querer dizer a questão 'Há números?' no sentido interno iria afirmar ou seriamente considerar uma resposta negativa. Isso torna plausível supor que aqueles filósofos que tratam a questão da existência dos números como um problema filosófico sério e oferecem longos argumentos para cada um dos lados, não têm em mente a questão interna. (1950a, p. 25)[76]

[75]Há um segundo aspecto importante do discurso interno que é a sua analiticidade. A analiticidade do discurso ontológico interno é, contudo, pouco relevante para os temas desta tese. No capítulo 2 de Ebbs (2019), o autor aborda com mais profundidade esse aspecto.

[76]No original: "*Therefore nobody who meant the question 'Are there numbers?' in the internal sense would either assert or even seriously consider a negative answer. This makes it plausible to assume that those philosophers who treat the question of the existence of numbers as a serious philosophical problem and offer lengthy arguments on either side, do not have in mind the internal question*".

A pergunta que se coloca agora é: que diferentes elementos seriam esses a partir dos quais esses filósofos hipotéticos buscam justificar uma resposta a essa pergunta? Carnap ilustra do seguinte modo a atitude dos falantes que produzem discurso ontológico externo manifestado linguisticamente na forma da questão "Números existem?":

> Eles poderiam tentar explicar o que eles querem dizer falando que se trata de uma questão acerca do status ontológico dos números; a questão de se números têm ou não uma certa característica metafísica chamada realidade (mas um tipo de realidade ideal, diferente da realidade material do mundo das coisas) ou subsistência ou status de "entidades independentes". (1950a, p. 25)[77]

As ilustrações de Carnap aqui não se pretendem exaustivas. Elas meramente servem para exemplificar o tipo de expressões que frequentemente acompanha a discussão filosófica a respeito de assuntos ontológicos. Mas mais do que determinar inequivocamente o que caracteriza esse discurso externo, o importante para Carnap é persuadir o leitor ou leitora de que esse tipo de enunciados e questões não estão fundamentados naquilo que constitui os frameworks relevantes. O framework dos números, tal como caracterizado anteriormente, não é constituído de regras regulando um putativo quantificador alternativo ou predicado para se falar da realidade metafísica dos números ou de sua subsistência ou seus status de entidades independentes. Não é possível, nesse framework, produzir ou avaliar teoricamente o enunciado externo a respeito da existência ou realidade metafísicas dos números. Tudo que esse framework provê de teoricamente sadio relativamente ao discurso existencial é o recurso à quantificação tradicional e às regras mencionadas de derivação de enunciados[78]. E isso resulta em enunciados internos, e não externos.

[77] No original: "*They might try to explain what they mean by saying that it is a question of the ontological status of numbers; the question whether or not numbers have a certain metaphysical characteristic called reality (but a kind of ideal reality, different from the material reality of the thing world) or subsistence or status of 'independent entities'*".

[78] Pressupondo novamente que o framework em tela tenha essas regras.

Nos termos da distinção abordada na seção anterior, o discurso interno é aquele que resulta do uso de uma linguagem ou framework. Usar uma linguagem, ou framework, é produzir e justificar os enunciados formados com auxílio do vocabulário e das regras constituintes da linguagem empregada. Já nos âmbitos especulativos da metafísica e da ontologia, trata-se de discurso externo, discurso que expressa a adoção (ou negação, ou debate) de doutrinas metafísicas ou ontológicas. Conforme passagem já citada de MN, Carnap julga que "a acusação de uma metafísica absolutista [...] deve estar baseada em uma análise das afirmações ou pseudo-afirmações que ele faz faz com ajuda desses sinais [isto é, com os sinais que constituem a linguagem em tela]" (1947, p. 44). Dito de outro modo, e reforçando, com os termos de ESO, a distinção abordada na seção anterior, a acusação de uma metafísica deve estar baseada na análise do discurso externo, e não do discurso interno.

No âmbito do discurso interno, e pressupondo a presença das regras relevantes, estão presumivelmente incluídos enunciados que consistem na ligação de variáveis pelos quantificadores do cálculo de predicados, incluindo aqueles enunciados que consistem na quantificação de segunda ordem, isto é, quantificação sobre variáveis predicativas. O procedimento lógico de derivar um enunciado tal como "Há uma propriedade que Carlos e Luís compartilham" – cuja formalização na notação lógica consiste, entre outras coisas, em uma variável predicativa ligada por um quantificador existencial de segunda ordem – é, para Quine, a marca distintiva do platonismo. Do ponto de vista quineano, ocorre nesse procedimento o tratamento de um termo como nome, e, via esse tratamento, uma admissão de reconhecimento ontológico; no caso em tela, de que propriedades existem. Para Quine, isso é o que basta para se identificar uma doutrina ontológica. Trata-se de um ato manifesto de platonismo. Para Carnap, contudo, tal procedimento não é outra coisa

que a articulação de princípios internos ao framework. A disciplina filosófica da ontologia, argumenta Carnap, consiste em algo diverso dessa articulação. A ontologia consiste, como vimos, na produção e debate de enunciados e questões que são regulados por outra coisa que os recursos providos por um dado framework. A ontologia consiste, em outras palavras, na produção e debate de questões e enunciados externos.

O discurso ontológico externo é um subconjunto de um tipo de discurso diagnosticado como problemático por parte de Carnap durante toda a sua carreira, que é o discurso metafísico. A crítica de Carnap ao discurso especulativo da filosofia, que talvez seja o aspecto mais memorável (ainda que criticado) do seu pensamento, é longevo e passa por diversas fases[79]. Aqui, o importante é abordar como essa crítica aparece em ESO. Meu objetivo com a apresentação dessa crítica aqui é menos defendê-la e mais contrapor uma interpretação frequente (pelo menos no contexto da metaontologia contemporânea) segundo a qual o diagnóstico oferecido por Carnap em ESO está fundamentado na aplicação

[79]Dentro do escopo temporal que me interessa abordar aqui, as objeções de Carnap começam no *Aufbau*. Nessa obra, o filósofo critica o "conceito metafísico de realidade" – conceito este utilizado por diferentes doutrinas metafísicas – pelo fato de que não se pode construí-lo satisfatoriamente e de maneira que tenha vinculação à experiência, seja no sistema proposto por Carnap no *Aufbau*, seja em outro sistema construcional. Como tal, trata-se de um conceito extracientífico (Carnap 1967, p. 283). ("Satisfatoriamente" aqui significa construído de modo a haver um acordo entre as diferentes escolas metafísicas acerca do significado desse conceito.) Depois disso, durante o período em que Carnap participa dos encontros do Círculo de Viena (e sob influência do Tractatus de Wittgenstein), ele propõe, em "*Scheinprobleme in der Philosophie*", publicado em 1928, uma crítica explicitamente verificacionista, e que ele considera mais radical (Carnap 1967, p. xi), ao discurso metafísico. Dentro desse quadro, Carnap caracteriza como pseudo-enunciados aqueles enunciados que contenham termos tradicionalmente encontrados em debates especulativos da metafísica (tais como "Deus", "absoluto" e "essência") porque métodos de verificação para esses enunciados não são conhecidos. Essa crítica é desenvolvida de maneira mais detalhada em "*Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache*" (Carnap 1931). Em seguida, temos a crítica que Carnap apresenta em seus trabalhos de orientação mais explicitamente sintática, tais como os livros LSL e "*Philosophy and Logical Syntax*" (Carnap 1935) e o artigo "*On the character of philosophic problems*" (Carnap 1934), onde Carnap propõe que o discurso metafísico seja regimentado em termos sintáticos, de modo que seu real objeto (isto é, a própria linguagem e não o mundo) apareça de maneira explícita. Essa proposta de Carnap será examinada com mais vagar na seção seguinte, para os casos do discurso sobre a existência.

de uma teoria verificacionista do significado.

Nesse artigo, Carnap caracteriza explicitamente o discurso ontológico externo como carente de conteúdo cognitivo. O filósofo escreve, por exemplo, que "a afirmação externa da realidade das propriedades—um caso especial da tese da realidade dos universais—é vazia de conteúdo cognitivo" (1950a, p. 28)[80]. Mais adiante, Carnap escreve que "[u]ma suposta afirmação da realidade do framework das entidades é uma pseudo-afirmação sem conteúdo cognitivo" (1950a, p. 31)[81]. Infelizmente para os propósitos desta tese, Carnap não oferece um argumento em ESO em suporte dessas declarações. As aparentes exceções são um parágrafo onde o filósofo apresenta os antecedentes desse diagnóstico (p. 32) e uma reconstrução de um possível debate entre um platonista e um nominalista acerca da existência de números. Os antecedentes mencionados por Carnap são o trabalho desenvolvido pelo Círculo de Viena e, mais especificamente, o seu artigo "*Scheinprobleme in der Philosophie*" (Carnap 1928). Já a reconstrução do possível debate platonismo versus nominalismo aparece do seguinte modo:

> Suponha que um filósofo diga: "Eu acredito que há números como entidades reais. Isso me dá direito a usar as formas linguísticas do framework numérico e a fazer afirmações semânticas acerca dos números como designata de numerais". Seu oponente nominalista responde: "Você está errado; não há números. Os numerais ainda podem ser usados como expressões significativas. Mas eles não são nomes, não há entidades designadas por eles. Portanto, a palavra "número" e variáveis numéricas não devem ser usadas (ao menos que se encontre uma maneira de introduzi-las meramente como artefatos de abreviação, de traduzi-las para uma linguagem nominalista)". Eu não consigo pensar em qualquer evidência possível que fosse considerada relevante pelos dois filósofos, e, portanto, caso

[80]No original: "*the external statement, the philosophical statement of the reality of properties—a special case of the thesis of the reality of universals—is devoid of cognitive content*".

[81]No original: "*An alleged statement of the reality of the framework of entities is a pseudo-statement without cognitive content*".

> realmente encontrada, decidisse a controvérsia ou pelo menos fizesse uma das duas teses postas mais provável que a outra. [...] Portanto, me sinto compelido a considerar a questão externa como uma pseudo-questão, até que ambos os lados da controvérsia ofereçam uma interpretação comum da questão como uma questão cognitiva; isso envolveria uma indicação de possível evidência considerada relevante pelos dois. (1950a, p. 37)[82]

Duas coisas chamam a atenção no diagnóstico crítico do discurso externo oferecido por Carnap em ESO. A primeira é que ele menciona um artigo no qual esse diagnóstico repousa sobre a teoria verificacionista do significado; a segunda é que a narração do possível debate ontológico e de sua falta de resolução parecem indicar a necessidade de um procedimento empírico para o provimento de evidências e para o teste das afirmações conflitantes. No caso particular da narração do possível debate ontológico, o verificacionismo é pressuposto na afirmação de os lados opostos do debate não são cognitivos (ou, conforme Carnap fala em diversas outras partes de ESO, não têm conteúdo cognitivo) em função da ausência de possível evidência relevante para eles. Portanto, parece haver uma razão, pelo menos *prima facie*, para considerar que, de fato, a doutrina verificacionista subjaza ao diagnóstico crítico do discurso externo em ESO.

Antes de examinar essas duas exceções, cabe aqui uma nota para explicar essa aparente negligência por parte de Carnap em ESO acerca do que exatamente torna o

[82]No original: "*Suppose that one philosopher says: 'I believe that there are numbers as real entities. This gives me the right to use the linguistic forms of the numerical framework and to make semantical statements about numbers as designata of numerals'. His nominalistic opponent replies: 'You are wrong; there are numbers. The numerals may still be used as meaningful expressions. But they are not names, there are no entities designated by them. Therefore the word 'number' and numerical variables must not be used (unless a way were found to introduce them as merely abbreviating devices, a way of translating them into the nominalistic thing language).' I cannot think of any possible evidence that would be regarded as relevant by both philosophers, and therefore, if actually found, would decide the controversy or at least make one of the opposite theses more probable than the other.* [...] *Therefore I feel compelled to regard the external question as a pseudo-question, until both parties to the controversy offer a common interpretation of the question as a cognitive question; this would involve an indication of possible evidence regarded as relevant by both*".

discurso externo carente de conteúdo cognitivo. Lembremos que o propósito último do artigo não é o de oferecer uma crítica ao discurso externo ontológico, e, sim, o de afastar a ideia de que a utilização de linguagens em disciplinas científicas e filosóficas seja expressão de uma doutrina ontológica e também a ideia de que a decisão pela utilização de linguagens nesse domínio deva ser informada pelo discurso externo ontológico[83]. Conforme visto na seção 2.1, Carnap divorcia o uso de uma linguagem de seus aspectos doutrinários na metafísica e na ontologia; além disso, e conforme veremos mais adiante, Carnap, de um lado, defende o afastamento de fatores externos[84] e aproximação de fatores pragmáticos para o âmbito da decisão linguística[85]. É em vista desse objetivo maior de Carnap que devemos avaliar a ausência de uma caracterização mais demorada acerca do que torna o discurso externo carente de conteúdo cognitivo[86].

Dito isso, é importante agora descobrir o que exatamente torna esse tipo de discurso cognitivamente vazio e investigar se a doutrina verificacionista do significado tem um papel nisso. Conforme vimos nesta seção, Carnap distingue o discurso interno do externo em termos da sua adesão ou não às normas de avaliação constituintes do framework

[83]A instância mais urgente para a qual Carnap quer realizar o seu objetivo é o do o uso de linguagens platonísticas, como o próprio enunciado que abre ESO deixa claro: "Empiristas são em geral bastante desconfiados com respeito a qualquer tipo de entidades abstratas, tais como propriedades, classes, relações, números, proposições, etc" (1950a, p. 21) (No original: "*Empiricists are in general rather suspicious with respect to any kind of abstract entities like properties, classes, relations, numbers, propositions, etc*"). No entanto, o ponto de Carnap se generaliza para linguagens com diferentes domínios de quantificação, o que é atestado pela discussão em ESO de diversos outros frameworks.

[84]Trata-se do princípio da tolerância, que será abordado na seção 2.5.

[85]Trata-se do pragmatismo, que será abordado na seção 2.6.

[86]Conforme sintetiza Surovell, "o objetivo *fundamental* de Carnap [em ESO] é livrar decisões sobre a linguagem científica de restrições que derivam de doutrina ontológica. A posição, baseada em sua distinção interno/externo [...], de que afirmações ontológicas são ou triviais ou sem sentido, era o *meio* de Carnap atingir esse objetivo mais fundamental" (2017, p. 811) (No original: "*Carnap's* fundamental *goal is to free up decisions about scientific language from constraints deriving from ontological doctrine. The contention, based on his internal/external (i/e) distinction* [...] *was Carnap's* means *to achieving this more fundamental goal*").

com cujo vocabulário um dado enunciado é formado. Quando há aderência a essas normas, trata-se de um enunciado interno; quando não há, trata-se de um enunciado externo. O caráter cognitivamente vazio de um enunciado externo se segue dessa desobediência às normas do framework: o enunciado externo "Números existem", por exemplo, carece do critério de avaliação provido pelo framework dos números (segundo Carnap, ele carece até o momento de qualquer critério de avaliação[87]). Não é possível, portanto, uma avaliação das propriedades teóricas desse enunciado. E não é possível justamente porque os recursos do framework que estipulam como essa avaliação deverá ser feita não estão sendo observados.

Já a questão acerca da presença ou não de um critério verificacionista embasando o diagnóstico crítico que Carnap faz do discurso externo pode ser melhor avaliada se levarmos em conta a concepção de empirismo que o filósofo adota. Conforme vimos na seção 2.1, Carnap adota, pelo menos a partir de "*Testability and Meaning*", uma concepção de empirismo segundo a qual este é menos uma tese acerca do nosso conhecimento do mundo e mais uma proposta de engenharia linguística para os domínios científico e filosófico: a proposta de que as linguagens adotadas satisfaçam condições empiristas de significado. Isso, obviamente, não retira o requerimento de que o discurso que produzimos nessas disciplinas tenha de satisfazer tais condições, mas a natureza do diagnóstico de Carnap perde o caráter dogmático. O discurso externo não satisfaz condições empíricas de significado

[87]Carnap é prudente aqui com a questão temporal: "Ao menos e até que eles forneçam uma interpretação cognitiva clara, nós estamos justificados na nossa suspeita de que a questão deles é uma pseudo-questão" (1950a, p. 25) (No original: "*Unless and until they supply a clear cognitive interpretation, we are justified in our suspicion that their question is a pseudo-question*"). "Eles" aqui referem a hipotéticos dois filósofos que debatem (externamente) a existência de números. Seja como for, tornar interna uma questão externa pelo provimento de uma interpretação cognitiva torna essa questão uma questão interna a outro framework que não o original. No framework original dos números, tal como ele está constituído, o caráter interno de um enunciado como "Números existem" é avaliado como verdadeiro em função das regras usuais de quantificação que estão presentes neste framework. Tornar interna a questão filosófica externa acerca da existência de números significaria que outro framework estaria operativo para avaliação desta última questão. Parece, neste caso, que uma mudança de assunto terá ocorrido, embora o mesmo predicado (linguisticamente identificado) esteja sendo empregado (neste caso "x é um número").

(pelo menos não até o momento de publicação de ESO); ele é, portanto, cognitivamente vazio. Mas essa crítica deve ser entendida do seguinte modo. Diferentes frameworks podem ser constituídos para diversos fins. A nossa proposta, diria Carnap, é que todos esses frameworks contenham procedimentos de avaliação que satisfaçam condições empíricas: que os seus enunciados bem formados sejam ou analíticos (ou contraditórios) ou, caso não sejam nem um nem outro, que possam ser avaliados conforme critérios claros de confronto direto com a experiência (ou, pelo menos, que haja regras claras para derivar, desses enunciados, enunciados protocolares que estejam em confronto com a experiência). Enunciados externos não satisfazem nenhuma dessas condições preferenciais. Em primeiro lugar, porque não há um framework com regras claras de avaliação do qual esses enunciados façam parte; não há, portanto, condições claramente especificadas para avaliação desses enunciados. Se não há condições especificadas para a avaliação desses enunciados, não há, a fortiori, condições que satisfaçam standards empíricos para a avaliação desses enunciados.

Mesmo que haja, ainda que na forma de uma proposta geral para a engenharia linguística, critérios empíricos para o provimento de conteúdo cognitivo aos enunciados internos de uma linguagem, é importante notar que esses critérios não estão envolvidos na distinção interno-externo. Esta distinção, como vimos acima, está baseada na observância ou não das normas constituintes de um framework cujo vocabulário e regras de formação de enunciados estejam em uso. A distinção interno-externo diz respeito apenas à aderência ou não às normas de avaliação que constituem o framework relevante. O comprometimento de Carnap com o empirismo não está aí, nessa distinção, mas na sua proposta de que frameworks em geral sejam preferencialmente construídos contendo normas empíricas de avaliação dos seus enunciados internos.

Ainda que a proposta de critérios empíricos para avaliação dos enunciados internos

a um framework seja matéria de intensa contenção filosófica, devemos lembrar que o objetivo de Carnap em ESO não é o de delinear uma divisão clara entre o significativo e o não-significativo. E, sim, o de eliminar, do âmbito das decisões linguísticas, a presença de fatores externos não-pragmáticos. Pressupondo, para fins de argumento e contra Carnap, que a esses fatores externos não-pragmáticos (tais como a intuição de Goodman e Quine) possa ser dado valor cognitivo, Carnap pode ainda argumentar contra o seu peso (tal como ele de fato o faz, ao invocar o seu princípio da tolerância) e motivar critérios de natureza completamente diferente, a saber, critérios de natureza prática (trata-se do seu pragmatismo). E é a esses aspectos do seu pensamento que as próximas seções são dedicadas.

2.5 A eliminação do absolutismo

Até agora, vimos que Carnap distingue entre o uso de uma linguagem, ou framework, e a adoção de uma doutrina metafísica ou ontológica. Vimos também que Carnap caracteriza de externo o discurso que expressa posições metafísicas ou ontológicas e os debates que envolvem essas posições. Por fim, vimos que Carnap diagnostica esse discurso externo como carente de conteúdo cognitivo e, portanto, como inapto para figurar em debates racionais. Nesta seção, investigo o primeiro elemento da reforma filosófica defendida por Carnap. Trata-se da sua sugestão de que esse discurso externo seja substituído pelo discurso prático-linguístico. Em termos mais concretos, Carnap quer colocar no lugar da questão especulativa "Números existem?", por exemplo, a questão "Devemos utilizar uma linguagem que quantifica sobre números?" (ou, para permanecer na terminologia de ESO, "Devemos utilizar o framework dos números?"). Os demais elementos dessa reforma – que especificam como devemos responder a essas questões prático-linguísticas – são abordados

nas duas seções subsequentes a esta.

Embora o diagnóstico de Carnap afirme o caráter irremediavelmente defectivo do discurso externo, ele oferece uma alternativa cognitivamente saudável às disciplinas filosóficas nos quais tal discurso é produzido. Trata-se de substituir instâncias de discurso externo por instâncias do discurso prático-linguístico[88]. Carnap quer que a produção de discurso pseudo-teórico na ontologia e na metafísica seja substituída pela produção de propostas explícitas de adoção de diferentes linguagens. Dizendo de maneira mais concreta e ilustrando a idéia em tela, Carnap quer que coloquemos no lugar da pergunta "Números existem?", digamos, a questão de orientação prático-linguística "Devemos utilizar o framework dos números?" Não se trata mais, pois, de investigar como o mundo realmente é, mas sim de decidir como devemos proceder. Embora essa decisão de como devamos proceder resulte em uma prática linguística, e embora essa prática linguística possibilite a produção de discurso (interno) sobre como o mundo é[89], a decisão prático-linguística ela mesma é, como veremos mais adiante nas duas seções seguintes, orientada por diferentes parâmetros que não parâmetros ontológicos ou metafísicos externos[90].

[88]Uma possível confusão que merece nota é que Carnap utiliza o termo "externo" também para indicar o discurso prático-linguístico. Essa possível confusão será mitigada aqui por meio do uso do termo "externo" apenas para o discurso especulativo carente de conteúdo cognitivo e da expressão "prático-linguístico" para o discurso que envolva explicitamente a proposta de uso ou de investigação de uma linguagem ou framework. O uso equívoco do termo "externo" por Carnap pode gerar confusão não apenas para a interpretação das suas ideias, mas também para uma correta avaliação da sua disputa com Quine. Verhaegh (2017) investiga os argumentos que Quine (1951a) apresenta contra a distinção interno-externo de Carnap e examina qual das distinções que ele (Quine) teria em mente: se entre o discurso interno e o que eu chamo aqui de externo, ou se entre o discurso interno e aquele que chamo aqui de prático-linguístico. Como me interessa nesta tese abordar o contexto dialético que motiva Carnap a escrever ESO, as disputas entre Carnap e Quine posteriores à publicação desse artigo não serão objeto de análise aqui.

[89]Em um sentido "inofensivo" (nas palavras de Coffa), não-especulativo, de como o mundo é, é verdade, mas que, no final das contas, é o único sentido cognitivamente viável de se falar sobre a realidade das coisas no mundo.

[90]Ou melhor, tal decisão deve ser orientada por diferentes parâmetros que não esses mencionados. O impulso de Carnap é antes normativo que descritivo.

A sugestão de que trata a presente seção tem origem no pensamento de Carnap na década de 1930. Mais precisamente, é no artigo "*Über Protokollsätze*", publicado em 1932, que ela é inaugurada. O artigo trata da forma correta dos enunciados protocolares, que são aqueles que reportam as experiências imediatas de um sujeito em um dado momento. Diante de uma folha em branco onde faço anotações para esta tese, por exemplo, eu poderia proferir o seguinte enunciado protocolar: "mancha branca agora à frente"[91]. O artigo de Carnap é uma das instâncias em que o debate sobre enunciados protocolares, que envolve alguns filósofos do Círculo de Viena no início da década de 1930, se desenrola. Mais particularmente, Carnap apresenta aí uma posição contrária à de Neurath quanto ao tema[92]. E é precisamente na expressão dessa contrariedade por parte de Carnap e na natureza dessa contrariedade conforme descrita por este (em vez de nas posições

[91]Este enunciado poderia estar formulados em outros termos. "Vejo uma folha de papel branca neste momento" ou ainda "Protocolo de Cleber às 10h09min: [Discurso mental de Cleber às 10h08min foi: (às 10h07min havia um folha de papel branca percebida por Cleber)]". Este último exemplo é uma adaptação daquele oferecido por Neurath. Para a posição de Neurath a respeito dos enunciados protocolares ver Cat (2019).

[92]O debate acerca dos enunciados protocolares envolve ainda Hempel, Popper e Edgar Zilsel. A contribuição desses outros filósofos à disputa em tela não é relevante para o presente trabalho. A importância dos enunciados protocolares para os membros do Círculo de Viena deriva da função desses enunciados para a construção dos enunciados mais "remotos" das ciências empíricas envolvendo termos para entidades não-observáveis. Como escreve Uebel, "apenas se tais reconstruções fossem providas, as partes mais teóricas das ciências conservariam seu caráter empírico" (1992, p. 9) (No original: "*Only if such reconstructions were provided did the more theoretical parts of science retain their empirical character*"). Já Carnap escreve o seguinte: "[U]ma conexão inferencial entre os enunciados protocolares e os enunciados físicos singulares deve existir pois, se dos enunciados físicos, nada puder ser deduzido acerca da verdade ou falsidade dos enunciados protocolares, não haverá conexão entre o conhecimento científico e a experiência. Enunciados físicos flutuariam em um vazio, desconectados, em princípio, de toda a experiência" (1981, p. 158) (No original: "*an inferential connection between the protocol statements and the singular physical statementsmustexist for if, from the physical statements,nothingcan be deduced as to the truth or falsity of the protocol statements there would be no connection between scientific knowledge and experience. Physical statements would float in a void disconnected, in principle, from all experience*"). Enquanto Neurath defende uma posição segundo a qual os enunciados protocolares devem ser formulados em uma linguagem fisicalista – isto é, com termos para objetos ordinários que são acessados intersubjetivamente – e vinculada a um sujeito, o Carnap a quem a proposta de Neurath se opõe defende que os enunciados estejam em linguagem fenomenalista – isto é, com termos para as sensações privadas de um dado sujeito. Em Uebel (2021), o autor trata especificamente desse debate entre Carnap e Neurath.

particulares acerca dos enunciados protocolares que cada um defende) que o tema que me interessa abordar nesta seção emerge. O que me interessa aqui, em suma, é o modo de Carnap conceber a própria discussão e o confronto de diferentes posições, e não o seu juízo acerca de cada uma das posições particulares em si.

Ainda nos parágrafos introdutórios do artigo, Carnap escreve:

> Neurath opõe certas características do ponto de vista sobre enunciados protocolares que eu defendi em meu artigo sobre a linguagem fisicalística [...]. Ele quer contrastá-la com outro ponto de vista segundo o qual enunciados protocolares são de uma forma diferente e manipulados de acordo com outros procedimentos. A minha opinião aqui é que esta é uma questão não de duas visões mutualmente inconsistentes, mas antes de *dois métodos para estruturar a linguagem da ciência, ambos possíveis e legítimos*. No que segue, ambos os procedimentos serão descritos mais precisamente, e isso irá mostrar que cada um deles tem certas vantagens. (1987, p. 457, itálicos no original)[93]

Não há ainda na passagem acima a sugestão para modificar o modo com essa discussão se expressa na linguagem. Em todo o caso, o ânimo que subjaz à sugestão de Carnap já aparece aí: trata-se de entender cada uma das posições, não como afirmações categóricas acerca da forma dos enunciados protocolares que estarão na "periferia" da linguagem da ciência (para usar a metáfora quineana), mas como sugestões diversas de como esses enunciados devam ser formulados. O entendimento desse debate, não em termos de conflito teórico – isto é, não em termos de um conflito cujas posições divergentes

[93]No original: "*Neurath opposes certain features of the view about protocol sentences I advocated in my article on the physicalistic language* [...]. *He wants to contrast it with another view according to which protocol sentences are in a different form and are manipulated according to other procedures. My opinion here is that this is a question, not of two mutually inconsistent views, but rather of* two different methods for structuring the language of science both of which are possible and legitimate. *In what follows both procedures will be described more precisely, and this will show that each of them has certain advantages*".

são contrapostas enquanto teses e avaliadas conforme uma ideia de correção[94] –, mas de oferecimento de propostas diferentes, é reafirmado no último parágrafo da introdução do artigo, onde Carnap incidentalmente revela que essa mudança de pensamento é recente (relativamente a 1932):

> As questões de se enunciados protocolares ocorrem dentro ou fora da linguagem do sistema e da sua exata caracterização não são, me parece, respondidas por asserções, mas, em vez disso, por postulações. Embora antes[95] [...] eu tenha deixado essa questão em aberto e indicado apenas algumas possíveis respostas, eu penso agora que as diferentes respostas não se contradizem umas às outras. Elas devem ser entendidas como sugestões para postulados; a tarefa consiste em investigar as consequências dessas várias possíveis postulações e em testar a sua utilidade prática. (1987, p. 458)[96]

Deste ponto em diante, a proposta de Carnap em "*Über Protokollsätze*" de que posições conflituosas em certos debates filosóficos devem ser interpretadas não em termos de conflito teórico, mas em termos de oferecimento de sugestões permanecerá parte indissociável do seu pensamento. E ela também encontrará lugar em LSL, obra na qual aparece em linhas bastante melhor definidas. Neste livro, a discussão para motivar uma mudança de linguagem ocorre em meio aos alertas de Carnap para o uso em filosofia daquilo que ele chama "modo material de discurso", contrastado com o benigno "modo

[94]Na próxima seção, quando trato do princípio da tolerância de Carnap, essa ideia de correção será discutida mais pormenorizadamente.

[95]Carnap refere aqui artigo anterior publicado no jornal "*Erkenntnis*", intitulado "*Die physikalische Sprache als Universalsprache der Wissenschaft*". Este artigo é traduzido para o inglês por Max Black e publicado em 1934 sob o título "*The Unity of Science*".

[96]No original: "*The questions of whether the protocol sentences occur outside or inside the system language and of their exact characterization are, it seems to me, not answered by assertions but rather by postula- tions. Although earlier* [...] *I left this question open and indicated only a few possible answers, I now think that the different answers do not contradict each other. They are to be understood as suggestions for postulates; the task consists in investigating the consequences of these various possible postulations and in testing their practical utility*".

formal de discurso". O modo material de discurso consiste em enunciados cujo tópico são os objetos eles mesmos e as relações entre eles, enquanto que o modo formal de discurso consiste em enunciados em que a linguagem é o tópico. Para Carnap, alguns enunciados no modo material de discurso possuem uma contraparte no modo formal, e isto é o caso especialmente nas disciplinas especulativas da metafísica e da ontologia. Um exemplo de um enunciado que possui essa dualidade é, em modo material, "Uma propriedade não é uma coisa". A sua contraparte em modo formal é "Um adjetivo (ou palavra-propriedade) não é uma palavra-coisa"[97].

Ao grupo de enunciados que possuem essa dualidade, Carnap chama "enunciados pseudo-objeto". O filósofo alerta para o caráter enganador do uso de tais enunciados em filosofia. E esses enunciados são enganadores porque nos induzem a pensar que estamos tratando de entidades não-linguísticas (propriedades, no exemplo acima), quando, em verdade, estamos falando sobre a linguagem (isto é, sobre adjetivos):

> O hábito de formular no modo material de discurso, em primeiro lugar, nos faz enganarmos a nós mesmos sobre os objetos da nossa investigação: enunciados pseudo-objeto nos levam erroneamente a pensar que estamos lidando com objetos extra-linguísticos como números, coisas, propriedades, experiências, estados de coisa, espaço, tempo, e assim por diante; e o fato de que, em realidade, se trata da linguagem e suas conexões (tais como expressões numéricas, designações-de-coisa, coordenadas espaciais, etc.) nos é mascarado pelo modo material de discurso. (1937a, pp. 298-9)[98]

[97] O exemplo é de Carnap (1937a), p. 297.

[98] No original: "*The habit of formulating in the material mode of speech causes us, in the first place, to deceive ourselves about the objects of our own investigations: pseudo-object sentences mislead us into thinking that we are dealing with extra-linguistic objects such as numbers, things, properties, experiences, states of affairs, space, time, and so on; and the fact that, in reality, it is a case of language and its connections (such as numerical expressions, thing-designations, spatial co-ordinates, etc.) is disguised from us by the material mode of speech*".

Para Carnap, há uma ilusão que é produzida pelo uso de um certo tipo de linguagem – o modo material – e essa ilusão é dissipada quando se efetua a mudança para o plano explicitamente formal (ou linguístico). Além da mudança temática que ocorre por essa causa (de objetos e relações entre objetos, para entidades linguísticas e suas relações), há outra mudança importante: aparece de maneira mais perspícua a natureza de proposta daquilo que antes era considerado o avanço de uma tese metafísica. "Uma propriedade não é uma coisa" soa como uma tese metafísica, enquanto que "Um adjetivo (ou palavra-propriedade) não é uma palavra-coisa" não. Ainda que este último enunciado também tenha uma roupagem categórica (afinal, está-se fazendo uma enunciado acerca de certa entidades, ainda que essas entidades sejam linguísticas), o seu caráter linguístico sugere muito mais facilmente uma proposta de engenharia linguística: construamos tal linguagem de modo que palavras em posição predicativa que se unem pela cópula ao sujeito da frase não possam ocorrer em posição de sujeito da predicação. E é justamente em direção a explicitar ou de motivar o caráter de proposta de aparentes teses metafísicas ou ontológicas que o pensamento de Carnap evolui nessa década.

Para Carnap, muito do discurso produzido dentro das disciplinas especulativas da filosofia pertence ao domínio discursivo problemático do modo material: "A esse território médio pertencem muitas das questões e frases relativas à investigação daquilo que é chamado fundações filosóficas" (1937a, p. 285)[99,100]. E esse problema se resolve para o

[99]No original: "*To this middle territory belong many of the questions and sentences relating to the investigation of what are called philosophical foundations*".

[100]Entre os debates fundacionais que Carnap está interessado, não estão apenas as questões explicitamente metafísicas ou ontológicas, mas também questões fundacionais na filosofia da matemática. O debate, em curso à época de Carnap, entre formalistas, intuicionistas e logicistas acerca da natureza da matemática também é visto pelo filósofo nesses termos. Para Carnap, o debate se beneficiaria se os defensores de cada uma das posições se expressasse não em termos categóricos, mas com a linguagem de proposta. Como afirma em LSL, "[u]ma vez que se perceba o fato de que todos os prós e contras das discussões intuicionistas dizem respeito às formas de um cálculo, não serão mais colocadas questões da forma: 'Como

filósofo com, em primeiro lugar, a transição do modo material para o modo formal, e, em segundo lugar, com a explícita caracterização daquilo que se afirma como uma proposta. Muda-se o foco temático (das coisas para a linguagem), e muda-se o modo (do categórico para o propositivo), e com isso uma forma de discurso irremediavelmente problemática é abandonada e dá lugar a uma forma de discurso que pode conduzir a discussões frutíferas:

> Numa discussão, assim que obscuridades e dúvidas como as descritas aqui emergem, é aconselhável traduzir pelo menos a principal tese envolvida na controvérsia para o modo formal de discurso, e torná-la mais precisa declarando se ela quer dizer uma asserção ou como uma sugestão, e à qual linguagem ela se refere. Se o representante de uma tese se nega a fazer essas declarações sobre ela, a tese é incompleta e portanto inelegível para discussão. (1937a, p. 301)[101,102]

é isto ou aquilo?', mas, em vez disso, nós iremos perguntar: 'Como *nós desejamos organizar* isto ou aquilo na linguagem a ser construída?"' (1937a, p 46-7) (No original: "*Once the fact fact is realized that all the pros and cons of the Intuitionist discussions are concerned with the forms of a calculus, questions will no longer be put in the form: 'What* is *this or that like?' but insted we shall ask: 'How* do we wish to arrange *this or that in the language to be constructed'*"). Para o filósofo, ganhar-se-ia pela investigação do benefício que cada uma dessas propostas traz. (Como veremos mais adiante neste capítulo, esse benefício é "calculado" relativamente a um fim, e não absolutamente. Não há para Carnap a melhor proposta, e sim aquela que funciona melhor para a realização de uma determinada tarefa.)

[101]No original: "*As soon as, in a discussion, obscurities and doubts of the kind here described arise, it is advisable to translate at least the principal thesis involved in the controversy into the formal mode of speech, and to render it more precise by stating whether it is meant as an assertion or as a suggestion, and to which language it refers. If the exponent of a thesis refuses to make these statements concerning it, the thesis is incomplete and therefore ineligible for discussion*".

[102]É importante sublinhar que Carnap não prega a eliminação completa do modo material de discurso. Nem mesmo ele afirma que se trata de um modo incorreto de expressão. O alerta de Carnap é endereçado ao caráter enganador desse tipo de discurso dentro da filosofia. A sua eliminação, como está claro na passagem seguinte, não é decretada pelo filósofo em LSL: "Nós falamos aqui dos perigos e não dos erros do modo material de discurso. *O modo material de discurso não é em si mesmo errôneo*; ele apenas se presta facilmente ao uso errado. [...] *Não é em absoluto sugerido que o modo material de discurso seja inteiramente eliminado.* Pois uma vez que está estabelecido no uso geral, e é portanto mais facilmente entendido, e é, além do mais, frequentemente mais breve e mais óbvio que o modo formal, *seu uso é frequentemente conveniente*" (1937a, p. 312, itálicos no original) (No original: "*We have spoken here of dangers and not errors of the material mode of speech.* The material mode of speech is not in itself erroneous; *it only readily lends itself to wrong use.* [...] It is not by any means suggested that the material mode of speech should be entirely eliminated *For since it is established in general use, and is thus more*

Tal como em LSL, e como vimos no capítulo anterior, Carnap diagnostica também em ESO um tipo problemático de discurso, só que localizado dentro da disciplina da ontologia. E o destino desse discurso, que Carnap chama aí de "externo", é o mesmo: transformar-se em um idioma explicitamente propositivo e linguístico, em vez de categórico. Em vez de, por exemplo, nos perguntarmos "Números existem?" ou de afirmarmos "Números existem" externamente, nos perguntamos "Devemos utilizar o framework dos números?" ou afirmamos "Vamos utilizar o framework dos números". A proposta de reforma de Carnap aparece, por exemplo, na seguinte passagem, onde o sistema de coordenadas espaço-temporais para a física é o framework saliente[103]:

> Uma questão como "Há (realmente) pontos espaço-temporais?" é ambígua. Ela pode querer dizer uma questão interna; a resposta afirmativa neste caso é, claro, analítica e trivial. Ou ela pode querer dizer no sentido externo: "Devemos introduzir tais e tais formas na nossa linguagem?"; neste caso, não se trata de uma questão teórica, mas prática, uma questão de decisão em vez de afirmação, e, portanto, a formulação proposta seria enganosa. Ou, finalmente, poderia querer expressar o seguinte significado: "As nossas experiências são de tal modo, que o uso das formas linguísticas em questão seria conveniente e frutífero?" Esta não é uma questão teórica, de natureza factual e empírica. Mas ela diz respeito a questões de graus; portanto, uma formação na forma "real ou não?" seria inadequada. (1950a, pp. 29-30)[104]

---

readily understood, and is, moreover, often shorter and more obvious than the formal mode, its use is frequently expedient").

[103]O ponto de Carnap, no entanto, é geral: vale para qualquer framework.

[104]No original: "*A question like 'Are there (really) space-time points?' is ambiguous. It may be meant as an internal question; then the affirmative answer is, of course, analytic and trivial.Or it may be meant in the external sense: 'Shall we introduce such and such forms into our language?'; in this case it is not a theoretical but a practical question, a matter of decision rather than assertion, and hence the proposed formulation would be misleading. Or finally, it may be meant in the following sense: 'Are our experiences such that the use of the linguistic forms in question will be expedient and fruitful?' This is a theoretical question of a factual, empirical nature. But it concerns a matter of degree; there fore a formulation in the form 'real or not?' would be inadequate*".

O leitor ou leitora deverá ter percebido que Carnap não se expressa nessas passagens em termos de uma sugestão para substituir um tipo de discurso (o discurso existencial externo) por outro (o discurso prático-linguístico). Carnap fala, na verdade, em termos exegéticos: uma questão externa pode ser interpretada como uma questão prática. Ele parece aí estar querendo expressar que filósofos que discutem assuntos ontológicos podem estar querendo dizer outra coisa do que aquilo que a roupagem linguística das suas indagações indica. Julgo que Carnap coloca o tema nesses termos antes por excessiva caridade, que por convicção. E isso porque considero implausível que filósofos, à exceção de Carnap ele mesmo, falem o idioma categórico querendo comunicar uma sugestão ou proposta. A filosofia, entre outras coisas, se produz comumente pelo debate de teses e argumentos fundamentando essas teses. A própria obra de Carnap, bastante devotada a diagnosticar os problemas cognitivos embutidos na produção de teses filosóficas especulativas, dá razões para pensar que essa possibilidade interpretativa não é sincera. Seja como for, o ímpeto reformativo de Carnap fica mais evidente em outras passagens, particularmente aquelas em LSL, ainda que pareçam alternativas heurísticas em ESO. Há algumas evidências adicionais para se considerar a sugestão de Carnap como reformista em vez de heurística. Nas "*Replies and Systematic Expositions*" de Carnap para o volume editado por Schilpp, encontramos a seguinte passagem, onde o o filósofo fala explicitamente em substituir (em vez de interpretar):

> Embora as três controvérsias referidas[105] não possam ser consideradas como teoricamente significativas, nós ainda lhes podemos dar um significado reinterpretando-as ou, mais exatamente, substituindo-nas pelas questões práticas concernentes à escolha de certas formas de linguagem. Irei mais tarde indicar esse procedimento mais especificamente. [...] Nós agora substituímos as teses ontológicas sobre a realidade ou irrealidade de

[105]Carnap alude aqui às questões metafísico-ontológicas da realidade do mundo externo, da realidade das outras mentes e da realidade das entidades abstratas.

> certas entidades, teses que nós consideramos pseudo-teses, por propostas ou decisões relativas ao uso de certas linguagens. Assim, o realismo é substituído pela prática decisão de usar a linguagem reística; o fenomenalismo, pela decisão de usar somente a linguagem fenomenal; e o dualismo psico-físico tradicional, pela decisão de usar uma linguagem dualística; e assim por diante. (1963b, pp. 868-9)[106]

Uma evidência indireta que concorre para não entendermos a sugestão de Carnap como uma tentativa exegética é a sua própria desavença terminológica com Quine, de que tratei no capítulo anterior. Essa evidência resulta do seguinte raciocínio. Se interpretamos (em vez de reformar ou substituir) uma disputa ontológica entre duas partes (que se expressam no idioma externo – "Números existem" versus "Números não existem", digamos) como uma disputa entre propostas linguísticas distintas, então se corre o risco de a bagagem especulativa que essas teses ontológicas externas carregam serem atribuídas àqueles que, como Carnap, fazem propostas linguísticas explicitamente. É o risco de se atribuir a Carnap os traços especulativos do platonismo em virtude do modo como sua teoria semântica está construída, por exemplo, confundido duas coisas que o filósofo se esforça para manter separadas: o uso de uma linguagem e a adoção de uma doutrina metafísica ou ontológica. Conforme Carnap escreve nas suas "*Replies and Systematic Expositions*" do volume editado por Schilpp, "tenho dúvida, no entanto, de se é aconselhável dar a velhas teses e controvérsias um significado por meio da reinterpretação; tenho dúvidas

[106]No original: "*Although the three controversies referred to cannot be regarded as theoretically meaningful, we still can give to them a meaning by reinterpreting them or, more exactly, by replacing them with the practical questions concerning the choice of certain language forms. I shall later indicate this procedure more specifically. [...] We now replace the ontological theses about the reality or irreality of certain entities, theses which we regard as pseudo-theses, by proposals or decisions concerning the use of certain languages. Thus realism is replaced by the practical decision to use the reistic language, phenomenalism by the decision to use only the phenomenal language, and traditional psycho-physical dualism by the decision to use a dualistic language; and so on*".

similares sobre a reinterpretação de Quine do termo 'nominalismo"' (1963b, p. 870)[107,108]. Julgo que é mais condizente com o espírito reformista de Carnap e com suas admoestações terminológicas contra Quine a substituição explícita de um tipo de discurso pelo outro.

2.6 Escolhendo linguagens com tolerância

A sugestão de Carnap de substituir o discurso especulativo (chamado "externo" em ESO) pelo discurso explicitamente prático-linguístico é um ingrediente da reforma filosófica que Carnap quer induzir. Mas não é o único. O Quine antiplatonista que examinei no capítulo anterior poderia concordar com essa sugestão; ainda assim, ele poderia lançar mão de intuições ontológicas ou metafísicas externas para responder às questões prático-linguísticas. E, de fato, é exatamente isso que faz o Quine do artigo em conjunto com Goodman: intuições ontológicas são o motivo fundamental para a rejeição de linguagens que quantificam sobre entidades abstratas.

Mas Carnap não quer apenas reformar a expressão dessas disputas pseudo-teóricas, colocando-as em termos prático-linguísticos. Essa reforma apenas abre o caminho para duas outras propostas, propostas estas que constituem o cerne do lado mais construtivo de sua filosofia[109]. Carnap pretende também motivar um certo modo de decidir disputas

[107]No original: "*I am doubtful, however, whether it is advisable to give to old theses and controversies a meaning by reinterpretation; I have similar doubts about Quine's reinterpretation of the term 'nominalism'*".

[108]Ainda que, a meu ver, a alternativa reformista esteja mais de acordo com a sua perspectiva filosófica mais ampla, é forçoso reconhecer que o modo como Carnap coloca essa sugestão oscila entre o linguajar reformista e o linguajar exegético. Ainda nas "*Replies and Systematic Expositions*", Carnap afirma, por exemplo, que "de acordo com minhas observações anteriores, nós podemos similarmente dar significado a essas teses [realismo e nominalismo] interpretando-as não como afirmações teóricas, mas como propostas para a aceitação de certas formas de linguagem" (1963b, p. 871) (No original: "*According to my earlier remarks we may similarly give meaning to these theses by interpreting them not as theoretical statements, but as proposals for the acceptance of certain language forms*".

[109]Por oposição ao lado destrutivo de sua filosofia, constituído pela crítica continuada à ausência de valor cognitivo dos discursos especulativos da metafísica e da ontologia.

acerca de diferentes construções linguísticas e teóricas. A pergunta que se coloca agora, portanto, é: como Carnap pretende que questões como "Devemos utilizar a linguagem das coisas?" ou "Devemos utilizar a linguagem dos números?" , por exemplo, sejam respondidas? Lembremos que Carnap está envolvido principalmente com questões de escolhas linguísticas nos campos científico e filosófico. Embora haja também um interesse pelos frameworks que utilizamos na vida cotidiana (ou por versões mais formalmente rigorosas destes), são as linguagens e teorias empregadas em áreas disciplinadas de conhecimento aqueles que mais importam ao filósofo. Portanto, ainda que soe um tanto quanto estranho se falar em escolha de um framework dos objetos físicos ordinários, por exemplo, essa estranheza se dissipa quando lembramos que estamos discutindo escolhas nos ambientes mais linguisticamente deliberados da filosofia e da ciência[110].

O procedimento que Carnap defende para responder questões prático-linguísticas tem duas linhas mestras: a tolerância e o pragmatismo. Como se verá, não é incomum na literatura especializada que esses dois elementos sejam tratados indistintamente, como se significassem um aspecto só do pensamento de Carnap. A própria divisão das seções aqui pretende também ser um argumento no sentido de destacar a distinção e as especificas de um e de outro. Tolerância, quero mostrar, é uma diretriz negativa, dizendo respeito àquilo que não deve informar escolhas prático-linguísticas. Pragmatismo (no contexto carnapiano) é uma diretriz positiva, dizendo respeito àquilo que deve informar tais escolhas. Além do mais, ainda que levemos em conta a influência de Carnap para a metaontologia contemporânea, o aspecto tolerante de sua filosofia é, nesse âmbito, frequentemente confundido com uma

[110]Carnap (1963b) aborda, na seção 11 da parte II, seu interesse em idiomas internacionais (tais como o Esperanto, por exemplo) para a troca comunicacional cotidiana, interesse este que pode ser visto como uma extensão do seu interesse em decisões acerca, e no aperfeiçoamento, de linguagens técnicas empregadas em disciplinas do conhecimento.

tese diferente[111]. Tratar da tolerância isoladamente me permite examinar e criticar essa confusão.

Esta seção está organizada do seguinte modo. Abordo as tendências tolerantes de Carnap que antecedem à explícita articulação do princípio da tolerância em LSL. Em seguida, examino o princípio tal como ele aparece neste livro, começando por uma discussão puramente conceitual e descontextualizada de tolerância, para depois explicar como ela é articulada concretamente aí. Depois disso, discuto o papel da tolerância em ESO e as motivação que Carnap oferece para defendê-la. Encerro a seção por discutir o mal-entendido acerca do princípio da tolerância na metaontologia contemporânea.

Embora a palavra "tolerância" tenha entrado oficialmente no léxico filosófico de Carnap em LSL, publicado em 1934, disposições tolerantes podem ser detectadas muito antes disso. Creath, por exemplo, localiza já na tese de doutorado de Carnap ("*Der Raum*", submetida em janeiro de 1921 e defendida no ano seguinte) uma certa mentalidade conciliatória que, segundo ele, levaria ao princípio da tolerância:

> Embora o princípio da tolerância, como tal, era novo [em 1932], a mudança de mentalidade que levou Carnap a exercer um papel harmonizador – entre os filósofos que ele respeitava – já estava presente por muitos anos, pelo menos desde a sua tese de doutorado e provavelmente antes dela. (2009, p. 206)[112,113]

Esse papel harmonizador aparece na tese de Carnap no seguinte modo. O pano de fundo é o surgimento de geometrias alternativas à euclidiana e uma confusão, aos olhos

[111] A saber, a tese de que, em uma disputa ontológica, os dois lados falam a verdade em suas respectivas linguagens quando proferem enunciados de existência. Essa tese é derivada principalmente da metaontologia de Hirsch, um eminente neo-carnapiano.

[112] No original: "*While the principle of tolerance, as such, was new, the turn of mind that led Carnap to play a harmonizing role—among philosophers he respected—had been present for many years, at least since his dissertation and prob- ably before that*".

[113] Creath fala aqui do ano de 1932 porque é quando Carnap publica "*Über Protokollsätze*".

de Carnap, a respeito do que exatamente se quer dizer com "espaço"[114]. Carnap distingue três sentidos para o termo, cada um correspondendo a como o termo é utilizado por matemáticos, filósofos e físicos: o sentido formal, o sentido intuitivo e o sentido físico de espaço, respectivamente. O primeiro sentido de espaço refere a uma estrutura puramente formal e abstrata de relações, em que os elementos relacionados não estão nem mesmo especificados. Já o sentido intuitivo é dado pela estrutura de relações entre aquilo que é percebido ou imaginado no espaço (pontos, linhas, planos, figuras, etc.). Por fim, o espaço físico é dado pelo espaço tal como investigado pela ciência empírica. O aspecto conciliatório de Carnap é sumarizado pela ideia de que a aparente contradição entre aqueles que utilizam o termo "espaço" se dissipa com a distinção conceitual efetuada. Conforme escreve Tranjan:

> O objetivo de Carnap nessa sua primeira obra não é outro que esclarecer o conceito de espaço. Conhecedor da matemática e da ciência do seu tempo, Carnap sabe muito bem que tal conceito tornara-se equívoco, diante do surgimento progressivo de uma multiplicidade de teorias e práticas "geométricas". Para ele, isso só pode querer dizer uma coisa: que o significado do termo "espaço" deve ser buscado, não mais em uma única fonte de revelação, exclusiva em relação a todas as demais, mas sim em diferentes contextos teóricos. (2010, p. 26)

No seu ensaio biográfico, porém, não é à tese de doutorado que Carnap remete tolerância, mas ao *Aufbau*. A tolerância nesse livro corresponde à neutralidade metafísica que Carnap reivindica para si[115], conjugada com uma exortação à liberdade linguística. Conforme escreve ele:

> No que diz respeito ao problema da base [para o sistema construcional do

[114] A tradução do título completo da tese de Carnap é "O espaço: Uma Contribuição à Teoria da Ciência".

[115] Neutralidade essa que diz respeito à distinção entre o uso de uma linguagem e a adoção de uma doutrina metafísica ou ontológica abordada na primeira seção deste capítulo.

> *Aufbau*], minha atitude foi de novo ontologicamente neutra. Para mim, tratava-se simplesmente de uma questão metodológica de escolher a base mais adequada para o sistema a ser construído, ou fenomenalística ou física. As teses ontológicas das tradicionais doutrinas do fenomenalismo ou do materialismo permanceram para mim inteiramente fora de consideração. Essa atitude neutra com respeito às várias formas de linguagem, baseada no princípio de que todos são livres para usar a linguagem mais adequada aos seus objetivos, permaneceu a mesma durante toda a minha vida. Ela foi formulada como "princípio da tolerância" em [LSL] e eu ainda a mantenho hoje, e.g., com respeito à controvérsia contemporânea sobre uma linguagem nominalista ou platônica. (1963a, p. 18)[116]

Já Carus localiza em "*Über Protokollsätze*" uma antecipação do princípio da tolerância: "A primeira oportunidade de articular a nova ideia foi na resposta a Neurath" (2007, p. 254)[117]. A nova ideia a que faz referência Carus aqui é justamente a do princípio da tolerância, e a resposta a Neurath é o artigo aqui referido.

Embora haja uma tendência tolerante subjazendo ao ponto de vista de Carnap em obras anteriores a LSL, julgo que o princípio da tolerância envolve fundamentalmente um aspecto normativo negativo cuja articulação explícita ainda está ausente nessas obras, aspecto esse do qual falo agora de maneira puramente conceitual. Tolerância é um princípio normativo negativo da filosofia de Carnap, cujo escopo de aplicação são os debates prático-linguísticos que, segundo ele, tomam (ou, melhor, deveriam tomar) o lugar dos debates especulativos externos em filosofia e na ciência. Para melhor entender o enunciado sumário

[116]No original: "*With respect to the problem of the basis, my attitude was again ontologically neutral. For me it was simply a methodological question of choosing the most suitable basis for the system to be constructed, either a phenomenalistic or a physicalistic basis. The ontological theses of the traditional doctrines of either phenomenalism or materialism remained for me entirely out of consideration. This neutral attitude toward the various philosophical forms of language, based on the principle that everyone is free to use the language most suited to his purpose, has remained the same throughout my life. It was formulated as 'principle of tolerance' in* Logical Syntax *and I still hold it today, e.g., with respect to the contemporary controversy about a nominalist or Platonic language*".

[117]No original: "*The first opportunity of articulating the new idea was the reply to Neurath*".

com o qual caracterizo a tolerância para Carnap, os termos utilizados merecem comentário. Em primeiro lugar, o que quero dizer com tolerância ser um princípio? Essa palavra é comumente empregada na filosofia e na ciência para denotar certas teses; isto é, um princípio é tipicamente uma afirmação categórica acerca de certos objetos ou conceitos, e de suas relações[118]. Por exemplo, o princípio da identidades dos indiscerníveis assevera que dois objetos que compartilham todas as suas propriedades são idênticos; na linguagem formal da lógica, o princípio é expresso por meio do enunciado "$(\forall F)(Fx \leftrightarrow Fy) \rightarrow (x = y)$". O princípio da incerteza na mecânica quântica declara que "quanto mais precisamente a posição (momentum) de uma partícula é dado, menos precisamente se pode dizer qual o seu momentum (posição) é"[119]. No caso de Carnap, o princípio da tolerância não é constituído por uma afirmação categórica acerca da natureza de objetos, conceitos, ou de suas relações. Como princípio normativo, tolerância diz respeito àquilo que deve informar uma certa ação; trata-se de uma diretriz indireta para ação humana. A ação que Carnap tem em mente aqui tem uma natureza peculiar: trata-se da ação de rejeitar ou aceitar o uso (ou a investigação) de diferentes construções linguísticas ou teóricas. Como um princípio normativo negativo, ela contém uma restrição àquilo que deve informar essa ação. Embora tenha um caráter negativo, veremos mais adiante que o princípio da tolerância resulta em maior liberdade. De acordo com Carnap, o que é restritivo, na verdade, é a

[118]Mas isso nem sempre ocorre: às vezes a palavra princípio denota diretrizes normativas (o que também é o caso para o tema de Carnap de que tratamos agora). Para citar apenas um exemplo de fora da obra de Carnap, o chamado "princípio do dano" de Mill nos diz "que o único propósito pelo qual o poder pode ser exercido legitimamente sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada e contra sua vontade é para prevenir o dano a outros". (1963, Volume XVIII, p. 292) (No original: "*That the only purpose for which power can be rightfully exercised over any member of a civilized community, against his will, is to prevent harm to others*"). Seja como for, dado que o termo "princípio" é comumente utilizado para designar afirmações categóricas acerca de objetos, conceitos e relações entre estes, é necessário esclarecer que este não é o caso no que toca ao princípio da tolerância de Carnap.

[119]Essa é uma formulação preliminar do princípio da incerteza tal como o introduz Hilgevoord (2016) (No original: "*the more precisely the position (momentum) of a particle is given, the less precisely can one say what its momentum (position) is*").

atitude intolerante que ele busca combater. E qual é essa atitude? A atitude de rejeitar com base em crenças especulativas da ontologia e da metafísica diferentes construções linguísticas e teóricas. Tolerância, nesse quadro, é, dito de maneira bastante sintética, a diretriz para não rejeitar essas construções com base naquelas crenças.

Interessa-me aqui fazer essas observações de caráter abstrato acerca do princípio da tolerância porque se trata de um item da filosofia de Carnap mal interpretado por Quine. Em 1938, este escreve àquele o seguinte: "Como eu disse a Hempel, eu temo que o seu princípio da tolerância pode finalmente levá-lo a tolerar Hitler" (Carnap e Quine 1990, 242)[120]. A crítica retórica exagerada de Quine ocorre em um contexto onde as linguagens intensionais investigadas por Carnap são o tópico em discussão[121]. Como visto no capítulo anterior, Quine critica a quantificação sobre entidades intensionais em contextos filosóficos. A analogia com a aceitação de Hitler por parte de Carnap indica que Quine pensa que a aceitação de linguagens intensionais é um ato de passividade de parte de Carnap. Essa interpretação de Quine chama a atenção de Creath, que escreve o seguinte respeito da mensagem do filósofo americano:

> Essa aparência de tolerância como forma de fraqueza é encorajada, pelo menos em inglês, onde definições padrão de 'tolerar' traduzem-na como 'suportar sem impedimento ou proibição'. É esse significado de 'tolerância' que Quine explora quando escreve a Carnap em 1938. (2009, 208)[122]

[120]No original: "*As I told Hempel, I fear your principle of tolerance may finally lead you even to tolerate Hitler*".

[121]Logo antes dessa passagem, Quine afirma: "[e]m seguida, passo a atacar as suas propensões intensionais recentes" (Carnap e Quine 1990, 242) (No original: "*Next I proceed to inveigh against your recent intensional propensities*").

[122]Creath conclui com a seguinte observação: "Quine estava sendo injusto, como ele era capaz de ser quando discutindo linguagens intensionais" (2009, 208) (No original: "*This appearance of tolerance as a form of weakness is encouraged, at least in English, where standard definitions of 'tolerate' render it as 'endure without hindrance or prohibition'. It is this meaning of 'tolerance' that Quine trades on when he writes to Carnap in 1938.* [...] *Well, Quine was being unfair, as he was apt to be when discussing intensional languages*").

Essa exclusão do domínio metafísico e ontológico como princípio balizador de escolhas linguísticas só aparecerá de maneira inequívoca em LSL, a partir de cuja obra perdurará centralmente na filosofia de Carnap. Antes de LSL, os contornos disso ainda estão um tanto quanto indefinidos. Ainda que aceitemos a sugestão de Carnap em "*Über Protokollsätze*", por exemplo, e tratemos como diferentes propostas de construções linguísticas aquilo que antes eram consideradas teses categóricas opostas, ainda resta a possibilidade de que avaliemos cada uma das propostas intolerantemente (isto é, sob os ditames de ideias metafísicas).

Como eu afirmei acima, é somente em LSL que a atitude neutra espontânea de Carnap é transformada em uma diretriz clara e explícita para o domínio da lógica. E também é a partir dessa obra que o termo "tolerância" entra definitivamente para o vocabulário carnapiano. Em uma das passagens mais célebres de sua obra, Carnap escreve: "*Princípio da Tolerância: Não é tarefa nossa estabelecer proibições, mas chegar a convenções*" (1937a, p. 51, itálicos no original)[123]. E, mais adiante, expande a ideia:

> [...] *Em lógica, não há moral.* Qualquer um tem liberdade para construir sua própria lógica, i.e., sua própria forma de linguagem, como desejar. Tudo que é requerido dele é que, se ele quer discuti-la, ele deve declarar seus métodos claramente, e dar regras sintáticas em vez de argumentos filosóficos. (1937a, 51-2, itálicos no original)[124,125]

[123]No original: "Principle of Tolerance: It is not our business to set up prohibitions, but to arrive at conventions".

[124]No original: "In logic, there are no morals. *Everyone is at liberty to build up his own logic, i.e. his own form of language, as he wishes. All that is required of him is that, if he wishes to discuss it, he must state his method clearly, and give syntactical rules instead of philosophical arguments*".

[125]Vale notar que Carnap caracteriza a tolerância como um princípio já vigente no âmbito da matemática, citando Menger como um de seus defensores (1937a, p. 52). Menger (1979) atribui a si prioridade na concepção do princípio da tolerância. De acordo com Uebel, a passagem explicativa de LSL onde Menger é mencionado é resultado de um pedido deste último a Carnap (2009, p. 56). Friedman, por sua vez, identifica algumas diferenças importantes entre o princípio da tolerância de Carnap e o de Menger: "O princípio de Carnap, poderíamos dizer, é fabricado para, e direcionado a, filósofos [...]. Nesse sentido, o

Antes de falarmos mais diretamente a respeito do princípio da tolerância em si, é importante entender a que Carnap está se opondo nessas passagens acima. O que ele quer dizer com "proibições" e "argumentos filosóficos"[126]? A seção de onde as citações acima são retiradas está localizada logo após uma discussão sobre as duas formas de linguagem que o filósofo apresenta em LSL e sobre as restrições que alguns pensadores colocam a diferentes lógicas. É a essas restrições que Carnap refere com "proibições" na passagem acima. Conforme Carnap explica:

> Acima nós discutimos alguns exemplos de requerimentos negativos (especialmente aqueles de Brouwer, Kaufman e Wittgenstein) pelos quais certas formas comuns da linguagem—métodos de expressão e inferência—seriam excluídos. (1937a, p. 51)[127]

Esses requerimentos negativos são os seguintes. No caso de Brouwer, uma de suas "proibições" diz respeito à lei do terceiro excluído em provas lógicas envolvendo domínios infinitos de discurso. Essa lei declara que, dada uma proposição qualquer, esta ou sua negação é verdadeira. Já Kaufmann rejeita aquilo que Carnap chama "frases sintéticas ilimitadamente universais" (tais como "Todos os cisnes são brancos") pela razão de que eles não podem ser verificadas completamente. Wittgenstein, que também rejeita o mesmo

princípio de Carnap não é um chamado para matemáticos deixarem a filosofia para trás, como é o de Menger" (1999, p. 211) (No original: "*Carnap's principle, we might say, is crafted for and directed at philosophers* [...]. *In this sense, Carnap's principle is not a call, like Menger's, for mathematicians to leave behind philosophy*").

[126]Em seu ensaio autobiográfico para o volume editado por Schilpp, Carnap fala novamente em "proibir": "[d]e acordo com o meu princípio da tolerância [...] é aconselhável não proibir certas formas de procedimento, mas investigar todas as formas praticamente úteis" (1963a, p. 49) (No original: "*According to my principle of tolerance* [...] *it seems advisable not to prohibit certain forms of procedure but to investigate all practically useful forms.*"). As "formas de procedimento" que Carnap refere particularmente aqui são definições e provas construtivas e não-construtivas nos domínios da lógica e da matemática.

[127]No original: "*In the foregoing we have discussed several examples of negative requirements (especially those of Brouwer, Kaufman, and Wittgenstein) by which certain common forms of language—methods of expression and of inference—would be excluded*".

que Kaufmann, dispensa, no *Tractatus*, o símbolo de identidade, uma vez que afirmar a identidade de dois objetos é ou sem sentido (se afirmada de dois objetos distintos) ou uma afirmação vácua (se afirmada de um objeto consigo mesmo). Wittgenstein declara o símbolo da identidade um constituinte não-essencial de uma notação conceitual perspícua[128].

Para o Carnap de LSL, até aquele momento da história da filosofia, o estudo da lógica pouco se afastou da forma que se tornou clássica (aquela derivada dos trabalhos de Frege e de Russell em conjunto com Whitehead). Embora alguns desvios da lógica clássica tenham sido propostos (os "requerimentos negativos" discutidos acima são exemplos desses desvios), eles foram, segundo Carnap, motivados pela ideia filosófica de correção. Os desvios foram tentativas de "representação fiel da 'única verdadeira lógica"' (1937a, p. xiv)[129]. A eliminação desse ponto de vista é, para Carnap, "uma das mais importantes tarefas deste livro" (1937a, p. xv)[130]. Esse ponto de vista adota a doutrina de que há uma lógica verdadeira e que o trabalho do filósofo é encontrá-la e lhe dar expressão. O problema para Carnap que quero focar aqui não é tanto a ideia de correção em si[131], mas essa ideia como

[128]No contexto do *Tractatus*, a identidade de um objeto está indicada pelo uso de um mesmo símbolo para denotar esse objeto. Ver as proposições 5.52 e 5.5303 do *Tractatus* para as ideias de Wittgenstein sobre a identidade nessa obra.

[129]No original: "*The fact that no attempts have been made to venture still further from the classical forms is perhaps due to the widely held opinion that any such deviations must be justified—that is, that the new language-form must be proved to be 'correct' and to constitute a faithful redendering of 'the true logic'*".

[130]No original: "*To eliminate this standpoint, together with the pseudo-problems and wearisome controversies which arise as a result of it, is one of the chief tasks of this book*".

[131]Essa ideia de correção tem seus problemas também, que são de origem cognitiva. Uma vez que essa ideia de correção é uma questão externa-teórica (no sentido de ESO, e por oposição à questão externa-prática, que é legitima), dado que ela não é respondida pelos recursos providos por uma dada linguagem e sim por algum fundamento que extrapola esses recursos, ela não tem valor cognitivo. Conforme Carnap sintetiza no artigo "*Truth and Confirmation*", de 1949, "a formulação em termos de 'comparação', ao falar de 'fatos' ou 'realidades', facilmente nos seduz em direção ao ponto de vista absolutista de acordo com o qual é dito que estamos em busca de uma realidade absoluta cuja natureza é presumida como fixa independentemente da linguagem escolhida para sua descrição. A resposta a uma pergunta sobre a realidade, no entanto, depende não apenas da 'realidade' ou dos fatos, mas também da estrutura

guia e balizadora do desenvolvimento da lógica (e de outras disciplinas do conhecimento filosófico e científico também). Uma vez que a ideia da correção cumpre esse papel, ela irá, sob a ótica de Carnap, constranger o leque de opções para uma investigação posterior. O princípio da tolerância para a lógica pretende desembaraçar dessa ideia de correção o desenvolvimento teórico nesse domínio.

Embora tenha surgido como um princípio para o domínio da lógica, tolerância permanecerá na filosofia de Carnap como uma diretriz cujo escopo se estende para além dessa região original. Alspector-Kelly escreve que "[h]á uma leitura restrita e uma leitura ampla do princípio da tolerância. [...] [Em LSL], o princípio expressa especificamente sua rejeição do absolutismo e aceitação do pluralismo na lógica e na matemática [...]. Em seu sentido amplo, o princípio expressa sua rejeição do absolutismo e aceitação do pluralismo com respeito a frameworks em geral, incluindo a escolha de uma linguagem protocolar e a escolha de uma ontologia para a atividade da semântica formal" (2002, p. 297)[132]. Já Carus e Leitgeb afirmam que, "[e]mbora Carnap não diga muito sobre isso em [LSL], é claro que tolerância deve se estender também para linguagens não-lógicas e não-matemáticas" (2021, suplemento H)[133]. Evidências dessa expansão do princípio da tolerância são, por exemplo, a variedade dos diferentes frameworks linguísticos apresentados em ESO. Como vimos,

(e o conjunto de conceitos) da linguagem utilizada para a descrição" (1949, p. 126) (No original: "*the formulation in terms of 'comparison', in speaking of 'facts' or 'realities', easily tempts one into the abolutistic view according to which we are said to search form an absolute reality whose nature is assumed as fixed independently of the language chosen for its description. The answer to a question concerning reality howerever depends not only upon that 'reality', or upon the facts but also upon the structure (and the set of concepts) of the language used for the description*").

[132]No original: "*There is a narrow and wide reading of the principle of tolerance.* [...] *There [LSL], the principle specifically expresses his rejection of absolutism and endorsement of pluralism in logic and mathematics* [...]. *In the wide sense, the principle expresses his rejection of absolutism and endorsement of pluralism with respect to linguistic frameworks generally, including choice of protocol-language and choice of ontology for the pursuit of formal semantics*".

[133]No original: "*While Carnap does not say much about this in the* Logical Syntax *itself, it is clear that tolerance must extend also to non-logical and non-mathematical languages*".

Carnap fala aí de um framework dos números naturais, um frameworks de coordenadas espaço-temporais, um frameworks das coisas, etc. O lugar reservado à tolerância em ESO é, contudo, pequeno. Para ser mais exato, é apenas no último parágrafo desse artigo que Carnap voltará a exortar a tolerância:

> Decretar proibições dogmáticas de certas formas linguísticas em vez de testá-las pelo seu sucesso ou fracasso no uso prático, é pior do que fútil; é positivamente nocivo porque pode obstruir o progresso científico. A história da ciência mostra exemplos de tais proibições baseadas em preconceitos derivados de fontes religiosas, mitológicas, metafísicas, ou outras fontes irracionais, que frearam os desenvolvimentos por períodos mais curtos ou mais longos de tempo. Vamos aprender com as lições da história. Vamos conceder àqueles que trabalham em qualquer campo especial de investigação a liberdade de usar qualquer forma de expressão que lhes pareça útil; o trabalho no campo irá levar mais cedo ou mais tarde à eliminação daquelas formas que não têm função útil. *Sejamos cautelosos ao fazer afirmações e críticos ao examiná-las, mas tolerantes ao permitir formas linguísticas.* (1950a, p. 40, itálicos no original)[134]

O tom dessa defesa da tolerância em ESO ecoa aquele de uma passagem do prólogo de LSL que talvez seja o mais célebre fragmento da filosofia de Carnap:

> As primeiras tentativas de lançar o navio da lógica para longe da *terra firma* das formas clássicas foram certamente corajosas, consideradas do ponto de vista histórico. Mas elas foram dificultadas pela ambição pela 'correção'. Agora, no entanto, esse impedimento foi superado, e diante

[134]No original: "*To decree dogmatic prohibitions of certain linguistic forms instead of testing them by their success or failure in practical use, is worse than futile; it is positively harmful because it may obstruct scientific progress. The history of science shows examples of such prohibitions based on prejudices deriving from religious, mythological, metaphysical, or other irrational sources, which slowed up the developments for shorter or longer period of time. Let us learn from the lessons of history. Let us grant to those who work in any special field of investigation the freedom to use any form of expression which seems useful to them; the work in the field will sooner or later lead to the elimination of those forms which have no useful function.* Let us be cautious in making assertions and critical in examining them, but tolerant in permitting linguistic forms.".

> de nós repousa o oceano infinito de possibilidades ilimitadas. (1937a, p. xv)[135]

Essas duas passagens servem também para introduzir as razões de Carnap para defender tolerância. Por que Carnap pensa ser um ambiente de tolerância, em que decisões linguísticas em disciplinas científicas e filosóficas estão protegidas de injunções metafísicas, um ambiente melhor que aquele que tais decisões são balizadas por tais injunções? Por que um ambiente filosófico e científico no qual os insights ontológicos de Goodman e Quine tenham força de veto não seria um ambiente melhor? Como vimos no capítulo anterior, Carnap julga que as teses metafísicas que servem de fundamento a essas injunções são destituídas de conteúdo cognitivo. Elas não podem servir ao papel que os seus defensores pensam que elas cumprem. Mas isso conta apenas metade da história, pois nos diz apenas porque Carnap pensa que um ambiente "intolerante" é imperfeito do ponto de vista da racionalidade, sem nos dizer por que a tolerância deva ser defendida. A resposta a essas perguntas é que, como se pode ver nas duas últimas passagens citadas, Carnap associa a tolerância ao florescimento dos domínios de conhecimento onde esta está presente. Sem o impedimento de proibições de extração metafísica ou ontológica, há maior liberdade de se propor e de se investigar diferentes construções linguísticas na filosofia e na ciência e, portanto, maior propensão ao desenvolvimento próspero nesses campos.

Uma vez caracterizado o conceito de tolerância e abordada a sua emergência no pensamento de Carnap, é importante enfatizar agora o que tolerância não significa. Em primeiro lugar, que Carnap defenda a tolerância não quer dizer que ele defenda que qualquer framework seja útil. A bem da verdade, como vimos na passagem do final de ESO

[135]No original: "*The first attempts to cast the ship of logic off from the* terra firma *of the classical forms were certainly bold ones, considered from the historical point of view. But they were hampered by the striving after 'correctness'. Now, however, that impediment has been overcome, and before us lies the boundless ocean of unlimited possibilites*".

citada acima, Carnap fala explicitamente em eliminação de frameworks, o que ocorreria em virtude da inutilidade ou inconveniência desses frameworks (para um dado fim). Com efeito, Carnap advoga por um procedimento particular para auferir a utilidade de um framework. Portanto, não se trata de aceitar irrestritamente e sem resistência o emprego de qualquer linguagem (como a mensagem de Quine a Carnap antes citada sugere), mas sim de admitir qualquer construção linguística para dentro da arena conveniente onde uma decisão deve ser tomada acerca do seu emprego ou não – a saber, a arena pragmática – em vez de descartá-la de antemão com base em especulações metafísicas ou ontológicas.

Outra ideia, esta mais propagada no âmbito da metaontologia contemporânea, descreve a tolerância de Carnap como a atitude de considerar os dois lados de uma disputa ontológica como corretos ou falando a verdade em suas respectivas linguagens. Essa atitude "tolerante" é descrita por Hirsch do seguinte modo:

> Tolerância carnapiana é apropriada quando um enunciado existencial sendo disputado por filósofos é na verdade vago ou ambíguo em inglês simples (ou em qualquer linguagem natural que esteja sendo falada pelos filósofos), e cada debatedor tornou-se vinculado a uma interpretação permissível do enunciado. Nesse tipo de caso, uma vez que os debatedores percebam que o quantificador admite interpretações relevantemente diferentes nas suas linguagens, eles deveriam cada um dizer – desse modo, exibindo tolerância carnapiana – que ambos estão certos, tomando-se o quantificador no seus sentidos relevantemente diferentes. (2011, p. 82)[136]

Hirsch arroga para si o que ele chama aqui de tolerância carnapiana, incorporando-a à sua doutrina metaontológica chamada "variantismo quantificacional". A ideia-chave dessa

[136]No original: "*Carnapian tolerance is appropriate where an existential sentence being disputed by philosophers is actually vague or ambiguous in plain English (or whatever natural language the philosophers are speaking), and each disputant has in effect become attached to one permissible interpretation of the sentence. In this kind of case once the disputants realize that the quantifier admits of relevantly different interpretations in their language they should each say—thereby exhibiting Carnapian tolerance—that both of them are right, taking the quantifier in the relevantly different meanings*".

doutrina está expressa nessa mesma passagem: disputas ontológicas (pelo menos algumas[137]) devem ser interpretadas caridosamente, de modo que cada um dos debatedores seja entendido como falando a verdade em linguagens contendo quantificadores com diferentes significados. A ideia de Hirsch é, como ele mesmo reconhece, mais inspirada em Putnam que em Carnap[138], desenvolvida a partir do relativismo conceitual que aquele defende. Seja como for, a ideia de que há algo como um endosso do variantismo quantificacional por parte de Carnap (ou, pelo menos, um agrupamento relevante entre sua doutrina e a de Hirsch e a de Putnam) ocorre com relativa frequência. Eklund, por exemplo, afirma que "é comum tomar Carnap como sendo o que chamarei um pluralista ontológico: como defendendo uma ideia que não é diferente daquela defendida hoje por Eli Hirsch (sob o nome *variação quantificacional*) ou Hilary Putnam (sob o nome *relatividade conceitual*)" (2009, p. 137, itálicos no original)[139]. Thomasson, por seu turno afirma que a "variação quantificacional tornou-se fortemente associada com o deflacionismo carnapiano" (2015, p. 59)[140,141]. Cameron (2008, p. 2), Fine (2009, p. 164) e Sider (2001, p. xxii) são outros que afirmam a semelhança entre a doutrina de Carnap e o variantismo quantificacional de Hirsch.

---

[137] O interesse de Hirsch está focando em disputas ontológicas envolvendo objetos físicos ordinários.

[138] Hirsch escreve que "a sua conexão [de Putnam] com o variantismo quantificacional é, penso eu, muito mais profunda e clara que a de Carnap" (2011, p. xvi) (No original: "*I have a problem, however, in calling Carnap a quantifier variantist, insofar as he is often viewed as a verificationist anti-realist. The same holds for Putnam, though his connection to quantifer variantism runs, I think, much deeper and clearer than Carnap's*").

[139] No original: "*it is common to take Carnap to be what I will call an ontological pluralist: to hold a view not unlike that today defended by Eli Hirsch (under the name* quantifier variance*) and Hilary Putnam (under the name* conceptual relativity*)*"

[140] No original: "*Quantifier variance has come to be strongly associated with Carnapian deflationism*".

[141] Vale dizer aqui que Thomasson não apenas menciona essa associação sem a endossar, mas também a critica (2015, capítulo 1, seção 5). Para ela, com quem estou de acordo, Carnap não endossa o variantismo quantificacional de Hirsch. Seja como for, o propósito agora não é de discutir se Carnap endossaria algo como o variantismo quantificacional, mas sim de criticar a identificação ou associação da tolerância carnapiana com o variantismo quantificacional.

A "tolerância" de Hirsch se aplica explicitamente a disputas ontológicas, com os lados debatedores fazendo afirmações aparentemente contraditórias ("Somas mereológicas existem" versus "Somas mereológicas não existem", por exemplo). Os enunciados opostos são investigados por Hirsch nas suas propriedades teóricas (no caso em tela, os significados múltiplos da expressão quantificacional). Já a tolerância de Carnap não se aplica a enunciados aparentemente contraditórios constituintes de disputas ontológicas de primeira ordem. A tolerância de Carnap, a bem da verdade, não se aplica à dimensão teórica do discurso. O ponto de Carnap é independente da produção do discurso interno, e diz respeito ao momento prévio de decidir pelo uso de uma linguagem ou não. Como argumentei no decorrer desta seção, tolerância de Carnap é uma diretriz negativa que tem como objeto crenças externas ontológicas e que pretende afastá-las das considerações que levariam um sujeito ou uma comunidade científica ou filosófica a adotar uma linguagem ou não. Além do mais, diante de uma disputa ontológica externa, a atitude de Carnap é de diagnosticar o seu caráter racionalmente ocioso, uma vez que cada um dos enunciados é carente de conteúdo cognitivo, em vez de interpretar cada um dos lados de maneira caridosa, como o faz Hirsch. Os diferentes lados de uma disputa ontológica (pelo menos daquelas que interessam a Hirsch) estão, para ele, ambos certos em suas respectivas linguagens. Para Carnap, por sua vez, nenhum dos lados produz discurso que satisfaça as condições para serem classificados como certo ou errado (verdadeiro ou falso, confirmado ou desconfirmado, etc.).

2.7 Escolhendo linguagens pragmaticamente

Como vimos na seção anterior, Carnap defende que nenhuma linguagem seja rejeitada de antemão com base em ideias metafísicas de correção ou de correspondência

com a realidade. Trata-se do princípio da tolerância. Mas, tomado individualmente, o princípio não nos diz quais dentre as alternativas linguísticas deverá ser a escolhida. O princípio é negativo, e serve apenas para contrapor o tipo de atitude que Goodman e Quine exemplificam, a qual vimos no capítulo anterior, acerca da rejeição de linguagens platonísticas. Se a intuição filosófica, de que Goodman e Quine fazem uso para eliminar uma das duas opções, está fora de jogo, o que fazer? Diante de linguagens alternativas que ou quantificam sobre objetos abstratos ou apenas sobre objetos concretos, qual escolher? O princípio da tolerância não fornece instrução para este tipo de questão; ele meramente exclui um tipo de instrução que poderia ser utilizado para responder a questões desse tipo. No entanto, outro aspecto da filosofia de Carnap fornece: trata-se daquilo que se convencionou chamar na literatura de pragmatismo carnapiano. E este é o tema da presente seção.

A seção está organizada do seguinte modo. Começo por uma abordagem mais abstrata e breve do pragmatismo de Carnap. Em seguida, investigo os antecedentes do pragmatismo de Carnap em obras anteriores a ESO, começando pelo *Aufbau*, e passando por trabalhos da fase sintática e semântica. Depois disso, disserto sobre o modelo que o filósofo defende para as escolhas linguísticas. Ver-se-á que esse modelo é constituído de dois momentos. Carnap propõe, em primeiro lugar, que linguagens sejam avaliadas e escolhidas ou rejeitadas com vistas à tarefa ou objetivo que se deseja atingir (em vez de avaliadas e escolhidas ou rejeitadas absolutamente). E, em segundo lugar, ele sugere que essa avaliação seja informada pelas virtudes teóricas que as linguagens exibem, tais como simplicidade, fecundidade, eficiência, entre outras. Por fim, discuto a interpretação que Carnap dá a essas virtudes. Veremos que Carnap subscreve a uma interpretação pragmática ou antirrealista dessas virtudes, interpretação segundo a qual a "virtuosidade" de uma linguagem motiva

apenas o emprego dessa linguagem (por oposição a uma interpretação realista, segundo a qual essa virtuosidade indicaria uma conexão mais robusta, metafisicamente falando, entre linguagem e mundo).

Conforme escrevem Legg e Hookway, "[p]ragmatismo é uma tradição filosófica que, dito de maneira bastante ampla, entende conhecer o mundo como inseparável da agência dentro dele" (2021)[142]. As alternativas relevantes aqui seriam concepções de conhecimento do mundo como inseparável da sua contemplação ou experiência desvinculadas da agência. Essa definição da tradição pragmatista clássica captura um importante aspecto do pragmatismo de Carnap[143], com a diferença de que neste a doutrina tem um escopo melhor definido: trata-se de um pragmatismo acerca da relação entre os instrumentos linguísticos que utilizamos para conhecer o mundo e a nossa agência no mundo. Esse importante aspecto é o seguinte: esses corpos linguísticos por meio dos quais conhecemos o mundo – desde a formulação de teorias, leis e hipóteses sobre o seu funcionamento; passando pelas regras que utilizamos para manipular os enunciados dessas leis e hipóteses na forma de uma lógica, e chegando à linguagem comum que utilizamos para descrever de maneira pré-científica o mundo e comunicar fatos sobre as coisas e eventos que encontramos no dia-a-dia – são objetos cujo uso é (ou, pelo menos, deveria ser) resultado de deliberação essencialmente prática, deliberação esta vinculada àquilo que desejamos fazer com eles. Dito de outro modo, esses instrumentos que utilizamos não são objetos cuja relação com o mundo examinamos de maneira teórica, avaliando a sua correspondência (e comparando o grau de correspondência de diferentes instrumentos) com a realidade ao nosso redor desde um ponto de vista puramente contemplativo. Para Carnap, optamos por utilizar os

[142]No original: "*Pragmatism is a philosophical tradition that—very broadly—understands knowing the world as inseparable from agency within it*".

[143]Uma breve história da relação entre Carnap e o pragmatismo clássico (via o pragmatismo de C. I. Lewis pode ser encontrada em Limbeck-Lilienau (2012).

instrumentos linguísticos por meio dos quais podemos formular o nosso conhecimento do mundo, e essa opção é (ou deveria ser) uma decisão prática[144].

Em linhas bastante gerais, o pragmatismo de Carnap consiste em vincular a avaliação do mérito de uma linguagem ou teoria a um certo objetivo, tarefa ou fim[145]. Há um caráter essencialmente teleológico no pragmatismo de Carnap: aquilo que se irá fazer (um objetivo a se atingir, uma tarefa a se realizar, etc.) com um certo conceito, ou teoria, ou linguagem é o que serve de pedra de toque para avaliar esse conceito, teoria, linguagem, etc. E é também segundo esse quadro que alternativas linguísticas serão apreciadas: o quanto uma linguagem platonista (em comparação com uma linguagem nominalista, por exemplo) – uma linguagem em que, digamos, classes estão no domínio de variação das variáveis da linguagem – conduz melhor à realização da tarefa de fundamentação da aritmética? E qual a tarefa específica que queremos alcançar com a fundamentação da matemática? Queremos evitar contradições? Queremos explicar a aplicação da matemática à ciência empírica? Ou queremos outra coisa?

O papel fundacional de um juízo teleológico para o âmbito da decisão linguística é uma ideia que já aparece no *Aufbau*, ainda que de maneira menos explícita e menos generalizada que em obras posteriores e também em ESO. Esse tipo de reflexão se apresenta vinculada às discussões de Carnap acerca da base para o sistema construcional desenvolvido no livro. Como vimos anteriormente, a base do sistema do *Aufbau* é autopsicológica. Também vimos que a escolha dessa base não é motivada por uma ideia metafísica ou ontológica, nem é expressão de tal ideia: Carnap efetua uma separação entre o uso de

[144]É importante uma ressalva aqui: esses instrumentos linguísticos podem ser usados para formular conhecimento sobre o mundo, mas esse não é um fim único, tampouco último. Podemos conceber instrumentos linguísticos para outros fins (comunicação interpessoal, por exemplo), cujo uso pode ser motivado por fatores não necessariamente cognitivos (a simplicidade, por exemplo, ou a eficiência). Volto a esses diferentes fins e as diferentes propriedades desses instrumentos ainda nesta seção.

[145]Avaliação esta que, por seu turno, irá informar a decisão pelo uso ou não dessa linguagem.

uma linguagem ou teoria e o endosso de uma doutrina ontológica ou metafísica. Nesse quadro, não há solipsismo metafísico ou ontológico sob o sistema de Carnap, apenas o metodológico. O que ainda não abordamos é o porquê de Carnap construir o sistema do *Aufbau* sob uma base composta apenas de elementos que pertencem à vida mental de um único sujeito. Qual é a justificativa para tal decisão? É nesse contexto que uma avaliação referente ao fim ou objetivo que se deseja atingir com a construção do sistema do *Aufbau* emerge como fator determinante para a escolha de uma base para esse sistema.

Nesse livro, Carnap considera diferentes alternativas para essa base. Dois domínios conceituais em particular merecem destaque, a saber, o físico e o psicológico. E este último é, além disso, dividido em duas alternativas: o domínio autopsicológico e o domínio psicológico em geral (este último contendo os objetos pertencentes à vida mental de diferentes sujeitos além dos objetos pertencentes à vida mental de um único sujeito). Carnap nota que é possível conceber relações de redutibilidade de diferentes domínios para diferentes domínios. Para o filósofo, é concebível que objetos psicológicos sejam redutíveis a objetos culturais[146], ou que objetos psicológicos sejam redutíveis a objetos físicos[147]. Não é, pois, a necessidade da direção das relações de redutibilidade que determina qual deve ser a base escolhida. No entanto, Carnap escolhe uma base psicológica, que, ademais, é

[146]"É imaginável que haja certas crenças (por exemplo, a teoria que interpreta todo o processo do mundo dialeticamente como a emanação de um espírito) que levam à suposição de que todos os objetos psicológicos são redutíveis a objetos culturais" (1967, p. 90) (No original: "*It is imaginable that there are certain persuasions (for example, the theory which interprets the entire world dialectically as the emanation of a spirit) which lead to the assumption that all psychological objects are reducible to cultural ones*".). Vale notar que, logo depois, Carnap afirma que "[n]ós não iremos investigar neste momento a correção dessa suposição" (1967, p. 91) (No original: "*We shall not investigate the correctness of this assumption at this time*").

[147]"qualquer enunciado sobre um objeto psicológico é traduzível em um enunciado sobre objetos físicos" (1967, p. 92) (No original: "*every statement about a psychological object is translatable into a statement about physical objects*").

autopsicológica. Por quê?[148]

Como vimos em uma seção anterior, o solipsismo metodológico do *Aufbau* está divorciado do seu aspecto metafísico. Carnap não escolhe uma base autopsicológica por uma crença na realidade metafísica dos objetos da vida mental de um sujeito. A explicação de Carnap, em vez disso, invoca o fim que ele deseja atingir com o sistema. O objetivo mais específico que ele pretende alcançar com as construções teóricas do *Aufbau* informa a decisão pela base autopsicológica. Carnap, portanto, não está apenas mostrando a possibilidade de reduzir diferentes domínios conceituais uns aos outros ou mostrando a necessidade de que essa redução ocorra assim ou assado[149], mas querendo também que a construção final sirva a um certo propósito, que ele enuncia na seguinte passagem:

> A forma de sistema que nós queremos dar ao nosso esboço de sistema construcional é caracterizada pelo fato de que ela não apenas tenta exibir, assim como qualquer forma de sistema, a ordem dos objetos relativa à redutibilidade deles, mas que ela também tenta mostrar a sua ordem relativa à *primazia epistêmica*. (1967, p. 88, itálicos no original)[150]

O objetivo de Carnap é que o sistema do *Aufbau* respeite a ordem pela qual objetos são conhecidos por um dado sujeito. Para Carnap, o meu conhecimento do mundo exterior repousa sobre a minha apreensão dos constituintes da minha vida mental. Esses

[148]Há duas escolhas relevantes que Carnap deve fazer concernente à base para o sistema construcional: a primeira delas diz respeito ao domínio de objetos que servirá de base (base autopsicológica, ou base física, ou até mesmo base cultural); a segunda diz respeito aos objetos e relações básicas dentro do domínio escolhido previamente (dentro do domínio autopsicológico, experiência total ou fragmentos dessa experiência, tais como os dados sensíveis de Russell, por exemplo). Este segundo tipo de decisão, que não será discutido aqui (para isso, ver seção 67 do *Aufbau*), segue o mesmo padrão que estou abordando agora.

[149]Conforme escreve ele no *Aufbau*, "[f]requentemente, essas relações [de redutibilidade entre diferentes domínios conceituais] se dão em diferentes direções, de modo que apenas elas não determinam unicamente a ordem do sistema" (1967, p. 88) (No original: "*Frequently, these relations hold in different directions, so that they alone do not uniquely determine the order of the system*").

[150]No original: '*The system form which we want to give to our outline of the constructional system is characterized by the fact that it not only attempts to exhibit, as any system form, the order of the objects relative to their reducibility, but that it also attempts to show their order relative to* epistemic primacy".

constituintes são, portanto, epistemicamente primários relativamente aos itens do mundo físico ordinário e aos itens da vida mental de outros sujeito, ou objetos heteropsicológicos, que conheço, por sua vez, via objetos físicos (nesse caso, expressões faciais e corporais). Objetos culturais, por sua vez, são epistemicamente secundários em relação a objetos heteropsicológicos e físicos. Conheço um costume – como o costume de cumprimentar outra pessoa pelo ato de levantar o chapéu, que é um objeto cultural – via meu conhecimento de certas manifestações físicas e de certas emoções e vontades[151].

Mas o objetivo que o filósofo deseja atingir não é invariável. Nesse sentido, é importante notar que Carnap não defende que o respeito à ordem da primazia epistêmica subjetiva seja o objetivo último de qualquer sistema construcional. O fato de ele conceber outras bases para o seu sistema é índice disso. E, no prefácio à segunda edição do *Aufbau*, Carnap anuncia que um sistema baseado em objetos físicos seria, àquele momento[152], preferível, uma vez que ele seria melhor adequado para construir os conceitos que os cientistas usam na prática cientifica e também a ideia de intersubjetividade. Por isso, Carnap conclui que "um sistema construcional com uma base dessa [coisas físicas] parece particularmente adequado para uma reconstrução dos sistemas conceituais das ciências

[151]É importante notar aqui que o objetivo de Carnap não é descrever o processo cognitivo concretamente, mas, sim, de que a construção exiba o processo racional e justificatório do conhecimento de objetos: "Embora eu fosse guiado no meu procedimento pelos fatos psicológicos concernentes à formação de conceitos de coisas materiais a partir de percepções, meu verdadeiro objetivo não era a descrição desse processo genético, mas sim sua reconstrução racional – isto é, uma descrição esquematizada de um procedimento imaginário, consistindo em passos racionalmente prescritos, que levariam a essencialmente os mesmos resultados do processo psicológico real" (1963a, p. 16) (No original: "*Although I was guided in my procedure by the psychological facts concerning the formation of concepts of material things out of perceptions, my real aim was not the description of this genetic process, but rather its rational reconstruction–i.e., a schematized description of an imaginary procedure, consisting of rationally prescribed steps, which would lead to essentially the same results as the actual psychological process*").

[152]O prefácio à segunda edição é publicado em 1961.

empíricas" (1967, p. viii)[153,154]. Seja como for, o filósofo é bastante enfático acerca da relação estreita entre a decisão de base para o sistema construcional efetivamente apresentado no *Aufbau* e o objetivo a ser atingido: "por causa da nossa intenção de expressar a ordem epistêmica dos objetos, nós devemos usar apenas a forma de sistema com a base autopsicológica para o nosso esboço de sistema construcional" (1967, p. 97)[155].

A ideia de que decisões linguísticas devem ser tomadas e avaliadas conforme um certo objetivo se torna ainda mais explícita e presente em obras posteriores de Carnap. Em MN, por exemplo, o filósofo dá corpo a essa ideia pela elaboração de uma analogia entre a escolha de uma certa linguagem e um problema particular de engenharia, em uma das passagens que melhor ilustram o pragmatismo carnapiano. Essa analogia aparece na parte introdutória de MN, onde Carnap apresenta conceitos e definições do seu método de análise semântica. Em particular, a analogia aparece na seção onde o filósofo discute o papel das variáveis na formulação desse método e de suas extensões (indivíduos) e intensões (conceitos individuais)[156]. O pano de fundo para essa discussão é dado pela formulação de

[153]No original: "*a constructional system with such a basis seems particularly suitable for a rational reconstruction of the concept systems of the empirical science*".

[154]Conforme escreve Richardson, "em um certo momento, Carnap pensou em escrever um segundo livro com um sistema construcional fisicalista" (1990, p. 10) (No original: "*Carnap at one point thought of writing a second book with a physicalist constructional system*").

[155]No original: "*because of our intention to express the epistemic order of the objects, we must use only the system form with the autopsychological basis for our outline of the constructional system*"

[156]O método de análise semântica de Carnap atribui tanto extensões quanto intensões aos termos singulares, predicados e enunciados. Esses dois conceitos são definidos em termos de conceitos preliminares (equivalência, L-equivalência, L-verdade e descrição-de-estado ("*state-description*")). Alguns exemplos das definições oferecidas são as seguintes. Dois enunciados possuem a mesma extensão se e somente se são equivalentes, e têm a mesma intensão se e somente se são L-equivalentes (1947, pp. 18-9). Dois enunciados são L-equivalentes se a bi-implicação lógica entre eles é L-verdadeira (1947, pp. 11). L-verdade, por sua vez, é definida em termos de descrições-de-estado. Um enunciado é L-verdadeiro se é pertencente a qualquer descrição-de-estado (1947, pp. 10). E uma descrição-de-estado é uma classe de enunciados que contém, para qualquer enunciado atômico, este ou sua negação (mas não ambos, e não outros enunciados) (1947, p. 9). Descrições-de-estado são expandidas para enunciados moleculares da maneira usual (uma disjunção inclusiva de dois enunciados atômicos, por exemplo, pertence a uma descrição-de-estado se e

Quine, abordada no capítulo anterior, segundo a qual a admissão de variáveis é a admissão de uma ontologia:

> Na minha visão, no entanto, a escolha de uma certa estrutura de linguagem e, em particular, a decisão de usar certos tipos de variáveis é uma decisão prática como a escolha de um instrumento; ela depende principalmente dos objetivos para os quais o instrumento – aqui, a linguagem – é destinado a ser usado e das propriedades do instrumento. Eu admito que a escolha de uma linguagem adequada aos objetivos da física e matemática envolve problemas bastante diferentes daqueles envolvidos na escolha de um motor adequado para um avião de transporte de carga; mas, em um certo sentido, ambos são problemas de engenharia, e eu não consigo ver porque a metafísica deveria entrar no primeiro problema mais do que deveria entrar no segundo problema. (1947, p. 43)[157,158]

Como vimos anteriormente, Carnap fala que uma decisão linguística deve depender dos objetivos para os quais a linguagem será empregada e das propriedades da linguagem. Cabe agora explorar duas questões: que propriedades são essas e qual a relação entre o

---

somente se um dos disjuntos pertence à descrição-de-estado) e para enunciados quantificados de maneira substitucional (um enunciado da forma "$(\forall x)(Fx)$" pertence a uma descrição-de-estado se e somente se todas os enunciados que resultam da remoção do quantificador e a colocação de uma constante no lugar da variável pertencem a esta descrição-de-estado (1947, p. 9). De um ponto de vista mais geral, o método de Carnap em MN é uma instância do seu projeto de explicação, sobre o qual falo brevemente mais adiante. O conceito L-verdade, por exemplo, nos diz Carnap, é projetado como uma explicação daquilo que alguns filósofos anteriores chamam "verdade analítica" ou "verdade necessária" (1947, p. 8).

[157]No original: "*In my view, however, the choice of a certain language structure and, in particular, the decision to use certain types of variables is a practical decision like the choice of an instrument; it depends chiefly upon the purposes for which the instrument—here the language—is intended to be used and upon the properties of the instrument. I admit that the choice of a language suitable for the purposes of physics and mathematics involves problems quite different from those involved in the choice of a suitable motor for a freight airplane; but, in a sense, both are engineering problems, and I fail to see why metaphysics should enter into the first any more than into the second*".

[158]Carnap fala aqui tanto dos objetivos do uso de um instrumento quanto das propriedades desse instrumento. Mais adiante nesta seção volto ao tema das propriedades do instrumento. Quanto ao final da passagem, onde Carnap questiona o papel da metafísica nesses "problemas de engenharia", o destinatário é Quine, citado no mesmo parágrafo. A intenção de afastar a metafísica dos problemas de engenharia linguística é, como vimos na seção anterior, o princípio da tolerância, implícito nessa passagem.

objetivo do uso de uma linguagem e essas propriedades? A resposta a essas duas questões nunca foi bastante elaborada por Carnap. No entanto, a partir de certas passagens um tanto quanto sintéticas, podemos vislumbrar o que o filósofo pensa de tais questões. Em ESO, Carnap articula do seguinte modo uma resposta a essas perguntas, utilizando como exemplo o framework das coisas:

> Os objetivos para os quais a linguagem é destinada a ser usada, por exemplo, o objetivo de comunicar conhecimento factual, irá determinar quais fatores são relevantes para a decisão. A eficiência, fecundidade, e simplicidade de uso da linguagem das coisas podem estar entre os fatores decisivos. (1950a, p. 23)[159]

Como essa passagem deixa entrever, Carnap concebe que certos "fatores" são tornados relevantes relativamente ao objetivo eleito previamente. E os exemplos de fatores que ele menciona são o que se convencionou chamar na literatura de "virtudes teóricas", tais como simplicidade e fecundidade. Mais tarde, no ensaio autobiográfico para o volume Schilpp, Carnap irá novamente articular a ideia de que a avaliação de uma linguagem depende das virtudes que ela exibe:

> A introdução de um framework é legítima em qualquer caso. Se essa introdução é ou não aconselhável para certos objetivos é uma questão prática de engenharia de linguagem, a ser decidida com base na conveniência, fecundidade, simplicidade, e similares. (1967, p. 66)[160]

Embora isso não esteja claro nesta última passagem citada, a citação de ESO que lhe é anterior anuncia outro constituinte do método pragmático para uma decisão

[159]No original: "*The purposes for which the language is intended to be used, for instance, the purpose of communicating factual knowledge, will determine which factors are relevant for the decision. The efficiency, fruitfulness, and simplicity of the use of the thing language may be among the decisive factors*".

[160]No original: "*In my view, the introduction of the framework is legitimate in any case. Whether or not this introduction is advisable for certain purposes is a practical question of language engineering, to be decided on the basis of convenience, fruitfulness, simplicity, and the like*".

linguística. Como Carnap afirma naquela passagem, o objetivo determina quais as virtudes relevantes e a sua relevância relativa a outras virtudes. Para o objetivo de comunicar conhecimento ordinário factual e transações discursivas ordinárias, a simplicidade é bastante mais relevante que, digamos, a fecundidade. Diferentemente, se a necessidade é de formular hipóteses científicas sobre o mundo, a ordem de relevância dos fatores poderá ser inversa. Portanto, não se trata apenas de os objetivos e as virtudes teóricas influenciarem uma decisão linguística, mas de esses objetivos fixarem o ”peso relativo” das virtudes, por assim dizer. Os objetivos impõem um ranqueamento das virtudes do framework, objetivos estes cuja instituição é facultada ao sujeito ou comunidade que fará uso ou investiga uma determinada construção linguística ou teórica.[161,162]

O comprometimento de Carnap com a ideia de que linguagens e teorias devam ser adotadas ou rejeitadas conforme a sua contribuição para a consecução de um certo objetivo ou realização de uma dada tarefa seja comumente descrito como pragmatismo, isso não exaure todos os aspectos pragmáticos do pensamento de Carnap a respeito de escolhas prático-linguísticas. O filósofo sustenta também uma posição acerca das virtudes que linguagens ou teorias exibem que pode, por analogia a uma posição similar na filosofia da ciência, ser descrita como pragmática. E, para melhor discutir esse aspecto da filosofia de

[161]Carnap não oferece uma lista exaustiva de quais virtudes são relevantes aqui. Tampouco ele disserta sobre o significado de cada uma dessas virtudes. As únicas passagens em que há discussão explícita de virtudes teóricas na sua obra ocorrem no primeiro capítulo de “*Logical Foundations of Probability*”, onde Carnap especifica os requerimentos para a tarefa de explicação. Simplicidade e fecundidade são discutidos aí relativamente ao conceito que servirá de explicação para um conceito prévio (e não a linguagens como um todo). “Explicação” é um termo técnico no pensamento de Carnap. Ele designa a tarefa filosófica de ”transformar um conceito mais ou menos inexato em um exato, ou melhor, em substituir o primeiro pelo segundo” (1950b, p. 3) (No original: “*The task of* explication *consists in transforming a given more or less inexact concept into an exact one or, rather, in replacing the first by the second*”). A explicação carnapiana tem sido objeto de um número grande de estudos nos últimos anos, entre os quais Brun (2016-12), Kitcher (2008), Maher (2007) e diversos autores no compêndio editado por Wagner (2012).

[162]Em Steinberger (2016-05), o autor apresenta um modelo baseado em teoria da decisão para formalizar as decisões linguísticas tais como Carnap as descreve e o cálculo envolvido nesse processo.

Carnap, é necessário explorar os diferentes modos como virtudes teóricas são interpretadas na filosofia da ciência.

Nesta disciplina, as diversas virtudes teóricas exibidas por diferentes teorias científicas são investigadas. Embora não haja consenso sobre quais e quantas são essas virtudes, nem sobre o peso relativo de cada uma delas para a avaliação da qualidade de uma teoria[163], é ponto mais pacífico que uma teoria científica é melhor que outras conforme mais virtudes ela exiba relativamente às rivais. No entanto, há diferentes maneiras de se interpretar a virtuosidade de uma teoria. Keas escreve que "virtudes teóricas são traços de uma teoria que mostram que ela é provavelmente verdadeira ou que vale a pena aceitá-la" (2018, p. 2761)[164]. E essa disjunção ao final da passagem entre ser provavelmente verdadeira ou valer a pena aceitar uma teoria que me interessa discutir em relação ao pensamento de Carnap.

Schindler sintetiza dos seguintes modos esses dois pontos de vista, que ele chama respectivamente de "realismo" e "antirrealismo":

> Um ponto central de discordância entre realistas e antirrealistas é se virtudes teóricas são *epistêmicas* ou meramente pragmáticas, i.e., se esses critérios são indicativos da verdade de uma teoria, também com respeito a inobserváveis, ou se elas são meramente virtudes concernente ao *uso* (conveniente) de uma teoria. Por exemplo, a simplicidade é um sinal de verdade ou meramente uma características que facilita a conveniência? (2018, p. 31, itálicos no original)[165]

[163]Keas afirma que "a identificação, caracterização, classificação, e reputação epistêmica de virtudes teóricas são debatidas por filósofos e por participantes de disputas teóricas específicas" (2018, p. 2762) (No original: "*the identification, characterization, classification, and epistemic standing of theory virtues are debated by philosophers and by participants in specific theoretical disputes*").

[164]No original: "*Theoretical virtues are the traits of a theory that show it is probably true or worth accepting*".

[165]No original: "*A central bone of contention between realists and antirealists is whether theoretical virtues are* epistemic *or merely pragmatic, i.e., whether these criteria are indicative of a theory's truth,*

Alguns filósofos interpretam (pelo menos algumas) virtudes teóricas como indicando a verdade de uma teoria que as possui. Há um aspecto ontológico aí: aquele que endossa uma interpretação realista das virtudes crê na verdade da teoria (com respeito às entidades que a teoria postula e ao modo como essas entidades estão relacionadas). Outros filósofos interpretam virtudes teóricas como razões para aceitar a teoria que as possui. Essa aceitação não tem implicação ontológica, pois significa apenas a atitude de colocar essa teoria em uso. O contraste entre essas duas posições em filosofia da ciência é interessante porque Carnap sustenta uma posição bastante similar àquela chamada por Schindler de antirrealismo na passagem acima. Para Carnap, as virtudes teóricas dos frameworks servem apenas para informar uma decisão de uso. A posição de Carnap fica bastante clara na seguinte passagem de ESO:

> A linguagem das coisas na sua forma costumeira funciona de fato com um alto grau de eficiência para a maioria dos propósitos da vida cotidiana. [...] No entanto, seria errado descrever essa situação dizendo: 'O fato da eficiência da linguagem das coisas é evidência confirmatória para a realidade do mundo das coisas'; em vez disso, nós deveríamos dizer: 'Este fato torna aconselhável aceitar a linguagem das coisas'. (1950a, p. 24)[166,167]

also with regard to unobservables, or whether they are merely virtues with regard to the (convenient) use *of a theory*".

[166]No original: "*The thing language in the customary form works indeed with a high degree of efficiency for most purposes of everyday life. [...] However, it would be wrong to describe this situation by saying 'The fact of the efficiency of the thing language is confirming evidence for the reality of the thing world'; we should rather say instead: 'This fact makes it advisable to accept the thing language'*".

[167]Rescher sintetiza bem o ponto de Carnap aqui: "Assim, ao dissociar questões de utilidade e correção, Carnap esvaziou considerações pragmáticas de qualquer suporte evidencial sobre assuntos na ciência ou na vida cotidiana. Para ele, portanto, a utilidade superior de (por exemplo) um framework de discussão baseado na centralidade de coisas substanciais não apoiaria – mesmo que estabelecida – uma alegação de que coisas/substâncias existem, e não autorizaria atribuição de verdade para quaisquer alegações de realidade aqui. [...] Considerações pragmáticas se tornaram aqui um sucedâneo em vez de um fundamento para alegações de assuntos de verdade e fato existencial" (2016, pp. 11-2) (No original: "*Thus, for him, the superior utility of (for example) a framework of discussion based on the centrality of substantial things*

As razões de Carnap para aceitar uma interpretação pragmática ou irrealista de uma linguagem teoricamente virtuosa não são articuladas de maneira satisfatória. Mesmo assim, é possível esboçar um argumento em espírito carnapiano que serve de suporte para essa interpretação. Quando Carnap fala na passagem acima na "realidade do mundo das coisas", a realidade envolvida aqui é a realidade metafísica (no jargão do *Aufbau*) ou externa (no jargão de ESO). Carnap está abordando uma conclusão distintamente filosófica que se poderia derivar da virtuosidade teórica de uma certa linguagem. No entanto, afirmar essa realidade metafísica ou crer nessa realidade metafísica são instâncias de afirmação ou crença externas, e, portanto, instâncias de afirmação ou crença cognitivamente vazias. Como tal, essas instâncias não podem figurar como conclusão de um argumento (dedutivo ou indutivo, pouco importa)[168]. O que se pode extrair da virtuosidade teórica comparativa de uma linguagem é uma diretriz normativa acerca do uso desse linguagem relativamente a outras linguagens.

Na seção 2.4, vimos que Carnap defende a substituição do discurso externo cognitivamente vazio pelo discurso explicitamente prático (e cognitivamente sadio) concernente ao uso ou não de diferentes linguagens. Na seção seguinte, vimos que Carnap propõe que decisões linguísticas não sejam tomadas dentro da instância filosófica puramente especulativa. Trata-se do princípio da tolerância, generalizado do domínio da lógica para quaisquer domínios (especialmente filosóficos e científicos) onde decisões linguísticas sejam

would not—even if established—support a claim that things/substances exist, and would not authorize truth-attribution for any claims to reality here. [...] Pragmatic considerations here became a substitute rather than a basis for claims to matters of truth or existential fact".

[168]Tampouco como premissa, vale dizer. Neste caso, uma afirmação externa acerca da natureza do mundo poderia servir de premissa para uma conclusão normativa acerca do uso de uma determinada linguagem. Este caso aproximar-se-ia do modelo argumentativo empregado por Goodman e Quine, abordado no capítulo anterior. O diagnóstico da vacuidade cognitiva dessa possível premissa também se aplica à crítica da qual o trabalho em semântica de Carnap é alvo, crítica esta que, segundo ele, demanda evidência para a existência de certas entidades (proposições, por exemplo), de modo a legitimar o emprego de uma linguagem que quantifica sobre essas entidades.

relevantes. Nesta seção, por fim, abordou-se o último dos elementos do pensamento de Carnap concernente às decisões linguísticas. Trata-se da ideia de que a instância apropriada para a tomada de tais decisões é a instância prática: o uso ou não de uma linguagem é uma decisão que deve ser tomada em vistas de um fim ou tarefa e que esse fim ou tarefa determinam quais dentre as virtudes exibidas pela linguagem têm maior peso relativo. Vimos, além do mais, que Carnap esvazia de qualquer peso especulativo a virtuosidade de uma linguagem: essa virtuosidade deve motivar apenas o uso da linguagem, sem ser indício de uma conexão metafísica ou ontológica com o modo como um mundo realmente é.

Conjugados com os elementos tratados anteriormente – elementos estes que dizem respeito à natureza e às supostas implicações metafísicas do uso de uma linguagem; com a caracterização da aceitação de uma doutrina ontológica como um movimento discursivo que extrapola os recursos providos por uma dada linguagem; com a crítica ao valor cognitivo desse movimento discursivo "externo" –, temos uma imagem mais completa do que o pensamento de Carnap pode significar (ou não) para a ontologia.

Conclusão

Neste trabalho, pretendi dar conta de duas coisas relativas à doutrina metaontológica de Carnap. A primeira delas é o contexto dialético que motiva o filósofo a publicar ESO, o seu principal trabalho nessa disciplina; a segunda, os elementos mesmos da doutrina de Carnap. O contexto dialético que motiva Carnap a publicar ESO é constituído principalmente de certas ideias de Quine, seu principal interlocutor filosófico. Como vimos, Quine concebe um critério para esclarecer os compromissos ontológicos de uma linguagem ou teoria; interpreta a adoção de uma doutrina ontológica nos termos desse critério; e, por fim, propõe a eliminação, dos domínios científicos e filosóficos, de linguagens ontologicamente comprometidas com entidades abstratas. Os elementos fundamentais da doutrina metaontológica de Carnap são dados por sua resposta às ideias de Quine. O primeiro desses elementos é uma distinção entre o uso de uma linguagem e a adoção de uma doutrina ontológica; o segundo, uma distinção entre dois tipos de discurso existencial, sendo que um deles ("externo", na terminologia de ESO), aquele mesmo que dá expressão à adoção de uma doutrina ontológica, é cognitivamente vazio; o terceiro, uma proposta de substituição desse discurso externo pelo discurso explicitamente prático-linguístico, discurso este que trata da adoção ou recusa de uma dada linguagem ou teoria; o quarto, a defesa da tolerância enquanto princípio normativo negativo para decisões prático-linguísticas; e quinto, e último, a defesa de um modelo pragmático para informar tais decisões.

Minha intenção ao eleger tanto esse recorte temático quanto o modo de abordá-lo foi dupla. Em primeiro lugar, há uma certa lacuna na literatura especializada contemporânea com respeito ao discernimento daquilo que constitui efetivamente a doutrina de Carnap. Certos elementos dessa doutrina são frequentemente destacados em detrimento de outros.

Mais concretamente, aos elementos pertencentes ao âmbito teórico da doutrina de Carnap é dada mais atenção que àqueles pertencentes ao âmbito prático. O conceito de framework, a distinção entre discursos interno e externo e o diagnóstico crítico deste último são extensamente investigados. Por outro lado, à proposta reformativa de Carnap (dada pela substituição do discurso externo pelo prático-linguístico nos domínios filosóficos e científicos) e à defesa de um modelo tolerante e pragmático menos atenção é dada[1].

Em segundo lugar, julgo haver uma interpretação pelos menos parcialmente equivocada do lugar de Carnap relativamente à paisagem teórica na metaontologia contemporânea, interpretação esta que também é resultado da lacuna observada no parágrafo anterior. O nome de Carnap serve de etiqueta para agrupar certas teorias (a de Carnap incluída) segundo a qual debates ontológicos são ou problemáticos ou de fácil resolução. No caso particular de Carnap, esses debates seriam problemáticos porque envolvem o discurso externo, cuja vacuidade cognitiva é um empecilho para que tenham solução teoricamente sadia; ou de fácil resolução porque envolvem o discurso interno, cuja avaliação (pelo menos

[1] O escopo da minha observação é a literatura contemporânea em metaontologia. Nos estudos focados na filosofia de Carnap, as teses, distinções e propostas pertencentes ao domínio das decisões prático-linguísticas são matéria de extenso comentários e debate. Conforme escrevem Carus e Leitgeb, "seu [de Carnap] programa positivo de engenharia conceitual, embora muito mais importante para ele, foi ofuscado no folclore sobre Carnap pelo corolário negativo de que afirmações ontológicas *fora* de um framework linguístico [...] devam ser ignoradas ou deixadas de lado" (2021, suplemento H, itálico no original) (No original: "*his positive conceptual engineering program, though far more important in his own mind, has been overshadowed in the folklore about Carnap by the negative corollary that ontological claims* outside *a language framework* [...] *should be ignored or left aside.*"). Já Carnap ele mesmo, em seu ensaio autobiográfico para o volume editado por Schilpp, escreve que "com o tempo, eu passei a reconhecer que a nossa tarefa é a de planejar formas de linguagem. Planejar significa conceber a estrutura de um sistema e fazer, em diferentes pontos do sistema, uma escolha entre as várias possibilidades, teoricamente uma infinidade de possibilidades, de modo que as várias características se encaixem e que o sistema linguístico total resultante satisfaça certos *desiderata* dados" (1963a, p. 68) (No original: "*in time, I came to recognize that our task is one of planning forms of languages. Planning means to envisage the general structure of a system and to make, at different points in the system, a choice among various possibilities, theoretically an infinity of possibilities, in such a way that the various features fit together and the resulting total language system fulfills certain given* desiderata").

nos casos que interessam à disciplina da ontologia) é trivial. Se problemáticos ou de fácil resolução, o fato é que, para as teorias ditas neo-carnapianas, há algo de errado no debate prolongado de questões ontológicas. Essa interpretação deflacionista da doutrina de Carnap ignora precisamente o aspecto negligenciado do seu pensamento de que falei no parágrafo anterior, a saber, o aspecto tolerante e prático. Para Carnap, as decisões linguísticas que resultam na adoção das linguagens ou teorias com as quais produzimos discurso existencial não são problemáticas (pelo menos não no sentido abordado acima) nem de fácil resolução; pelo contrário, questões de decisão prático-linguística são substantivas (e não triviais) e merecedoras de debate filosófico (embora esse debate deva ser travado na arena pragmática, e não na arena especulativa). É verdade que há um sentido no qual Carnap identifica problemas em disputas ontológicas, mas as disputas que ele tem em mente nessa identificação não têm que ver com a avaliação dos méritos de frameworks concorrentes. As disputas problemáticas são aquelas que envolvem a avaliação teórica do discurso externo. Já aquelas disputas que envolvem a identificação de um frameworks preferencial (para uma certa tarefa) são reconhecidas como legítimas e acolhidas pela doutrina de Carnap.

Curiosamente, reconhecer as condições substantivas da escolha prático-linguística faz Carnap aproximar-se do campo neo-quineano (também dito "inflacionista") na metaontologia contemporânea. E um exemplo servirá para introduzir essa aproximação. Um caso paradigmático de resultado ontológico que emprega o método neo-quineano é o realismo acerca de mundos possíveis de Lewis[2]. A afirmação da existência de mundos possíveis é

[2]Sobre as credenciais neo-quineanas do realismo modal de Lewis, Manley escreve o seguinte: "A maioria dos metafísicos contemporâneos pensam em si mesmos como interessados, não primariamente nas representações da linguagem e do pensamento, mas com a realidade que é representada. No caso da ontologia, há questões profundas e não-triviais – mas ainda assim tratáveis – sobre números, somas, eventos e regiões do espaço, assim como sobre objetos ordinários [...]. E a metodologia preferida para responder essas questões é quase-científica, do tipo recomendada por W. V. O. Quine, desenvolvida

informada pelo conjunto das vantagens teóricas trazido por uma teoria que quantifica sobre essas entidades[3]. A aproximação entre o neo-quineanismo e a doutrina de Carnap, determinada por um pragmatismo que faz parte tanto daquele quanto desta, é pouco reconhecida na literatura especializada. E essa lacuna nos estudos em metaontologia é, penso, um dos resultados de se negligenciar os aspectos pragmáticos do pensamento de

por David Lewis" (2009, p. 3) (No original: "*Most contemporary metaphysicians think of themselves as concerned, not primarily with the representations of language and thoughts, but with the reality that is represented. In the case of ontology, there are deep and non-trivial—but still tractable—questions about numbers, sums, events, and regions of space, as well as about ordinary objects like turkeys and teacups. And the preferred methodology for answering these questions is quasi-scientific, of the type recommended by W. V. O. Quine, developed by David Lewis*"). Já Eklund afirma que "[u]m grupo maior de filósofos – David Lewis é aqui um exemplo proeminente – são quineanos em um sentido mais amplo, felizes em deixar um papel mais significante para a filosofia. O argumento de Lewis para mundos possíveis concretos e para partes temporais são como argumentos de indispensabilidade, no sentido de que estes argumentam pelas entidades em questão via apelo à necessidade de postulá-las para vários propósitos teóricos" (2006, p. 318) (No original: "*A larger group of philosophers—David Lewis is here a prominent example—are Quineans in a broader sense, happy to leave a more significant role for philosophy. Lewis's arguments for concrete possible worlds and for temporal parts are like indispensability arguments in that they argue for the entities in question by appealing to the need to postulate them for various theoretical purposes*"). Nesta passagem, Eklund estabelece um contraste entre Quine e quineanos ortodoxos, de um lado, para os quais a única juíza acerca daquilo que existe é a ciência, e neo-quineanos, de outro, para os quais a filosofia tem maior função nessa tarefa. Não me interessa aqui discutir as diferenças entre Quine e neo-quineanos, mas é interessante notar que Thomasson afirma que "não é claro que essa abordagem neo-quineana que veio caracterizar a metafísica séria é verdadeiramente *quineana*, no sentido histórico" (2015, p. 4, itálico no original) (No original: "*it is unclear that this neo-Quinean approach that has come to characterize serious metaphysics is truly* Quinean, *in the historical sense*").

[3]Lewis escreve: "Assim como o domínio dos conjuntos é para matemáticos, o espaço lógico é um paraíso para filósofos. Nós temos apenas de acreditar em um vasto domínio de *possibilia*, e aí encontramos o que precisamos para avançar nossos empreendimentos. Nós encontramos os recursos para reduzir a diversidade de noções que devemos aceitar como primitiva, e portanto para aprimorar a unidade e economia da teoria que é o nosso interesse profissional [...]. Paraíso a que preço? Se nós queremos os benefícios teóricos que o discurso sobre *possibilia* traz, a forma mais direta de ganhar o direito honesto a eles é aceitar tal discurso como a verdade literal. [...] Os benefícios valem o seu custo ontológico. Realismo modal é frutífero: isso nos dá boa razão para crer que ele é verdadeiro" (1986, p. 4, itálicos no original) (No original: "*As the realm of sets is for mathematicians, so logical space is a paradise for philosophers. We have only to believe in the vast realm of* possibilia, *and there we find what we need do advance our endeavours. We find the wherewithal to reduce the diversity of notions we must accept as primitive, and thereby to improve the unity and economy of the theory that is our professional concern* [...] *What price paradise? If we want the theoretical benefits that talk of* possibilia *brings, the most straightforward way to gain honest title to them is to accept such talk as the literal truth.* [...] *The benefits are worth their ontological cost. Modal realist is fruitful: that gives us good reason to believe it is true*").

Carnap notados acima.

Essa aproximação entre o neo-quineanismo e a doutrina de Carnap torna um tanto quanto problemático o lugar deste filósofo relativamente à metaontologia contemporânea. Mas não é o único fator que torna esse lugar problemático. Além do reconhecimento dessa aproximação notada no parágrafo anterior, deve-se enfatizar a diversidade de motivação entre Carnap e seus herdeiros neo-carnapianos. Conforme dissertei neste trabalho, Carnap pretende defender a autonomia de disciplinas filosóficas e científicas em face dos ditames especulativos da metafísica e da ontologia. Em particular, Carnap pretende defender a autonomia do estudo semântico em face do antiplatonismo que Quine esposa em certo momento de sua carreira. Se é correto falar em uma metaontologia de Carnap, essa metaontologia é um resultado indireto dessa motivação.

Por outro lado, o neo-carnapianismo se desenvolve explicitamente a partir de uma discussão acerca dos debates ontológicos que animam o cenário atual. As obras de dois eminentes neo-carnapianos exemplificam muito bem isso. Falo aqui de Hirsch e Thomasson. A doutrina da variação quantificacional de Hirsch diz que "não há uma linguagem ontológica unicamente melhor com a qual descrever o mundo" (2011, p. xii)[4]. Nesse quadro, disputas ontológicas se tornam esvaziadas, no sentido de que não há mais que falar em um lado "vencedor". Já no caso de Thomasson, questões ontológicas "não são questões profundas de metafísica que requerem insight filosófico especial ou a formulação de uma 'melhor teoria' total para responder" (2015, p. 20)[5]; ao contrário, quando corretamente formuladas, essas questões "são diretamente respondíveis pelo uso da nossa competência conceitual e (frequentemente) pela condução de investigação empírica direta" (2015, p. 20)[6]. Além

[4]No original: "*there is no uniquely best ontological language with which to describe the world*".

[5]No original: "*existence questions are not deep questions of metaphysics requiring some special philosophical insight or formulation of a total 'best theory' to answer*".

[6]No original: "*existence questions that are fully meaningful and well specified are straightforwardly*

disso, tanto Hirsch quanto Thomasson apresentam defesas explícitas de teses ontológicas de primeira ordem. Hirsch argumenta por uma ontologia do senso comum, segundo a qual os objetos dos quais falamos na vida ordinária existem[7]. Thomasson, embora por vias argumentativas diferentes das de Hirsch, também defende uma ontologia de objetos ordinários[8].

No caso de Carnap é bastante difícil falar na defesa de uma ontologia, pelo menos no sentido em que há uma defesa de teses ontológicas de primeira ordem nas obras desses dois neo-carnapianos[9]. Se se pode dizer que Carnap é platonista, é apenas porque ele faz uso de uma linguagem cujo domínio de quantificação inclui objetos abstratos. Não há endosso de uma doutrina ontológica no sentido de endosso que é expressado segundo o quadro oferecido pela teoria de Carnap (isto é, como uma afirmação externa de existência). Ademais, o uso de uma linguagem platonística na obra de Carnap é, como visto, motivado por considerações pragmáticas, e não é resultado de intuições acerca da natureza última

answerable by making use of our conceptual competence and (often) conducting straightforward empirical enquiries".

[7]Hirsch (2011), especialmente os artigos 6, 9, 10 e 12.

[8]Thomasson (2007).

[9]Vale ressalvar que essa observação também se aplica à aproximação entre Carnap e o neo-quineanismo notada anteriormente. Ainda que elementos pragmáticos similares façam parte de ambas as doutrinas, o fato é que Lewis coloca esses elementos a serviço da defesa de uma certa ontologia, e Carnap não. Como vimos no capítulo anterior, Carnap defende uma interpretação pragmática (em vez de realista) da virtuosidade de uma teoria. A virtuosidade, para Carnap, motiva apenas o uso de uma linguagem, e não a crença na verdade metafísica daquilo que é retratado pela linguagem. Conforme observa Price acerca do argumento utilizado por Lewis em suporte de sua conclusão ontológica, "ele simplesmente ignora a distinção que um carnapiano quererá fazer entre razões evidenciais para 'crer verdadeiro' pragmáticas e tradicionais. Claramente, um carnapiano poderia aceitar que a utilidade do discurso sobre mundos possíveis (ou conjuntos) é uma boa razão *pragmática* para adotar o vocabulário em questão, sem ler nisto em qualquer sentido um argumento para a *verdade* de uma conclusão metafísica" (2009, p. 340, itálicos no original) (No original: "*The first point I want to make about this argument is that it simply ignores the distinction a Carnapian will want to draw between pragmatic and traditional evidential reasons for 'believing true.' Clearly, a Carnapian might accept that the utility of talk of possible worlds (or sets) is a good* pragmatic *reason for adopting the vocabulary in question, without reading this as in any sense an argument for the* truth *of a metaphysical conclusion*".

do mundo[10]. A verdade é que Carnap, ao contrário de seus herdeiros, não tem interesse em defender uma ontologia, seja ela qual for. O filósofo se sente confortável seja com uma linguagem platonista, seja com uma linguagem nominalista, desde que elas sejam melhor conducentes ao objetivo teórico em tela. Enquanto o "platonismo" de Carnap é incidental, os realismos de Hirsch, Thomasson (e também o de Lewis) são deliberados e intencionais.

Essas constatações servem para motivar um certo ceticismo acerca da interpretação mais aceita da doutrina de Carnap relativamente à metaontologia contemporânea, interpretação que agrupa essa doutrina com o neo-carnapianismo. Por um lado, é certo que há algo de deflacionista nessa doutrina: ou pelo fato de o discurso externo ser cognitivamente vazio, tornando debates ontológicos que envolvem esse tipo de discurso racionalmente insolúveis; ou pelo fato de o discurso interno envolver enunciados e questões triviais, de modo que os debates que envolvem estas sejam de fácil resolução. Por outro, é inegável a centralidade dos elementos pragmáticos para a doutrina de Carnap. Esses elementos tornam as decisões prático-linguísticas problemáticas (mas em um sentido sadio), substantivas e de difícil resolução. Para o inflacionismo do neo-quineanismo, questões ontológicas são problemáticas, substantivas e de difícil resolução justamente porque envolvem a avaliação e comparação de diferentes linguagens e teorias com base em suas virtudes teóricas. O ceticismo que quero motivar não se aplica à correção da caracterização das doutrinas de Hirsch e Thomasson como neo-carnapianas[11], pois de fato há elementos da doutrina de Carnap em ambos os casos, e os dois reconhecem (Thomasson mais que Hirsch, é verdade) seu débito a Carnap. O ceticismo que quero motivar diz respeito mais ao não reconhecimento de diferenças relevantes entre os dois grupos e de similaridades igualmente relevantes entre Carnap e o

[10]Deve-se reconhecer, contudo, que nem Hirsch nem Thomasson invocam intuições acerca da natureza do mundo para motivar as suas defesas de teses ontológicas de primeira ordem.

[11]Para uma discussão das diferenças relevantes entre Hirsch e Carnap acerca do modo que esses dois autores avaliam disputas ontológicas, ver Moreira (2015).

neo-quineanismo, diferenças e similaridades que tornam menos óbvio o lugar de Carnap em relação à metaontologia contemporânea.

Referências

ALSPECTOR-KELLY, M. On Quine on Carnap on Ontology. *Philosophical Studies*, v. 102, n. 1, p. 93–122, 2001.

ALSPECTOR-KELLY, M. Stroud's Carnap. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 64, n. 2, p. 276–302, 2002.

AZZOUNI, J. On "On what there is". *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 79, n. 1, p. 1–18, 1998.

BAKER, L. R. The ontology of artifacts. *Philosophical Explorations*, v. 7, n. 2, p. 99–111, 2004.

BERTO, F.; PLEBANI, M. *Ontology and Metaontology: A Contemporary Guide*. London: Bloomsbury Academic, 2015.

BIRD, G. H. Carnap and Quine: Internal and external questions. *Erkenntnis*, v. 42, n. 1, p. 41–64, 1995.

BOHNERT, H. G. Carnap's Logicism. In: HINTIKKA, J. (Ed.). *Rudolf Carnap, Logical Empiricist: Materials and Perspectives*. Dordrecht: Springer, 1975. p. 183–216.

BROUGHTON, G. L. Carnapian frameworks. *Synthese*, v. 199, p. 4097–4126, 2021.

BRUN, G. Explication as a Method of Conceptual Re-engineering. *Erkenntnis*, v. 81, n. 6, p. 1211–1241, 2016–12.

BUENO, O. Nominalism in the Philosophy of Mathematics. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2020. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2020.

BURGESS, J. P. Quine's philosophy of logic and mathematics. In: HARMAN, G.; LEPORE, E. (Ed.). *A Companion to W.V.O. Quine*. Malden: Wiley Blackwell, 2014. p. 281–295.

BURGESS, J. P.; ROSEN, G. A. *A Subject with No Object: Strategies for Nominalistic Interpretation of Mathematics*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

BéZIAU, J.-Y. Quine on identity. *Principia*, v. 7, n. 1-2, p. 1–15, 2003.

CAMERON, R. P. Truthmakers and ontological commitment: Or how to deal with complex objects and mathematical ontology without getting into trouble. *Philosophical Studies*, v. 140, n. 1, p. 1–18, 2008.

CAMPBELL, K. *Abstract Particulars*. Oxford, UK: Wiley–Blackwell, 1990.

CARNAP, R. *Scheinprobleme in Der Philosophie*. Berlin: Weltkreis, 1928.

CARNAP, R. Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache. *Erkenntnis*, v. 2, p. 219–241, 1931.

CARNAP, R. On the Character of Philosophic Problems. *Philosophy of Science*, v. 1, n. 1, p. 5–19, 1934.

CARNAP, R. *Philosophy and Logical Syntax*. London: Routledge, 1935.

CARNAP, R. *The Logical Syntax of Language*. London: Routledge, 1937.

CARNAP, R. Testability and Meaning–Continued. *Philosophy of Science*, v. 4, n. 1, p. 1–40, 1937.

CARNAP, R. *Introduction to Semantics*. Cambridge, MA: Harvard University Press,, 1942.

CARNAP, R. *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic*. Chicago: University of Chicago Press, 1947.

CARNAP, R. Truth and Confirmation. In: FEIGL, H.; SELLARS, W. (Ed.). *Readings in Philosophical Analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1949. p. 119–127.

CARNAP, R. Empiricism, Semantics, and Ontology. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 4, n. 11, p. 20–40, 1950.

CARNAP, R. *Logical Foundations of Probability*. Chicago: University of Chicago Press, 1950.

CARNAP, R. Empiricism, Semantics, and Ontology. In: _____. *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic*. 2. ed. Chicago: Chicago University Press, 1956. p. 205–21.

CARNAP, R. Intellectual Biography. In: SCHILPP, P. A. (Ed.). *The Philosophy of Rudolf Carnap*. LaSalle: Open Court, 1963. p. 3–84.

CARNAP, R. Replies and Systematic Expositions. In: SCHILPP, P. A. (Ed.). *The Philosophy of Rudolf Carnap*. LaSalle: Open Court, 1963. p. 859–1013.

CARNAP, R. *The Logical Structure of the World and Pseudoproblems in Philosophy*. Berkeley: University of California Press, 1967.

CARNAP, R. Protocol Sentences and the Formal Mode of Speech. In: HANFLING, O. (Ed.). *Essential Readings in Logical Positivism*. Oxford: Basil Blackwell, 1981. p. 150–60.

CARNAP, R.; CREATH, R.; NOLLAN, R. On Protocol Sentences. *Noûs*, v. 21, n. 4, p. 457–470, 1987.

CARNAP, R.; QUINE, W. V. *Dear Carnap, Dear Van: The Quine-Carnap Correspondence and Related Work*. Berkeley, CA: University of California Press, 1990.

CARUS, A. W. *Carnap and Twentieth-Century Thought: Explication as Enlightenment*. New York: Cambridge University Press, 2007.

CARUS, A. W.; LEITGEB, H. Rudolf Carnap. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2021. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2021.

CAT, J. Otto Neurath. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Fall 2019 edition. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019.

CHATEAUBRIAND, O. Quine and ontology. *Principia*, v. 7, n. 1-2, p. 41–74, 2003.

COFFA, J. A. *The Semantic Tradition from Kant to Carnap: To the Vienna Station*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

COLYVAN, M. Indispensability Arguments in the Philosophy of Mathematics. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Spring 2019. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019.

CORNELL, D. M. Mereological Nihilism and the Problem of Emergence. *American Philosophical Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 77–87, 2017.

CREATH, R. The Gentle Strength of Tolerance: The Logical Syntax of Language and Carnap's Philosophical Programme. In: WAGNER, P. (Ed.). *Carnap's Logical Syntax of Language*. New York: Palgrave-Macmillan, 2009. p. 203–214.

CREATH, R. Logical Empiricism. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2021. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2021.

EBBS, G. Carnap on Analyticity and Existence: A Clarification, Defense, and Development of Quine's Reading of Carnap's Views on Ontology. *Journal for the History of Analytical Philosophy*, v. 7, n. 5, p. 0–31, 2019.

EKLUND, M. Metaontology. *Philosophy Compass*, v. 1, n. 3, p. 317–334, 2006.

EKLUND, M. Carnap and ontological pluralism. In: CHALMERS, D. J.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. p. 130–156.

EKLUND, M. Carnap's Metaontology. *Noûs*, v. 47, n. 2, p. 229–249, 2013.

FARA, D. G. Socratizing. *American Philosophical Quarterly*, v. 48, n. 3, p. 229–238, 2011. ISSN 0003-0481.

FIELD, H. H. *Science without Numbers: A Defense of Nominalism*. Second edition. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

FINE, K. The question of ontology. In: CHALMERS, D. J.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. p. 157–177.

FREGE, G.; AUSTIN, J. *The Foundations of Arithmetic: A Logico-Mathematical Enquiry into the Concept of Number*. 2nd rev. ed. Evanston: Northwestern University Press, 1980.

FRIEDMAN, M. Carnap's Aufbau Reconsidered. *Noûs*, v. 21, n. 4, p. 521–545, 1987.

FRIEDMAN, M. *Reconsidering Logical Positivism*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FROST-ARNOLD, G. *Carnap, Tarski, and Quine at Harvard: Conversations on Logic, Mathematics, and Science*. Chicago,: Open Court, 2013.

GOODMAN, N. *The Structure of Appearance*. Cambridge: Harvard University Press, 1951.

GOODMAN, N.; QUINE, W. V. Steps Toward a Constructive Nominalism. *The Journal of Symbolic Logic*, v. 12, n. 4, p. 105–122, 1947.

GöDEL, K. *Collected Works. Unpublished Essays and Lectures*. New York: Oxford University Press, 1995. v. 3.

HILGEVOORD, J.; UFFINK, J. The Uncertainty Principle. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2016. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2016.

HIRSCH, E. Ontology and alternative languages. In: *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. p. 231–59.

HIRSCH, E. *Quantifier Variance and Realism: Essays in Metaontology*. New York: Oxford University Press, 2011.

HOFFMAN, J.; ROSENKRANTZ, G. S. *Substance: Its Nature and Existence*. London: Routledge, 1997.

HOFWEBER, T. Logic and Ontology. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Summer 2018. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018.

HYLTON, P. *Quine*. New York: Routledge, 2007.

INWAGEN, P. V. *Material Beings*. London: Cornell University Press, 1990.

KEAS, M. N. Systematizing the theoretical virtues. *Synthese*, v. 195, n. 6, p. 2761–2793, 2018.

KITCHER, P. Carnap and the Caterpillar. *Philosophical Topics*, v. 36, n. 1, p. 111–127, 2008.

KROON, F.; VOLTOLINI, A. Fictional Entities. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2018. Stanford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2018.

LEGG, C.; HOOKWAY, C. Pragmatism. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Summer 2021 edition. Stanford: Stanford University, 2021.

LEWIS, D. K. *On the Plurality of Worlds*. Malden: Blackwell Publishers, 1986.

LIMBECK-LILIENAU, C. Carnap's Encounter with Pragmatism. In: CREATH, R. (Ed.). *Rudolf Carnap and the Legacy of Logical Empiricism*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. v. 16, p. 89–111.

MAHER, P. Explication Defended. *Studia Logica: An International Journal for Symbolic Logic*, v. 86, n. 2, p. 331–41, 2007.

MANCOSU. *The Adventure of Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MANLEY, D. Introduction: A Guided Tour of Metametaphysics. In: CHALMERS, D. J.; David Manley; Ryan Wasserman (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009.

MARKOSIAN, N. Brutal Composition. *Philosophical Studies*, v. 92, n. 3, p. 211–249, 1998.

MARTIN, R. M. On some criticisms of Carnap's early semantics: Nagel and ryle. *Philosophia*, v. 2, n. 1-2, p. 55–73, 1972.

MENGER, K. Logical Tolerance in the Vienna Circle. In: _____. *Selected Papers in Logic and Foundations, Didactics, Economics*. Dordrecht: Springer Netherlands, 1979. p. 11–16.

MILL, J. S. *The Collected Works of John Stuart Mill*. Toronto: University of Toronto Press, 1963.

MOREIRA, F. G. A. An apology of Carnap. *Manuscrito*, v. 37, n. 2, p. 269–289, 2015.

MOSER, P. K. Types, Tokens, and Propositions: Quine's Alternative to Propositions. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 44, n. 3, p. 361, 1984–03.

NAGEL, E. Book review: Meaning and Necessity. A Study in Semantics and Modal Logic. *The Journal of Philosophy*, v. 45, n. 17, p. 467, 1948.

PARSONS, C. Quine's Nominalism. *American Philosophical Quarterly*, v. 48, n. 3, p. 213–228, 2011.

PARSONS, T. *Nonexistent Objects*. New Haven: Yale University Press, 1980.

PINCOCK, C. Russell's Influence on Carnap's Aufbau. *Synthese*, v. 131, n. 1, p. 1–37, 2002.

PRICE, H. Metaphysics after Carnap: The Ghost Who Walks? In: CHALMERS, D. J.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. p. 320–346.

QUINE, W. V. Ontological Remarks on the Propositional Calculus. *Mind*, v. 43, n. 172, p. 472–476, 1934.

QUINE, W. V. Designation and Existence. *The Journal of Philosophy*, v. 36, n. 26, p. 701–9, 1939.

QUINE, W. V. Notes on Existence and Necessity. *The Journal of Philosophy*, v. 40, n. 5, p. 113–127, 1943.

QUINE, W. V. On Universals. *The Journal of Symbolic Logic*, v. 12, n. 3, p. 74–84, 1947.

QUINE, W. V. On What There Is. *The Review of Metaphysics*, v. 2, n. 5, p. 21–38, 1948.

QUINE, W. V. *Methods of Logic*. New York: Holt, 1950.

QUINE, W. V. On Carnap's Views on Ontology. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 2, n. 5, p. 65–72, 1951.

QUINE, W. V. Ontology and Ideology. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, v. 2, n. 1, p. 11–15, 1951.

QUINE, W. V. *From a Logical Point of View*. Cambridge MA: Harvard University Press,, 1953.

QUINE, W. V. A Logistical Approach to the Ontological Problem. In: *The Ways of Paradox and Other Essays*. New York: Random House, 1966. p. 64–9.

QUINE, W. V. *The Ways of Paradox*. New York: Random House, 1966.

QUINE, W. V. *Theories and Things*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

QUINE, W. V. *Philosophy of Logic*. 2nd ed. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

QUINE, W. V. *Pursuit of Truth*. Rev. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

QUINE, W. V. *Word and Object*. New ed. Cambridge: MIT Press, 2013.

RESCHER, N. *Pragmatism in Philosophical Inquiry: Theoretical Considerations and Case Studies*. New York: Springer Berlin Heidelberg, 2016.

RICHARDSON, A. How Not to Russell Carnap's Aufbau. *PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association*, v. 1990, n. 1, p. 3–14, 1990.

RICHARDSON, A. W. *Carnap's Construction of the World: The Aufbau and the Emergence of Logical Empiricism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RODRIGUEZ-PEREYRA, G. Nominalism in Metaphysics. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Summer 2019. [S.l.]: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2019.

RUSSELL, B. *Principles of Mathematics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1903.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, v. 14, n. 56, p. 479–493, 1905.

RUSSELL, B. Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 11, p. 108–128, 1910.

RUSSELL, B. *The Problems of Philosophy*. Reissued. Oxford: Oxford University Press, 2001.

RYLE, G. Meaning and Necessity. *Philosophy*, v. 24, n. 88, p. 69–76, 1949.

SCHAFFER, J. On What Grounds What. In: CHALMERS, D. J.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. p. 347–83.

SCHINDLER, S. *Theoretical Virtues in Science: Uncovering Reality through Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SENNET, A.; FISHER, T. Quine on Paraphrase and Regimentation. In: HARMAN, G.; LEPORE, E. (Ed.). *A Companion to W.V.O. Quine*. Oxford, UK: John Wiley & Sons, Ltd, 2014. p. 89–113.

SIDER, T. *Four-Dimensionalism: An Ontology of Persistence and Time*. Oxford: New York: Oxford University Press, 2001.

SOAMES, S. Ontology, Analyticity, and Meaning: The Quine-Carnap Dispute. In: CHALMERS, D. J.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 424–43.

SPADE, P. V. Syncategoremata. In: AUDI, R. (Ed.). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 896–7.

STEINBERGER, F. How Tolerant Can You Be? Carnap on Rationality. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 92, n. 3, p. 645–668, 2016–05.

STEVENS, G. *Theory of Descriptions: Russell and the Philosophy of Language*. London: Palgrave Macmillan, 2014.

SUROVELL, J. Language, Ontology, and the Carnap-Quine Debate. *Philosophia*, v. 45, n. 2, p. 811–833, 2017.

TAHKO, T. E. Meta-metaphysics. In: CRAIG, E. (Ed.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. Abingdon-on-Thames: Taylor and Francis, 2018.

TENNANT, N. Logicism and Neologicism. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2017. Standford: Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2017.

THOMASSON, A. L. *Ordinary Objects*. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2007.

THOMASSON, A. L. *Ontology Made Easy*. New York: Oxford University Press, 2015.

THOMASSON, A. L. What Can Phenomenology Bring to Ontology? *Res Philosophica*, v. 96, n. 3, p. 289–306, 2019.

TRANJAN, T. *Carnap e a natureza da lógica*. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

UEBEL, T. Rejecting the Given: Neurath and Carnap on Methodological Solipsism. *HOPOS: The Journal of the International Society for the History of Philosophy of Science*, v. 11, n. 1, p. 1–26, 2021.

UEBEL, T. E. *Overcoming Logical Positivism from within: The Emergence of Neurath's Naturalism in the Vienna Circle's Protocol Sentence Debate*. Amsterdam: Rodopi, 1992.

VERHAEGH, S. Blurring Boundaries: Carnap, Quine, and the Internal–External Distinction. *Erkenntnis*, v. 82, n. 4, p. 873–890, 2017.

VERHAEGH, S. *Working from within: The Nature and Development of Quine's Naturalism*. New York: Oxford University Press, 2018.

WAGNER, P. (Ed.). *Carnap's Ideal of Explication and Naturalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

YABLO, S. Does ontology rest on a mistake? *Aristotelian Society Supplementary Volume*, v. 72, n. 1, p. 229–261, 1998.